

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

ROBERTA ANGELA TONIETTO

**MEMÓRIAS DE EGRESSAS DA ESCOLA NORMAL DUQUE DE CAXIAS (CAXIAS
DO SUL/RS – 1949/1951): FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A PRÁTICA DA
HIGIENE.**

CAXIAS DO SUL

2020

ROBERTA ANGELA TONIETTO

MEMÓRIAS DE EGRESSAS DA ESCOLA NORMAL DUQUE DE CAXIAS (CAXIAS DO SUL/RS – 1949/1951): FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A PRÁTICA DA HIGIENE.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Edimar de Souza.

CAXIAS DO SUL

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

T665m Tonietto, Roberta Angela

Memórias de egressas da Escola Normal Duque de Caxias (Caxias do Sul/RS-1949/1951) : formação de professores para a prática da higiene / Roberta Angela Tonietto. – 2020.

148 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

Orientação: José Edimar de Souza.

1. Escolas. 2. Professores - Formação. 3. Higiene - Prática. 4. Memória. I. Souza, José Edimar de, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 373

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Michele Fernanda Silveira da Silveira - CRB 10/2334

“Memórias de egressas da escola normal Duque de Caxias (Caxias do Sul/RS – 1949/1951): Formação de professores para a prática da Higiene”

Roberta Ângela Tonietto

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestra em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 30 de julho de 2020.

Banca Examinadora:

Dr. José Edimar de Souza (presidente - UCS)

Dr. Geraldo Antônio da Rosa (UCS)

Participação por videoconferência

Dr. Alessandro Carvalho Bica (Unipampa)

Participação por videoconferência

Dra. Ana Paula Korndorfer (Unisinos)

Participação por videoconferência

Dra. Isabel Gritti (UFFS)

AGRADECIMENTOS

Ao lançar-me nesse desafio, não o fiz sozinha, comigo muitas pessoas se entristeceram com meus obstáculos e muitas vibraram com minhas conquistas. Logo gostaria de agradecer a essas pessoas que fizeram parte desta trajetória:

Ao meu marido por entender que fim de semana eu estaria escrevendo e não passeando com a família. Por me escutar nos momentos fáceis e difíceis e por acalmar a minha alma. A minha filha Nicole minhas desculpas por não ter tanto tempo pra brincar contigo e agradecer por entender quando precisei da sua colaboração.

Aos meus professores do Mestrado em Educação pelas contribuições e aprendizados nas tardes de terça e quarta de aulas, principalmente ao meu orientador Prof. Dr. José Edimar, por participar deste desafio comigo, incentivando, dialogando, questionando e clareando minhas ideias. Aos meus colegas pela força, paciência e pelas amizades conquistadas neste período, vou levá-los junto ao meu coração: Alana, Aline, Altemir, Amanda, Andressa, Camila, Cassio, Elen, Ivandra, Louise, Maicon, Manuela, Rosangela, Rudson e Suelen.

A todos os profissionais dos acervos históricos pela acolhida, sempre prestativos e com muito respeito as pesquisas. As egressas da Escola Normal Duque de Caxias: Lourdes e Edelweiss por tornarem este trabalho possível e com mais significado, obrigado pelas contribuições e terem cedido um tempo seu para conversar comigo e rememorem sobre os tempos da Escola Normal.

O desafio de tornar-me pesquisadora veio com um conjunto de obstáculos que se colocam em meu caminho, por vezes o cansaço e a frustração do “ainda não está bom” ou “não é bem assim, você não entendeu”, nos momentos da dificuldade posso não ter compreendido, mas quando chego ao topo da montanha, reconheço a lição que essas palavras me deram.

E concluo essa experiência com um sentimento de felicidade, por chegar no topo e ter crescido como pessoa e pesquisadora. Ter gratidão é espalhar a melhor de nós e ter sabedoria para agradecer o que a vida nos oferece.

VIVI MAIS DE mil anos. Morri incontáveis vezes. Esqueço o número exato. Minha memória é uma coisa extraordinária, mas não é perfeita. Sou humano. As primeiras vidas são um tanto indistintas. O arco da alma segue o desenho de cada uma das vidas. É macrocósmico. Houve minha infância. Houve muitas infâncias. E mesmo na mais antiga parte da minha alma, cheguei à maturidade muitas vezes. Hoje em dia, a cada infância que vivo, a lembrança vem mais depressa. Nos movimentamos. Olhamos com espanto o mundo à nossa volta. Lembramos. Digo “nós” e me refiro a mim, à minha alma, minhas personalidades, minhas muitas vidas. Digo “nós” e também me refiro a outros que, como eu, têm a memória, o registro consciente da experiência sobre esta terra que sobrevive a cada morte. Não há tantos, eu sei. Talvez um em cada século, um nascido entre milhões. É raro que nos encontremos, mas acredite, há outros. Pelo menos um deles tem uma memória bem mais extraordinária do que a minha. Nasci e morri muitas vezes, em muitos lugares. O espaço entre eles é o mesmo. Não estive em Belém para ver o nascimento de Cristo. Nunca vi o apogeu de Roma. Muito menos me curvei diante de Carlos Magno. Naquela época, eu dava duro como agricultor na Anatólia e falava um dialeto incompreensível para quem morava nas aldeias ao norte e ao sul. Só Deus e o diabo podem responder por todas as partes emocionantes. Os grandes momentos históricos passam despercebidos pela maioria. Leio sobre eles nos livros, como todo mundo. Às vezes, me acho mais parecido com as casas e as árvores do que com outros seres humanos. Fico olhando levas de pessoas irem e virem. Suas vidas são curtas, mas a minha é longa. Às vezes me vejo como um poste cravado à beira do oceano. Nunca tive filhos, nunca envelheci. Não sei a razão. Vi beleza em coisas incontáveis. Eu me apaixonei e ela é quem resiste. Eu a matei uma vez, morri por ela muitas vezes e ainda não tenho nada para exibir. Sempre a procuro. Sempre me lembro dela. Carrego a esperança de que, um dia, ela venha a se lembrar de mim.

(BRASHARES,2014, p. 9)

RESUMO

Neste estudo, buscou-se investigar como a temática da higiene era desenvolvida na formação dos professores do Curso Normal que funcionava na Escola Normal Duque de Caxias - Caxias do Sul/RS. A urbanização crescente e a forte industrialização recorrentes no recorte temporal estabelecido exigiam mudanças de comportamento da população, pois o número de morbidades e mortalidade estava aumentando. Os estudiosos da época viram na escola possibilidades para desenvolver conceitos que pudessem contribuir para disseminar ideias de higiene, civilidade e hábitos saudáveis. O objetivo principal da pesquisa foi analisar as representações da Higiene a partir de memórias de egressas da Escola Normal Duque de Caxias e buscou responder à seguinte questão norteadora: Que representações da higiene se evidenciam nos documentos e nas memórias de egressas da Escola Normal Duque de Caxias entre 1949 e 1951? Busco, então, nesta pesquisa, priorizar elementos da História Cultural, valorizando as representações da cultura escolar, os hábitos, os sentidos e significados atribuídos às práticas da higiene na formação de professores. A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro abrange as considerações iniciais, situando o leitor em torno do tema, problema, objetivos, recorte temporal e uma pesquisa com relação à higiene. No segundo, descrevo como foi desenvolvido o percurso metodológico, a coleta dos dados, feita principalmente no Arquivo Municipal João Spadari Adami, as entrevistas realizadas com duas egressas da Escola Normal Duque de Caxias que iniciaram o curso de formação de professores em 1949, tendo concluído o mesmo em 1951. Em seguida, no terceiro capítulo, desenvolvo o cenário de contexto da higiene no âmbito da saúde e da educação, bem como os movimentos de formação de professores para as práticas higienistas. Já na quarta seção, descrevo as movimentações das Escolas Normais e a formação de professores, bem como apresento as memórias e documentos relacionados à Escola Normal Duque de Caxias. A análise das práticas da disciplina de Higiene na Escola Normal Duque de Caxias me permitiu realizar reflexões acerca da disciplinarização do corpo e seus gestos e a Higiene no currículo escolar. A partir das memórias de egressas e de documentos é possível considerar que o cotidiano e o currículo da Escola Normal Duque de Caxias tinham indícios de representações da disciplinarização, unificação, criação de hábitos e a função social desenvolvida pelos professores nas atividades escolares com possibilidades de criação de culturas escolares. Além disso, a disciplina de Higiene estava prescrita na Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, no histórico escolar de Edelweiss, e foi praticada na formação de professores da Escola Normal Duque de Caxias entre os anos de 1949 e 1951. Possivelmente, o momento histórico em que o Brasil vinha passando contribuiu para que movimentos como este, das práticas higienistas, preconizassem e fossem introduzidos nas escolas primárias. Logo, o ensino normal deveria habilitar os educadores para desenvolver o conhecimento necessário, atribuindo sentidos à higiene.

Palavras-chave: Escola normal. Duque de Caxias. Formação de professores. Práticas higienistas.

ABSTRACT

In this study, we sought to investigate how the issue of hygiene was developed in the training of teachers of the Teacher Training Course that worked in Duque de Caxias Teacher Training School- Caxias do Sul/RS. Increasing urbanization and strong industrialization, recurring in the established time frame, demanded changes in the behavior of the population, as the number of morbidity and mortality was increasing. The scholars of the time saw in the school possibilities to develop concepts that could contribute to disseminate ideas of hygiene, civility and healthy habits. The main objective of the research was to analyze representations of Hygiene from memories of former students of Duque de Caxias Teacher Training School, and aimed at answering the following leading question: Which representations of hygiene are evidenced in documents and memories of former students of Duque de Caxias Teacher Training School between the years of 1949 and 1951? Therefore, in this research, I seek to prioritize elements of Cultural History, valuing the representations of school culture, habits, senses and meanings attributed to hygiene practices in teacher training. The dissertation is organized in four chapters. The first one covers the initial considerations to introduce the reader to the issue, problem, objectives, time frame and research regarding hygiene. In the second one, I describe how the methodological path was developed, the data collection, done mainly in the Municipal Archive João Spadari Adami, the interview was carried out with two students from Duque de Caxias Teacher Training School, who started their courses in 1949, and finished in 1951. Then, in the third chapter, I develop the hygiene context scenario in the scope of health and education, as well as the teacher training movements for hygienist practices. In the fourth section, I describe movements of Teacher Training Schools and teachers' training; I also introduce memories and documents related to Duque de Caxias Teacher Training School. The analysis of practices within the subject of Hygiene in Duque de Caxias Teacher Training School allowed me to reflect on the disciplining of the body and its gestures and hygiene in the school curriculum. From the memories of graduates and documents, it is possible to consider that the School's daily life and curriculum of Duque de Caxias Teacher Training School showed evidence of representations of imposition of discipline, unification, creation of habits and the social function developed by teachers in school activities with possibilities for creating school cultures. In addition, the discipline of Hygiene was prescribed in the Teacher Training Organic Law of 1946, in the transcript of Edelweiss, and was practiced in teacher training at Duque de Caxias Teacher Training School between the years of 1949 and 1951. Possibly, the historical moment in which Brazil was passing through contributed to movements such as this one, of hygienist practices, advocating and being introduced in primary schools. Therefore, normal education should enable educators to develop the necessary knowledge, assigning meanings to hygiene.

Key words: Teacher training school. Duque de Caxias. Teacher training. Hygiene practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Turma de formadas da Escola Normal Duque de Caxias no ano de 1951.....	21
Figura 2 - Foto de Lourdes Curra	23
Figura 3 - Foto de Edelweiss	24
Figura 4 - População nos Censos Demográficos (1872-2010).....	36
Figura 5 - Hospital Santa Casa de Misericórdia	38
Figura 6 - Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro.....	39
Figura 7 – Projeto nº 1087-A, de 1949	42
Figura 8 - Saneamento básico para áreas rurais	44
Figura 9 - Estrutura de chuveiro fechado	45
Figura 10 - Manuseio adequado dos utensílios e de alimentos preparados.....	46
Figura 11 - Página da Revista do Globo (1949)	47
Figura 12 - Transmissão de doenças por baratas e como evitar	48
Figura 13 - Noções de topografia	48
Figura 14 - Localização do município de Caxias do Sul.....	52
Figura 15 - Caxias do Sul 1877 e 1940	53
Figura 16 - Relatório da Diretoria de Higiene expedido em 1935	54
Figura 17 - Excerto do Jornal Despertar: hábitos	56
Figura 18 - Excerto do Jornal Despertar: lavagem das mãos	57
Figura 19 - Excerto do Jornal Despertar: Hábitos sadios	60
Figura 20 - Ofício de pedido do terreno para construção do Posto de Higiene.....	61
Figura 21 - Ofício de convênio do município de Caxias do Sul com o estado do Rio Grande do Sul para abertura do SAMDU	62
Figura 22 - Prédio da instalação da Escola Normal Duque de Caxias (1920).....	69
Figura 23 - Escola Normal Rural Murialdo (1966)	70
Figura 24 - Prédio Escola Normal São José (1940)	71
Figura 25 - Excerto do Jornal O Momento, troca de nome da Escola Normal Duque de Caxias	72
Figura 26 - Excerto do Jornal O Momento, homenagem à diretora Rosalba Hyppolito	73
Figura 27 - Relatório da Biblioteca (1959).....	76
Figura 28 - Caderno de recordações assinado por Edelweiss.....	80

Figura 29 - Hino da Escola Normal Duque de Caxias	82
Figura 30 - Excerto do Jornal O Momento: Escola Normal Duque de Caxias patrocina Programa Cultural	83
Figura 31 - Certificado de conclusão de curso de Edelweiss Rossarola	85
Figura 32 - Relatório do gabinete médico 1959	91
Figura 33 - Dimensões e proporções corretas para cadeiras e carteiras escolares	93
Figura 34 - Equipe de Vôlei da Escola Normal.....	96
Figura 35 - Alunas do Magistério em viagem ao Rio de Janeiro (1951)	97
Figura 36 - Programma Official para o Ensino nas Escolas Rurales do Municipio de Caxias (1936)	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sujeitos entrevistados.....	23
Quadro 2 - Fotos de arquivo pessoal das egressas	26
Quadro 3 - Histórico Escolar (1951).....	26
Quadro 4 - Documentos do Arquivo Municipal João Spadari Adami selecionados para análise	27
Quadro 5 - Fotos do Arquivo Municipal João Spadari Adami.....	28
Quadro 6 - Documentos Legislativos.....	29
Quadro 7 - Excertos do Jornal Despertar sobre higiene.....	30
Quadro 8 - Jornal O Momento	31
Quadro 9 - Manual de Saneamento Básico do Ministério da Saúde	31
Quadro 10 - Materialização do prédio escolar: pelas egressas.....	74
Quadro 11 - Chamada de formatura Escola Normal Duque de Caxias (1951)	79
Quadro 12 - Professores e disciplinas da Escola Normal Duque de Caxias (1949 - 1951).....	86
Quadro 13 - Memórias do gabinete médico	89
Quadro 14 - Evolução das vacinas entre os anos 1900 e 1950.....	92
Quadro 15 - Comparativo das disciplinas prescritas pela Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) e disciplinas descritas no certificado de conclusão de Edelweiss (1951)	107
Quadro 16 - Memórias das egressas sobre o estudo da Higiene	110

LISTA DE SIGLAS

ASPHE	Associação Sul-Rio-Grandense de pesquisadores em História da Educação
BDTD	Biblioteca Brasileira de Teses e dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FSG	Faculdade da Serra Gaúcha
GRUPHEIM	Grupo de pesquisa História da Educação, Imigração e Memória
HISTEDBR	História, Sociedade e Educação no Brasil.
IACHS	Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
RS	Rio Grande do Sul
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
2 PERCURSO METODOLÓGICO	19
3 SAÚDE, EDUCAÇÃO E OS MOVIMENTOS PARA AS PRÁTICAS HIGIENISTAS (1949-1951)	35
3.1 MOVIMENTOS PARA A PRÁTICA DA HIGIENE: CENÁRIO NACIONAL.....	35
3.2 MOVIMENTOS HIGIENISTAS EM CAXIAS DO SUL	51
4 A ESCOLA NORMAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	64
4.1 A ESCOLA NORMAL DUQUE DE CAXIAS: MEMÓRIAS DE EGRESSAS.....	72
4.2 DISCIPLINARIZAÇÃO DO CORPO E SEUS GESTOS.....	88
4.3 HIGIENE NO CURRÍCULO ESCOLAR.....	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS.....	140
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	141
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ASSINADO POR LOURDES.....	141
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ASSINADO POR EDELWEISS.....	142

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação situa-se no campo da História da Educação, especificamente ancorado na perspectiva teórica da História Cultural e buscou investigar a Higiene, disciplina desenvolvida no curso de formação de professores da Escola Normal Duque de Caxias, localizada no município de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul – Brasil. A Escola Normal teve início no Rio Grande do Sul no ano de 1869, segundo Saviani (2009), e tinha como objetivo formar professores capacitados a lecionar em séries iniciais. Em Caxias do Sul, uma das escolas normais era a Escola Normal Duque de Caxias, instituição que é objeto deste estudo, e que iniciou suas atividades de ensino público no ano de 1947.

No transcorrer desta pesquisa, busco estabelecer relações entre o lugar, o sujeito e a diversidade social e cultural, propondo, então, uma reflexão sobre as possibilidades de práticas e culturas da higiene, valendo-se de documentos acessados no Arquivo Municipal João Spadari Adami e das narrativas provenientes das entrevistas com as egressas que iniciaram o curso de formação de professores no ano de 1949, tendo concluído o mesmo em 1951.

A fim de estabelecer essas relações e para uma melhor compreensão acerca das construções e desdobramentos, optei pela perspectiva da História Cultural, e os autores que contribuíram nesse sentido foram Sandra Pesavento (2005), que é uma pioneira nos estudos de História Cultural no Rio Grande do Sul; o historiador Peter Burke (2008), que enfatiza as diferenças de pensamento entre os historiadores, os debates e as diversas maneiras de estudar a História Cultural, a problemática dos conflitos e embates gerados pelas tendências da modernidade e as tradições compartilhadas; e Roger Chartier (1988), que é um historiador francês, que discute os pressupostos de prática e representações envolvidos na perspectiva de História Cultural. Pensar à luz da História Cultural corrobora com esta pesquisa, identificando os costumes, tradições e hábitos em um determinado tempo e espaço, bem como as representações da higiene e as possíveis influências no modo de pensar e de agir diante da necessidade dos conhecimentos em saúde e higiene.

Meu interesse pelo objeto de pesquisa surge em uma conversa com meu orientador no ano de 2018, quando realizei disciplinas como aluna não regular. Além disso, o tema vem ao encontro da minha trajetória profissional, que inicia pelo Magistério e na formação como Enfermeira, em que atuo principalmente nas áreas de criança e adolescente. Daquele momento em diante, iniciou-se minha busca por leituras e autores que discutissem sobre o tema como uma possível criação de cultura de higiene em Caxias do Sul, um sistema de hábitos e comportamentos que foram sendo disseminados nos espaços escolares ao longo dos anos.

O período investigado é entre os anos de 1949 a 1951. Historicamente, ele é fértil para o campo de estudos desta pesquisa, pois o intenso crescimento e urbanização das cidades em todo país, estado e no município de Caxias do Sul exigiam mudanças urgentes com relação ao atendimento da população no âmbito da saúde e educação, e também à necessidade de instituir medidas de higiene para o controle da disseminação das doenças que acometiam a população. Essa delimitação também se justifica pela identificação dos sujeitos deste estudo, egressos da segunda turma de formandos da Escola Normal Duque de Caxias do ano de 1951 e que compõem o grupo de entrevistados. Ainda, também pela presença do médico higienista nas escolas do Rio Grande do Sul e Caxias do Sul a partir de 1947. E, por conseguinte, na presença e análise dos documentos do Arquivo Municipal João Spadari Adami de Caxias do Sul, nos quais pude observar os Programas Oficiais do Município dos anos de 1936 e 1943, que prescreviam a disciplina de Higiene e instruíam sobre os conteúdos a serem desenvolvidos nas escolas municipais de Caxias do Sul.

A partir desses pressupostos, a pesquisa desenvolveu-se no campo da História e da Filosofia da Educação, vinculado à Saúde, buscando responder à seguinte questão norteadora: Que representações da higiene se evidenciam nos documentos e nas memórias de egressas da Escola Normal Duque de Caxias entre 1949 e 1951? A partir desse questionamento, foi possível estabelecer relações com o contexto de higiene do município de Caxias do Sul; observar de que modo os professores a ensinavam na Escola Normal Duque de Caxias e analisar memórias das práticas que as egressas rememoram (práticas de sala de aula e as representações que elas usaram depois, nas práticas como professoras) e possibilidades de criação de uma cultura escolar voltada para a higiene.

Tendo anunciado o problema, apresento o objetivo principal da pesquisa, que é analisar as representações da Higiene a partir de memórias de egressas da Escola Normal Duque de Caxias, em Caxias do Sul-RS. Para atingir o objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: a) Conhecer, pelas narrativas e documentos, como a Higiene foi instituída na formação de professores, na referida Escola Normal e b) Compreender como as representações de Higiene contribuíram para a produção de culturas escolares no tempo e espaço pesquisado.

Conforme Moreira e Candau (2003, p. 5),

a escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados.

Dessa forma, investiguei a Higiene no ambiente da Escola Normal Duque de Caxias; a maneira pela qual ela foi praticada no curso de formação de professores de séries iniciais; a representatividade desses movimentos para as egressas nas suas relações como docente e também nas relações da escola como um local de trocas de experiências, ressignificações e produção de culturas.

Essas culturas podem ser representadas através da postura, gestos, comportamento, disciplinarização, o uso de uniformes, as práticas educativas, modos de organizar a escola, a sala de aula, enfim, todas essas práticas do cotidiano escolar. Viñao Frago (1995, p. 69) descreve culturas escolares como “[...] toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69).

Para a construção do contexto histórico à luz da História Cultural, realizou-se uma revisão bibliográfica por artigos, dissertações e teses desenvolvidas no período de 2000 a 2019, que dialogavam com o tema e o objeto desta investigação, com o intuito de identificar as pesquisas que já foram realizadas. Os trabalhos identificados e analisados referem-se às revistas: Brasileira de Educação, História da Educação, Linhas UDESC, Brasileira de História da Educação e HISTEDBR on-line; anais de eventos da ASPHE; e consulta no Banco de Dissertações e Teses da UCS, CAPES e BDTD. Como critério de busca, utilizei os seguintes descritores: higiene, higienismo, formação de professores, cultura escolar, saúde escolar, manuais de higiene. A leitura dos trabalhos de Roso¹ (2012) e Bergozza² (2010) oportunizaram contextualizar a higiene, a saúde e a educação em Caxias do Sul, a formação de professores para prática da Higiene, e surgiram alguns indícios de culturas higienistas na escola e cidade em questão.

Uma autora que foi identificada nos trabalhos e que me auxiliou na sustentação e conceitos relativos à higiene é Heloisa Helena Pimenta Rocha (2000, 2003, 2009, 2017), pesquisadora na área de História da Educação, que atua principalmente nos seguintes temas: cultura escolar, manuais escolares, infância, higienismo e emoções. Outro autor que contribuiu

¹ Roso (2012) realiza um trabalho a partir de evidências sobre a educação do corpo, com recorte temporal de 1937 a 1945, em Caxias do Sul. A autora contextualiza a educação escolar com relação aos preceitos higienistas aplicados nas escolas: “Todas estas preocupações se voltavam na prevenção de possíveis condutas prejudiciais à saúde de crianças no ensino primário” (ROSO, 2012, p. 118). Ela também evidencia, por meio da fonte documental do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, o “*Programma Oficial para o Ensino nas Escolas Rurales do Municipio de Caxias de 1936 e os conteúdos de Hygiene nas práticas pedagógicas*” (ROSO, 2012, p. 163-164).

² Bergozza (2010) estudou sobre a primeira instituição pública para formação de professores primários, que teve o início de suas atividades no ano de 1930, na cidade de Caxias do Sul. Denominada inicialmente como Escola Complementar de Caxias e, posteriormente, Escola Normal Duque de Caxias, levantou questões desde a sua firmação à expansão das escolas públicas e à profissionalização do magistério.

com meu objeto de estudo e escreveu duas edições do livro intitulado “Temas de saúde: higiene física e do ambiente” é Kloetzel (1923, 1980), médico e doutor em Clínica Cirúrgica, que participou do Grupo de Apoio à Maternidade e Paternidade, e dedica-se à pesquisa das doenças infecciosas e parasitárias, além de ser professor de ensino médico. No ano de 1960, morou na Nigéria, onde exerceu a função de consultor da Organização Mundial da Saúde.

No decorrer dessas leituras, também se identificou uma pesquisa inspirada na temática das práticas da higiene a partir do estudo de Passos Rocha³ (2016), em que autora discute sobre as questões dos programas de ensino e a disciplina de Higiene no curso de formação de professores, o que pode ser observado no trecho a seguir.

Ao classificar as medidas salubres indicadas como plano de aulas do currículo da disciplina de Higiene Geral e Escolar no curso de formação de professores confirmam-se as competências das professoras no educar “além das letras” ao formar, nos pequenos cidadãos, os novos hábitos preconizados pelos Programas de ensino, seus reflexos constituíram largos passos na educação e saúde população da época (PASSOS ROCHA, 2016, p. 101).

Passos Rocha (2016) faz um estudo sobre a higienização como prática escolar na cidade da Parahyba do Norte entre os anos de 1911 e 1927. Tem como objeto de pesquisa verificar como a higiene vinculada à escola e aos cuidados da maternidade contribuíram para o melhoramento do ensino das crianças.

Essa revisão inicial acerca das práticas da higiene possibilitou identificar a aplicação de conceitos relacionados à higiene como necessários ao processo civilizatório, entender os movimentos para prática da higiene no período e a criação de culturas no ambiente escolar. E isso pode ser evidenciado a partir dos conceitos de alguns autores, tais como Peixoto (1939) e Larocca e Marque (2005). Mobilizo o conceito desenvolvido por Afrânio Peixoto no ano de 1939, da ideia de higiene como ciências, adquirida por meio da observação, do conhecimento e da educação sanitária: “a Higiene não é precisamente uma sciencia, porque é uma aplicação pratica de quase todas as sciencias. É um conjunto de preceitos, buscados em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina, tendentes a cuidar da saúde e poupar a vida” (PEIXOTO, 1939, p. 7). A higiene também foi conceituada por Larocca e Marque (2005, p. 79) como a solução para os problemas sanitários.

Higiene enquanto ideologia: conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao verdadeiro, a civilização, implicava na despolitização da realidade histórica e na legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”.

A higiene como um conjunto de preceitos ou uma ideologia, quando instituída no contexto escolar, poderia trazer o resultado esperado e colocar o Brasil a “caminho da civilização”. Vidal (2003, p. 497) descreve como a higiene foi desenvolvida no espaço escolar, com “relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas, na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, na cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais”. A escola, como espaço de aprendizagem, motivada pelos preceitos higiênicos descritos em manuais e legislações, implementava a Higiene em seus currículos, baseados na disciplinarização de uma sociedade que precisava adquirir novos hábitos. Disciplinarizando as crianças na escola, elas poderiam adquirir hábitos e ser os agentes mobilizadores de culturas locais.

Levando em consideração as questões discutidas por Vidal (2003), reflito sobre como poderia analisar os relatos das egressas a fim de estabelecer essas relações e corroborar com os objetivos de minha pesquisa. E decido, então, vincular ou cruzar essas informações com os conceitos de representação, apropriação e de práticas desenvolvidos pelos autores da História Cultural. Nesse sentido, a partir de conceitos de representações, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades apresentadas por Pesavento, (2005, p. 39), que enfatiza que as representações “construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência [...]. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”, que busco dar sentido às práticas de higiene a partir das memórias das egressas.

Ainda, para entender como essas egressas atribuíram sentido a esses conteúdos referentes à Higiene, os rituais do dia a dia da sala de aula na Escola Normal e como isso se materializou ou influenciou nas suas práticas educativas, mobilizamos o conceito de prática de Viñao Frago, (2000, p. 100), que traz uma reflexão sobre as práticas e procedimentos como: “[...] esses modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados [...]”.

O tema higiene foi discutido por vários estudiosos e foi se perpetuando ao final do século XIX e início do século XX. Discorro aqui a respeito de como alguns hábitos de higiene foram se modificando ao longo dos anos, a higiene pessoal em diferentes períodos, os tabus em torno do corpo presentes na mentalidade das pessoas que resultavam negativamente no estabelecimento de culturas higiênicas, visto que muitas doenças e outros males acometiam e acometem a população até hoje e são decorrentes desses maus hábitos, no sentido de estabelecer uma relação com os conceitos mobilizados na escrita desta dissertação.

Como exemplo, cito um trecho do diário de um médico famoso na França chamado Héroard, que foi médico de Luís XIII. Em seus registros sobre a infância do rei, ele escreve: “Um corpo, mas sobretudo a cabeça e o rosto, alterados pela má higiene alimentar [...] pela insuficiência, pelos inadequados cuidados de limpeza [...] a sarna que em janeiro afeta-lhe a cabeça inteira, a sarna que lhe cingia a cabeça como uma coroa” (CHARTIER, 2009, p. 340). No diário desse médico, sobre a vida de Luís XIII, ainda é destacado que no primeiro ano de sua vida a palavra “lavar” aparece só uma vez. Mas a falta de hábitos higiênicos era normal na corte francesa, sendo comum conviver com a sujeira (FOISIL, 1991).

No final da Idade Média, o moralismo em torno do banho tende a desaparecer, pois, segundo o historiador Philippe Braunstein, havia recomendações para que, além da lavagem corporal, se trocasse regularmente a roupa de baixo. E, passando para o século XVII, ainda não podemos ter orgulho do asseio corporal de nossos antepassados europeus, pois, segundo Georges Vigarello, esse foi o século mais sujo de nossa história (FLANDRIN, 1991).

Por questões de saúde, havia recomendações para estar limpo, porém a água ainda representava uma ameaça à fertilidade da mulher, e essa ideia dificultava a higienização feminina. Devemos saber, ainda, que o progresso higiênico não acontecia da forma que concebemos hoje em dia. “Lavam-se com frequência as mãos; todos os dias o rosto e os dentes, ou pelo menos os dentes da frente; os pés, uma ou duas vezes por mês; a cabeça, jamais” (CORBIN, 1991, p. 444).

Também no final desse século, aparece a ducha, porém ela é pouco difundida. Além disso, havia um “regulamento da Escola Normal de Sèvres, elaborado em 1881, reservando as duchas a doentes acompanhadas por uma enfermeira” (CORBIN, 1991, p. 144). Nessa época, entendia-se ou confundia-se higiene com aparência, pois “andar sem manchas nas roupas, evitar modos grosseiros, pentear os cabelos e às vezes lavar as mãos e mais tarde usar perfume, bastava para os padrões higiênicos da época” (CORBIN, 1991, p. 444).

Não existiam espaços definidos nas casas para alimentação, higiene, sono. No mesmo reduto, preparavam-se os alimentos, guardavam-se os resíduos que serviam de ração aos animais e os pequenos utensílios agrícolas; em um canto, encontrava-se a pedra de lavar louça; em outro, as carnes salgadas; ali se fermentava o leite e o pão; havia até animais domésticos que, partilhando essa estrita morada, vinham ter ali suas refeições e satisfazer suas necessidades fisiológicas; era nessa viciosa habitação, em que viviam o agricultor e sua família, que a chaminé, de boca demasiadamente larga e curta, deixava cair uma coluna de ar glacial, repelindo a fumaça (PERROT, 1991, p. 352).

No século XIX, na França, a água chegou aos apartamentos e pisos superiores, até então era necessário levar água até lá e livrar-se dela após usá-la, assim como era preciso também eliminar os excrementos. Porém, isso trouxe sérios problemas de saúde para as pessoas da época, entre eles a peste negra, ou peste bubônica. Os cuidados com a higiene do corpo, assim como dos alimentos e moradia, tiveram que ser revistos, e, já no final da Idade Média, estavam passando a ter o hábito de lavar as mãos antes e depois das refeições (CORBIN, 1991).

No final do século XIX, havia alguns projetos de habitação para os trabalhadores e que garantissem boas condições de segurança e higiene. Com relação aos cuidados com o corpo, nesse período também houve progressos, porém essa higienização não estava livre de algumas regras: “Normas extremamente rígidas regulam a prática do banho conforme o sexo, a idade, o temperamento e a profissão” (CORBIN, 1991, p. 442).

Levando em conta as condições e os hábitos de higiene da população, os médicos higienistas começam a disciplinarização das crianças na escola, pois elas poderiam adquirir hábitos, levá-los para suas casas e disseminar para suas famílias, instituindo, assim, novas culturas locais. Nesse sentido, tendo em vista os problemas enfrentados no período, a necessidade de educação em saúde e o ambiente escolar propício para a instrução da população, surgem os movimentos do discurso higienista, que buscavam a disciplina de cada indivíduo consigo próprio e com seus próximos, de modo que cada um se conscientizasse dos cuidados que deveriam ter e disseminassem esses métodos de higiene.

O discurso³ higienista ganhou força nesse período, e várias pesquisas foram realizadas. Discorro aqui alguns autores que pesquisaram sobre o tema e suas percepções sobre o assunto. Pimenta Rocha (2009) atribui que o discurso higienista tinha como propósito um povo mais saudável e uma educação democratizada, que cuidaria melhor de si, dos seus filhos e assim proporcionaria melhores trabalhadores para o país.

Como argumentado neste trecho de Vianna (1926, p. 91), o discurso higienista era forte e vinha com toda a convicção de que seriam eles (os médicos) que salvariam a população da ignorância que perpetuava o período.

Para que servirão códigos e leis, governos e instituições, se não cuidarmos e prepararmos o povo [...] reformando os costumes, erradicando os vícios inveterados, combatendo essa esterilidade de almas, dominando essa crise de vontades, saneando os doentes, higienizando os espíritos, ensinando os ignorantes, iluminando a consciência do homem [...].

³ Não se pretende realizar análise do discurso, vale-se nesta pesquisa das referências construídas sobre esses discursos a partir dos trabalhos de Pimenta Rocha (2009), Viana (2015) e Moraes (2015), principalmente.

Moraes (2015) desenvolveu um estudo considerando a obra do médico e professor Carlos Accioly de Sá, vinculada entre os anos de 1920 e 1945, em que buscou investigar as ações e interações do higienismo e as representações de higiene escolar, saúde e educação. Após a análise dos escritos, ele concluiu que a saúde pública nesse período tinha a preocupação em “transformar hábitos, prevenir doenças e promover a saúde” (MORAES, 2015, p. 15). Nesse mesmo sentido, Viana (2015, p. 8) também analisou a educação e o higienismo nos discursos dos periódicos *Revista Educação e Ensino*, *A Escola*, *Revista do Ensino*, verificando que “discursos em defesa da higienização do espaço, do tempo e das atividades escolares indicados nos periódicos acabaram por tentar moldar corpos, corações e mentes de crianças e adolescentes [...]”. Esse estudo revela o uso desses manuais e aborda a influência nos discursos higienistas voltados à escolarização, que a autora chama de “colonização de corpos, corações e mentes” (VIANA, 2015, p. 1).

Muitas vezes, a aquisição desses conhecimentos era mediante castigos, xingamentos e todo o peso da moral e autoridade que permeavam os ensinamentos no período. Segundo Chartier (1988, p. 22), “se aqueles últimos detivessem a verdadeira justiça e se os médicos possuíssem a verdadeira arte de curar, não teriam necessidade de barretes quadrados; a majestade dessas ciências seria por si própria suficientemente venerável”. Portanto, essas memórias podem ter sido negativas e, conseqüentemente, o aprendizado ineficaz. Kloetzel (1980), nesse mesmo sentido, relata acerca de suas lembranças negativas sobre ter que dormir cedo, comer espinafre e escovar os dentes após as refeições: “Este tipo de higiene vinha-nos com todo o peso da autoridade, virtualmente como uma imposição moral e por isso não lhe conseguíamos dar ouvidos” (KLOETZEL, 1980, p. 10).

Amorim (2016) também realizou um estudo sobre o discurso higienista, vinculado aos grupos escolares num processo de “modernização da sociedade”, e relata que tinham a intenção de “transformar os indivíduos em cidadãos disciplinados, dóceis, civilizados, fortes, saudáveis, higienizados, higienizadores para uma nação civilizada, moderna” (AMORIN, 2016, p. 1). Nessa sequência, Oliveira (2013) realizou um estudo sobre o papel da escola na promoção da saúde e identificou que o período higienista “encontrou na escola o campo ideal de doutrinação de seus ideais” (OLIVEIRA, 2013, p. 1).

Barros (2016) trabalhou com a ideia do discurso higienista e da higiene como processo civilizador, cabível de transformação através de ações educativas relacionadas ao corpo, à alimentação, às vestimentas e à produção desses conhecimentos na coletividade. Traz também a doença como retrocesso civilizatório, logo, caberia aos médicos higienistas salvar essa infância vulnerável dessa população dita em “atraso social”. Esse discurso se sustenta em 1942,

quando as autoridades escolares tornam “o ensino de Higiene obrigatório, em todas as escolas, com 60 min./semana” (BORGES, 2005, p. 103-104).

Considerando a obrigatoriedade do ensino de Higiene, intelectuais começam a transformar os ambientes escolares e a configurar a escola com base em novos padrões, que a distinguissem dos precários e insalubres casebres em que o mestre-escola ensinava as primeiras letras, dos modos de ensinar característicos do que, na sua concepção, consubstanciava a “velha pedagogia ignorante” e, por outro lado, das miseráveis condições em que se aglomerava grande parte da população (PIMENTA ROCHA, 2017). Assim, a escola passa a receber materiais didático-pedagógicos (quadro negro, lousas individuais, cadernos, livros...), e novos espaços escolares foram criados, trazendo os reais benefícios para a instrução escolar.

Pensando no espaço escolar (sala de aula), que tem como papel formar jovens e crianças em futuros cidadãos, Stephanou (2006, p. 150) argumenta:

À escola, inserida numa rede de instituições, estava reservado o papel de formar crianças e jovens, futuros cidadãos, produzindo práticas individuais e coletivas, associadas aos propósitos de constituição de sujeitos ocupados com sua higiene e sua saúde, seja pela ruptura face aos hábitos perniciosos herdados da família, seja pela conservação de práticas salutaras, acrescidas de novas formas de ser e de pensar, esboçadas pelos médicos a partir da ciência e dos ideais de civilização e urbanidade.

Aos educadores, cabia a intervenção da higiene com relação a questões hoje consideradas de natureza eminentemente pedagógica, cabendo antes repensar o seu trabalho em função dos preceitos higiênicos. Na medida em que se dá a articulação entre higiene e educação, isso resultaria no equilíbrio entre o desenvolvimento físico e intelectual dos alunos. Logo, os métodos e processos de ensino também se constituiriam em objeto da atenção da higiene, sendo possível esperar, como resultado dessa associação entre higiene e pedagogia, a articulação de um trabalho pedagógico eficiente.

Desse modo, pensando na criança que entra na escola na idade pré-escolar, com todas as doenças decorrentes da infância, com problemas de saúde, como visão, audição, malformações, entre outros, Kloetzel (1980, p. 100) afirma que ela está sujeita ao controle do professor e da medicina: “grande percentual tem atraso no desenvolvimento físico, dentição defeituosa, infecções de garganta, nariz, ouvido”. Além disso, descreve sobre a preocupação de que a medicina não conseguiu dar conta dessa demanda: “mesmo nos serviços mais eficientes, o atendimento médico é esporádico, e apenas um rápido exame médico é realizado, por ocasião da entrada na escola”, colocando, dessa maneira, em questão se realmente a Higiene escolar aconteceu de forma eficiente e eficaz (KLOETZEL, 1980, p. 100-101).

A Higiene também foi introduzida na escola com o propósito de disciplinarização da infância. Logo, coube aos professores darem conta dessa demanda da higienização da infância, pois os médicos estavam presentes em seus gabinetes, realizando os exames e muito pouco atuando na sala de aula, conforme vou refletir no decorrer da dissertação.

A aplicação de conceitos relacionados à higiene era necessária, e se fez presente desde o período Imperial no Brasil. Essa questão sempre esteve associada ao caráter civilizatório da nação, sendo a pauta matriz em discussões sobre as “relações de aprendizagem, no respeito às normas higiênicas, na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, na cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais” (VIDAL, 2003, p. 497). Para aplicação desses conceitos de higiene, alguns procedimentos, como a produção de manuais de saúde, higiene e propaganda sanitária, foram instituídos.

Como exemplo disso, pude evidenciar o Manual de Saneamento Básico instituído para os agentes sanitários; a presença da Revista de Ensino, um periódico que circulou nas escolas públicas no período e o Jornal Despertar, que foi um periódico presente nas escolas municipais de Caxias do Sul, falando sobre o assunto em uma página específica, intitulada Higiene e Conselhos Úteis.

Os manuais e periódicos produzidos em caráter educativo podem estabelecer uma consciência higiênica individual e na coletividade. Dessa articulação, os conhecimentos adquiridos, se colocados em prática, podem contribuir significativamente na mudança de comportamento, auxiliar na decisão de hábitos individuais e, por consequência, atingir a coletividade. Alguns estudiosos apontam para o uso de manuais escolares no período. Barum (2011) falando sobre os materiais de higiene e limpeza que circularam nas escolas primárias gaúchas; Badanelli (2010) dialoga sobre o manual escolar servir como fonte primária de pesquisa a ser usado na investigação da história interna da escola, as contribuições e limitações no seu uso em sala de aula. Traz também um contexto interessante sobre a mensagem emitida pelo manual e as diversas formas de percepção do mesmo por sujeitos e contextos diferentes.

Após realizadas as pesquisas sobre a higiene e sua constituição, identifica-se que certos hábitos ou costumes podem ser ambíguos em diversos tempos, espaços e por diversos sujeitos. Isso é reforçado quando realizo a busca por trabalhos científicos que dialogam com o tema da pesquisa, demonstrando que a temática é alvo de atenção de diversos pesquisadores que dialogam com vários programas nas áreas de educação e saúde, por se tratarem de assuntos que têm relação com o cotidiano escolar e a busca por melhores hábitos relacionados à saúde.

Os procedimentos metodológicos no decorrer desta investigação, inscrita no campo da educação, permitem analisar as dimensões das entrevistas com as egressas, bem como

problematizar e cotejar com documentos de arquivos locais e a legislação vigente. A metodologia usada é da História Oral, que vai muito além do que só escutar. Conforme afirma Alberti (2004), fazer História Oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, com algumas perguntas na cabeça, mas sim, com base nessa concepção de pesquisa, o estudo em questão constitui-se de diferentes etapas, que dialogam entre si, sustentando o processo de investigação e na aplicação e construção de uma metodologia.

Não cabe a mim, nesta pesquisa, uma busca pela verdade, mas sim de indícios que sustentem meus objetivos, tema e problema. Pesavento (2005, p. 51) escreve que “mais correto seria afirmar que história estabelece regimes da verdade, e não certezas absolutas”. Nesse sentido, então, realizo uma tentativa de buscar, manter e promover uma história digna de confiança, para que os fatos pesquisados passem credibilidade ao leitor. Portanto, neste trabalho, como enfermeira e pesquisadora em Educação, busquei desenvolver a pesquisa com o olhar voltado para a educação e a saúde juntas, em prol dos mesmos objetivos, a construção de saberes relacionados à higiene no ambiente escolar e na formação adequada de professores para dar conta desse serviço.

Apresentei, até aqui, as considerações iniciais de minha dissertação, situando o leitor no campo da História Cultural, descrevi minha questão norteadora e objetivos, e realizei uma breve contextualização a partir de minha pesquisa sobre a temática da higiene. No capítulo a seguir, descrevo o percurso metodológico, os caminhos que realizei desde a coleta, separação dos excertos, categorização e análise dos dados. No capítulo 3, contextualizo os movimentos para a prática da higiene com relação às necessidades emergentes de promoção e prevenção da saúde da população; e, por conseguinte, a profissionalização do magistério para instituir a higienização da infância. Já no capítulo 4, descrevo sobre a Escola Normal e o currículo escolar da formação de professores, e também realizo as reflexões e análise dos dados coletados através da metodologia da História Oral e dos documentos coletados. E, por fim, minhas considerações finais em torno dos resultados encontrados.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, narro o percurso metodológico acerca da História Oral e dos documentos coletados para o desenvolvimento desta investigação, procurando responder às questões norteadoras e os objetivos de pesquisa. Para compor a metodologia da História Oral, o aporte das memórias dos sujeitos entrevistados constitui-se de vestígios da história de vida, do cotidiano escolar e das experiências rememoradas pelos sujeitos. Após a transcrição e o tratamento dessas memórias, elas possibilitam uma fonte documental da formação de professores da Escola Normal Duque de Caxias, constituindo-se de indícios de culturas escolares através das “[...] vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas” (STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 420).

A memória foi caracterizada por vários autores, dentre eles Halbwachs (2013), que define como um processo de construção da história, em que se devem levar em conta duas questões: que ela não é a repetição dos acontecimentos do passado, e também que as memórias são evocadas dependendo do tempo, espaço e contexto social em que esse indivíduo está inserido. Nesse sentido, a memória é resultado de um processo coletivo, no qual a constituição da memória de um indivíduo resulta do entrelaçamento das memórias individuais e coletivas: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Ainda sobre a memória, Thomson (1997) faz a analogia de que ela é constituída de camadas, e cabe ao historiador adentrá-las, para construir ou reconstruir a história através da oralidade. Mas também entendo que as memórias nunca vão ser limpas, pois as nossas habilidades e experiências moldam nossa capacidade de análise e escrita. Assim como afirma Errante (2000, p. 165), a memória não é uma história, é um elo entre a rememoração do sujeito com a minha própria narrativa, e disso a autora se deu por conta em uma entrevista que realizou em Moçambique: “Eu estava ignorando que os eventos de História Oral tinham se cruzado com outra narrativa corrente: a minha própria narrativa”.

Nora (1978, p. 9) acrescenta que a memória é um acontecimento do passado, porém a “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações susceptíveis de longas latências e de repentinas revitalizações” e também “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”.

Memória não é simplesmente um exercício de lembrança, como discutido por Fentress e Wickham (1992) e Tonkin (1991), elas nos revelam as práticas e a construção da história local a partir dos sujeitos entrevistados. Revisitar o passado e traduzir essas práticas nos revelam um tempo social (HALBWACHS, 2006). A entrevista foi um recurso muito importante nesta pesquisa. Entretanto, não é uma tarefa fácil transformar narrativas em memórias, e, por conseguinte, torná-las passíveis de análise na perspectiva da História Oral.

As memórias estão atreladas à História Oral. Assim, Meihy (1996, p. 27) considera três elementos importantes na construção desse método: “o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação”. Refletindo esses três elementos, penso que ao entrevistador atribui-se a importância de fazer as perguntas adequadas, proceder a escuta sensível, realizar os excertos, criar categorias de análise e cotejar com as literaturas e documentos. Por conseguinte, com a escolha adequada dos entrevistados, os mesmos podem atribuir sentidos às experiências revisitadas ou não. E a gravação é muito importante, bem como a sua transcrição realizada pelo próprio pesquisador pode auxiliar na escuta sensível.

As memórias estão atreladas à História Oral, metodologia caracterizada por Alberti (2004) como constituinte da história da vida através da oralidade, favorecendo o revisitar do passado. Quando se pretende utilizar fragmentos de vida, o método contribui por meio de temáticas, como é o caso do estudo em questão, que transcende a simples escuta, “uma vez que fazer História Oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, com algumas perguntas na cabeça” (ALBERTI, 2004, p. 29).

Com base na concepção de pesquisa da História Oral, a partir das memórias imbricadas nas narrativas dos sujeitos pertencentes a esse tempo e espaço, buscou-se analisar e produzir uma reflexão da história das práticas de higiene na formação de professores.

A busca pelos sujeitos que fizeram parte da investigação iniciou-se na internet, através da ferramenta *Google*, na procura por notícias, recortes de jornal e trabalhos científicos sobre a Escola Normal Duque de Caxias. Então, dentre os resultados da pesquisa, emergem reportagens da *Clic RBS* com as turmas de formadas de 1951, 1953, 1954, 1964. Minha tentativa era por sujeitos possíveis à aproximação do período em que a Higiene estivesse prescrita como disciplina e que pudesse ser identificada por esses egressos, evidenciando-a na formação de professores e nas possibilidades de culturas escolares.

A foto da segunda turma de formandos da Escola Normal Duque de Caxias do ano de 1951, presente no corpo da reportagem, fazia parte do acervo pessoal de Lourdes e foi autorizada pela mesma a divulgação nesta pesquisa. Logo, essa foto, na qual a turma está acompanhada da paraninfa, Matilde Zatar, constitui-se como meu ponto de partida para

identificar as 15 alunas formadas que integraram a Escola Normal Duque de Caxias. Elas iniciaram o curso em 1949 e formaram-se professoras de séries iniciais em 1951.

Figura 1 - Turma de formadas da Escola Normal Duque de Caxias no ano de 1951



Fonte: Arquivo pessoal de Lourdes Curra.

A primeira narrativa desse grupo foi de Lourdes e, a partir desse contato, faço progressos, pois é ela quem dá início à indicação de outros sujeitos. Esse método não probabilístico foi chamado por alguns autores de “bola de neve”. Já outros, como Albuquerque (2009), define o primeiro participante como “semente”; e os próximos, “filhos da semente”. Esse método consiste em o primeiro participante indicar os novos, participantes formando uma “cadeia” de informações socioculturais.

As entrevistas foram realizadas na residência das egressas e conduzidas oralmente. A fim de guiar as entrevistas, foi pensado num roteiro pré-estabelecido que fosse pertinente acerca da investigação. As questões foram elaboradas a partir do tema, problema e objetivos da pesquisa, baseadas também na construção teórica, documental e legislação vigente; as questões foram conduzidas oralmente e estão descritas em APÊNDICE A. As perguntas foram

elaboradas com relação à indicação de Thompson (1992, p. 260), que propõe: “As perguntas devem ser sempre tão simples e diretas quanto possível, em linguagem comum”.

A realização das entrevistas e a sua divulgação foram autorizadas pelos sujeitos por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido descrito no APÊNDICE B, e os sujeitos optaram por serem identificados pelo nome nesta pesquisa. Foram tomados também alguns cuidados específicos em razão de as entrevistadas terem avançada idade, como preconizado por Bonazzi-Tourtier (2002, p. 243): “limitar o tempo das entrevistas e evitar perguntas excessivamente meticulosas do ponto de vista cronológico e o cansaço do entrevistando”. Sendo assim, foram definidos, em média, 45 minutos de entrevista. Depois disso, trocamos contato telefônico e foi preciso retornar apenas uma vez para retomar algumas questões necessárias da entrevista.

O diálogo foi gravado na íntegra, com o auxílio de um gravador e um celular, de modo a manter a originalidade das perguntas e respostas, respeitando a fala dos sujeitos. Quanto à transcrição, considere as minhas impressões durante as falas, uma escuta e escrita sensíveis. Essas indicações estão descritas no Manual de História Oral da autora Verena Alberti (2004), que diz que devemos grifar aspectos importantes ou relevantes, indicar momentos de silêncio, risos e emoção que serão possíveis durante a entrevista e que auxiliam na compreensão do modo como os sujeitos representam o tempo vivido.

Thompson (1992, p. 337) também indica que devemos realizar um registro fidedigno da entrevista: “a História Oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras”. Refletindo sobre essa afirmação, ofereço uma cópia da transcrição para as entrevistadas, a fim de lerem e consentirem. Combinamos também que irão receber uma cópia do trabalho final para guardarem de recordação, pois, como afirmado por Edelweiss Rossarola Soares (2019): “*serão nossas memórias contadas por você e não queremos perder isso*”. Segundo Alessandro Porteli (2016), é importante demonstrar respeito, estabelecer a confiança e trocar aprendizados entre entrevistadores e entrevistados.

Apresento, então, os sujeitos desta pesquisa, que, através dos discursos orais, materializados nas entrevistas, constituíram a turma de formandos de 1951 da Escola Normal Duque de Caxias. No quadro a seguir, exponho alguns dados que foram coletados na entrevista, como nome, idade e formação.

Quadro 1 - Sujeitos entrevistados

Sujeitos	Idade	Formação/local de formação
Lourdes Curra	85 anos	Magistério na Escola Normal Duque de Caxias (1951). Técnico em Supervisão Escolar no Instituto de Educação Flores da Cunha. Pedagogia na Universidade de Caxias do Sul. Habilitação em Inspeção Escolar e Administração Escolar na Universidade de Caxias do Sul.
Edelweis Rossarola Soares	86 anos	Magistério na Escola Normal Duque de Caxias (1951).

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Lourdes Curra, 85 anos, nascida em Flores da Cunha e residente em Caxias do Sul desde 1941, foi a primeira entrevistada e aceitou ser fotografada em sua biblioteca particular no dia da entrevista.

Figura 2 - Foto de Lourdes Curra



Fonte: Acervo da autora.

A egressa formou-se em 1951 com habilitação em Magistério pela Escola Normal Duque de Caxias, situada em Caxias do Sul. Após, cursou o Técnico de Supervisão Escolar em Porto Alegre, no Instituto de Educação Flores da Cunha. Também se formou em Pedagogia na UCS e realizou habilitação em Inspeção Escolar e Administração Escolar na UCS.

Eu trabalhei em Nova Petrópolis. Depois, eu vim para Caxias, eu pedi para o Padre Jordani que tinha escolinhas particulares e conseguiu que eu fosse cedida do governo para a escola particular. Trabalhei na Escola Madre Joana de Camargo lá no Bairro Medianeira, depois de lá eu fiz concurso e vim pro Maguari, então fui convidada por uma pessoa que estava substituindo a delegada naquele tempo para fazer o curso em Porto Alegre com bolsa de estudos em Porto Alegre. Depois, então, eu fiz aqui na UCS Pedagogia (Lourdes Curra, 2019).

Com o propósito de identificar outras egressas, ao término da entrevista pergunto se ela tem contato com alguma colega dessa turma de formadas que pudesse me indicar para continuar minha pesquisa, e ela responde: *“sim, eu tenho contato com Edelweiss, somos muito amigas até hoje, e mais uma colega que mora no Paraná, que tenho o telefone”* (Lourdes Curra, 2019).

A segunda entrevistada, identificada através de Lourdes, foi com Edelweiss. Marcamos a entrevista em seu apartamento no dia e horário combinado por telefone. Apresento, então, Edelweis Rossarolla Soares, 86 anos, formada no magistério pela Escola Normal Duque de Caxias no ano de 1951.

Figura 3 - Foto de Edelweiss



Fonte: Acervo pessoal de Edelweiss Rossarola Soares (2019).

Edelweiss morou dos 7 aos 15 anos em Cachoeira, após mudou-se para Caxias do Sul, no ano de 1948, um ano antes de iniciar a formação de professores: *“eu tinha 15 anos, aí eu fui estudar no colégio, na Escola Normal Duque de Caxias, fiz a quarta série lá e o vestibular pra fazer o curso de formação de professores de magistério”* (Edelweiss Rossarola Soares, 2019).

Infelizmente não foi possível entrevistar outras egressas dessa turma, pois já estão ausentes. E outras, não consegui encontrar. Lourdes, com pesar, exprime: “*Faleceram na verdade muitas já da nossa turma*” (Lourdes Curra, 2019). Edelweiss, também com pesar e tristeza, pronuncia os nomes das colegas que não conseguiria mais entrevistar: “*as alunas Aida, Carmen, Ceci, Maria, Evalina, Rudemir, Terezinha, Wilma e Dorothe já faleceram*” (Edelweiss Rossarola Soares, 2019).

Realizei, então, duas entrevistas. Foi uma hora e trinta minutos de gravação, mas pretendo valorizar cada informação na escrita desta dissertação. Durante as entrevistas, as egressas revelam e autorizam o uso de algumas evidências com relação à turma e à escola pesquisada, dentre elas, fotos e certificado de conclusão. Após tratamento dos dados, esses materiais valem-se de documentos passíveis de análise. O conceito de documento foi descrito por Cellard (2008, p. 296) como: “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”.

As fotografias disponibilizadas por Lourdes e Edelweiss ganham destaque como documento nesta pesquisa, pois, como afirmado por Krauss (2002), ela se posiciona principalmente como documento e não apenas no campo artístico, seja apenas no sentido informativo ou no sentido de prova e evidência. Isto é, os documentos podem auxiliar tanto na autenticação da obra quanto na sua compreensão, ou mesmo representar como ela foi construída ou apresentada. Conforme Ferverza (2009, p. 47), a fotografia representa “[...] quais processos participaram de sua concepção e de sua realização, de como foi pensada por seu autor e também do modo como foi recebida”.

Portanto, a fotografia poderá servir como representação das atividades escolares, realizar reflexões acerca dos modos de vestir, comportar-se e organizar-se quanto escola de formação de professores, e também evidenciar as práticas de higiene.

Quadro 2 - Fotos de arquivo pessoal das egressas

Fotos de arquivo pessoal	Quantidade de fotos	Descrição	Ano
Lourdes Curra	5	Foto no dia da entrevista. Equipe de Vôlei da Escola Normal. Turma de formadas da Escola Normal Duque de Caxias. Foto com a paraninfa na formatura.	2019 1951 1951 1951
Edelweis Rossarola Soares	2	Foto recente dela.	2019

Fonte: Elaborado pela autora a partir do acervo pessoal de Lourdes Curra e Edelweis Rossarola Soares (2019).

Edelweiss Rossarola Soares (2019) também contribui com uma importante fonte, o histórico escolar disponibilizado no dia da entrevista. Ele se constitui de documento que evidencia, através da representação, as disciplinas cursadas na formação de professores. Segundo Frago (2008, p. 27), “devem ser situados como fonte histórica no contexto das práticas e pautas escolares, sociais e culturais de sua época, seu uso há de completar-se e combinar-se com outras fontes históricas”. No quadro abaixo, estão as informações relacionadas ao histórico escolar de formação da Escola Normal Duque de Caxias e os cadernos com o planejamento das aulas disponibilizados para pesquisa.

Quadro 3 - Histórico Escolar (1951)

Edelweiss Rossarola Soares	Ano	Excerto
Histórico escolar de formação de professor na Escola Normal Duque de Caxias, Caxias do Sul, RS.	1951	Descrição das disciplinas cursadas por Edelweiss na formação de professores na Escola Normal Duque de Caxias.

Fonte: Histórico Escolar de Edelweiss Rossarola Soares (1951).

Ao fazer o uso do histórico escolar, serão observados o conteúdo escrito e as concepções subjacentes. Logo, implica-se dizer que se trabalha “a palavra, a prática da língua realizada por emissores identificáveis” (BARDIN, 1977, p. 43). Privilegiou-se a identificação de conteúdo de Higiene, a partir das disciplinas desenvolvidas por Edelweiss em sua formação docente.

Nesse sentido, os documentos irão fortalecer a pesquisa através de suas representações e são passíveis das reflexões, embates, problematizações e questionamentos que se fazem necessários e possibilitam a produção dos sentidos em determinados tempos e espaços por sujeitos distintos. O acervo do Arquivo Municipal João Spadari Adami também agrega importantes documentos a minha pesquisa, pois, através deles, foi possível identificar e coletar

imagens dos documentos oficiais de ensino de 1936 e 1943 do município de Caxias do Sul, relatórios do gabinete médico da Escola Normal Duque de Caxias, a Ata de registro de notas da escola de formação de professores primários e da diretoria de Higiene Municipal. Registrados através de fotografias, esses documentos foram organizados em pastas, depois em quadros e por últimos selecionados os excertos. A seguir, descrevo os documentos e o número de páginas de cada um que irão compor a empiria nesta dissertação.

Quadro 4 - Documentos do Arquivo Municipal João Spadari Adami selecionados para análise

Código do arquivo	Documentos	Descrição e período	Nº de páginas
06.01.05	Regulamentos e estatutos	Programa de Ensino para aulas rurais do município de Caxias do Sul (1936).	12 páginas
06.01.05	Regulamentos e estatutos	Programa de ensino para as escolas municipais de Caxias (1943).	43 páginas
06.02.05	Escola Normal Duque de Caxias	Relatório do consultório dentário e do gabinete médico (1959-1960).	18 páginas
08.01.09	Diretoria de Higiene Municipal	Relatório de serviços executados pela Diretoria de Higiene Municipal (1931 - 1935).	6 páginas
01.01.08	Lei Orgânica do município	Lei Orgânica Municipal de Caxias do Sul (1948).	26 páginas
06.01.05	Decreto nº 3898 da Instrução Pública de 1927	Regulamento da Instrução Pública com relação à inspeção médico-escolar (1927).	174 páginas
06.01.10.04	Curso de Formações de Professores Primários – Escola Normal Duque de Caxias	Estado do RS - Secretaria da Educação (1955).	10 páginas
06.01.10	Lei nº 1143 do Estatuto do Magistério de Caxias do Sul de 1962	Aprova o estatuto do Magistério Público Municipal de Caxias do Sul (1962).	10 páginas
08.01.10	Posto de Higiene Municipal de Caxias do Sul	Correspondências expedidas e recebidas pelo Posto de Higiene 1939 a 1949.	10 páginas
01.02.01	Posto de Higiene de Caxias do Sul	Posto de Higiene 1950.	3 páginas
06.02.05.03	Matrículas, frequência e notas	Livro de registro de médias e notas dos alunos da Escola Normal Duque de Caxias. Data: 1947.	5 páginas
06-02-05-02	Atas de registro de prova oral da Escola Normal Duque de Caxias. Ano letivo de 1954	Livro de pontos, atas e notas do Curso de Formação de Professores Primários (1954).	10 páginas
06-01-05-01	Circular nº 11 da Instrução Pública sobre o uso de uniformes	Circular expedida ao município de Caxias do Sul em 08 de abril de 1943.	1 página

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos do Arquivo Municipal João Spadari Adami.

As fotografias coletadas neste mesmo acervo também se constituem de marcas historiográficas, sua análise também permite reflexões com relação às evoluções locais da época. “A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se

tornar uma mensagem que se processa através do tempo, tanto como imagem/documento quanto imagem/monumento” (CARDOSO, 1997, p. 406). Isso se confirma nas imagens descritas no quadro a seguir, que são oportunas e dão sentido à urbanização recorrente em Caxias do Sul em curto espaço de tempo.

Quadro 5 - Fotos do Arquivo Municipal João Spadari Adami

Número do arquivo	Quantidade de fotos	Descrição	Ano
04.01.02	2	Processo de urbanização em Caxias do Sul.	1877 e 1940

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos registros fotográficos do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Também foram coletados, organizados e transcritos excertos de documentos da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul através do Centro de memória e outros documentos do legislativo que podem ser evidenciados no quadro a seguir, bem como identificar as páginas que foram selecionadas para a pesquisa.

Quadro 6 - Documentos Legislativos

Local	Assunto do documento	Descrição/Ano	Nº das páginas
Documentos Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul: Centro de Memória	Código Administrativo	Capítulo VII- Da Higiene pública em geral (1920).	Páginas 13 - 19
Documentos Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul: Centro de Memória	Ata administrativa	Solicitação de lixeiras e paradas de ônibus Caxias do Sul (1953).	2 páginas
Documento da Câmara dos Deputados	Decreto nº 30.691	Regulamenta a inspeção sanitária (1952).	174 páginas
Documento Câmara Legislativa do Brasil	Projeto N; 1087-A	Empréstimo para sanar compromissos com a Organização Mundial de Saúde (1949).	10 páginas
Documento da Câmara Municipal de Caxias do Sul	Lei nº 151, de 19 de maio de 1.949 e regulamentada pelo nº 230 de 31 de dezembro	Criação da escola de Belas Artes (1950).	5 páginas

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos do Legislativo (Municipal, Estadual e Federal).

Além disso, observou-se, através da apresentação da dissertação de Dewes⁴ (2019), que a temática da higiene estava presente nas páginas do Jornal Despertar, que era um órgão das escolas municipais de Caxias do Sul, que teve circulação entre os anos de 1947 e 1954. Movida pela curiosidade e tendo em vista que este poderia contribuir nas representações das práticas de higiene e poderia ser um influenciador na criação de hábitos e culturas escolares, decido investigar sobre o mesmo.

Os jornais ou periódicos impressos constituem-se fontes de disseminação de informação, tendências e influenciam de certa forma o período em questão, pois poucos tinham televisão até 1950. Segundo Kobori (2017, p. 107), os impressos começam a ser usados como fonte documental no início do século XX e foram usados como veículo de poder: “Os órgãos de comunicação também são vistos como órgãos de poder, colaborando para afirmar a escolha da imprensa escrita como fonte de estudo das ciências humanas e sociais”. Isso é reafirmado por Capelato (1998), que diz que jornais fazem parte da vida das pessoas, permitindo que o pesquisador possa captar práticas sociais, costumes da sociedade, determinados grupos em determinado tempo e espaço.

⁴ Elisângela Cândido da Silva Dewes escreveu uma dissertação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, intitulada: “O Despertar”: Uma História das Práticas da Educação Rural em Caxias do Sul (1947-1954), dentre os assuntos, textos e imagens que o periódico desenvolvia situava-se a Higiene. Inclusive uma página em cada edição era destinada à Higiene ou Conselhos Úteis.

O material coletado foi organizado de forma a tornar mais fácil a leitura e compreensão dos dados em uma tabela do Word, e, para facilitar os possíveis acessos de outros pesquisadores, deixo registrado o número do arquivo utilizado pelo Arquivo Municipal na organização dos mesmos; descrevo também o mês de publicação e a página do recorte com o título Higiene e Conselhos Úteis para que eu possa fazer as citações e transcrições posteriores dos periódicos de 1949, 1950 e 1951.

Quadro 7 - Excertos do Jornal Despertar sobre higiene

Nº do registro no Arquivo	Ano da publicação	Mês da edição	Nº de páginas	Página do recorte	Excerto
BR RS APMCS PM-06-01-14-01-1949-05 06 1949	1949	Maio e junho	10	5	Hábitos
BR RS APMCS PM-06-01-14-01-1949-07 1949	1949	Julho	10	6	Hábitos
BR RS APMCS PM-06-01-14-01-1949-08 1949	1949	Agosto	10	6	Doenças
BR RS APMCS PM-06-01-14-01-1949-09 1949	1949	Setembro	20	13	Lavagem de mãos
BR RS APMCS PM-06-01-14-01-1950-06 1950	1950	Junho	8	5	Hábitos
BR RS APMCS PM-06-01-14-01-1951-02 1951	1951	Fevereiro	8	5	Aperto de mãos
BR RS APMCS PM-06-01-14-01-1951-09 1951	1951	Setembro	16	6	Hábitos

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Jornal Despertar.

Em Caxias do Sul, também circulava, entre os anos de 1933 e 1951, o Jornal O Momento, na sua capa apresentavam o seguinte slogan: “Jornal Independente: A serviço do Progresso e da democracia”. Por se tratar de um veículo de informação que abrangia esta cidade, suas páginas contribuem na identificação das práticas da Escola Normal Duque de Caxias e constituindo-se de evidências do papel social da referida escola:

Quadro 8 - Jornal O Momento

Nº do jornal/edição	Mês/ano de publicação	Página	Excerto
ANO XII/ 00541	Agosto/1943	1	Escola Normal Duque de Caxias: troca de nome da escola.
ANO XVII/ 00828	Fevereiro/1949	1	Escola Normal Duque de Caxias do Sul: exames artigo 90.
ANO XVII/00859 e 00860	Outubro/1949	3, 2	Escola Normal Duque de Caxias: participação conferência.
ANO XVIII/ 00891	Maio/1950	1	Escola Normal Duque de Caxias: homenagem à diretora.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Jornal O Momento.

Nesse sentido, os manuais também estavam presentes como meio de disseminação de informações e, por isso, servem como corpus empírico. Assim, destaco aqui o Manual de Saneamento disponibilizado pelo Ministério da Saúde em parceria com os Serviços de Saúde Pública, com o intuito de servir como manual aos guardas sanitários e propõe soluções apropriadas às condições existentes nas diversas regiões brasileiras.

No quadro a seguir, apresento o manual que farei o uso como documento que dá indícios às práticas e representações de higiene no período em questão.

Quadro 9 - Manual de Saneamento Básico do Ministério da Saúde

Manuais	Ano de publicação	Página	Excerto
Manual de Saneamento Básico	1950	432	Transmissão de doenças por baratas e como evitar.
Manual de Saneamento Básico	1950	442	Manuseio adequado dos utensílios e de alimentos preparados.
Manual de Saneamento Básico	1950	460	Saneamento básico para áreas rurais.
Manual de Saneamento Básico	1950	457	Dimensões e proporções corretas para cadeiras e carteiras escolares.
Manual de Saneamento Básico	1950	503	Noções de topografia.
Manual de Saneamento Básico	1950	532	Estrutura de chuveiro fechado.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Manual de Saneamento Básico (1950).

Muitos estudiosos apontam para o uso de manuais escolares no período, entre eles Barum (2011), falando sobre os materiais de higiene e limpeza que circularam nas escolas primárias gaúchas, e Badanelli (2010), que dialoga sobre o manual escolar servir como fonte primária de pesquisa a ser usado na investigação da história interna da escola, as contribuições

e limitações no seu uso em sala de aula. Traz também um contexto interessante sobre a mensagem emitida pelo manual e as diversas formas de percepção do mesmo por sujeitos e contextos diferentes.

A questão sobre esses compêndios também foi discutida por Cunha (2013), que analisa o manual escolar de Aquilles Archêro Júnior, “Lições de Pedagogia”, de 1955, do 1º ano, produzido para o uso de Escolas Normais no Brasil, que dialogou com “A arte da leitura”, de 1949, do autor Mário Gonçalves Viana, produzido em Portugal, que circulava no Brasil. A Lição I do manual de 1955 (p. 2), na sua página inicial, está descrito “a Escola Normal é o lugar onde se preparam profissionais”. Logo os manuais de cunho pedagógico permearam as escolas no período em questão, bem como a Revista de Ensino, que também foi publicada com o propósito de auxiliar professores a desenvolverem melhores métodos e processos do ensino da Higiene (GUALTIERE, 2008).

Após essa etapa de organização dos documentos relevantes à investigação, realizei a separação das unidades fundamentais e significativas para pesquisa, que constituem a análise documental, chegando a elementos que possam ser manipulados, articulados e amarrados à produção da análise, a fim de estabelecer relações com os objetivos propostos e obter conclusões da pesquisa. O processo foi realizado da seguinte forma: leitura individual, escolha e separação dos excertos dos documentos pertinentes, valendo-se do interesse de pesquisa, da relevância e confiabilidade dos dados. Conforme Cellard (2008, p. 303), novamente é o “[...] momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave”.

Após organizados e selecionados os excertos que dialogam com a pesquisa, foram criadas as categorias a partir das tendências identificadas. Luchese (2013) escreve sobre a necessidade de se criarem categorias de análises após a coleta de documentos para construção do *corpus* documental: “Idas e vindas aos arquivos, acesso a acervos pessoais e públicos, volume de documentos disponíveis cria a necessidade de sistematização, de categorização por temas, considerando-se o contexto e o objeto pesquisado” (LUCHESE, 2013 p. 150-151). Assim, essa organização documental contribui para definir o ensino da Higiene como elemento a ser percorrido nesta pesquisa.

Como resultado desse processo de recolha da empiria e redução dos dados, emergem as categorias de análise, baseadas na questão de como a Higiene foi pensada no contexto escolar por Vidal (2003) e readaptadas por mim: (1) relações de aprendizagem no respeito às normas higiênicas; (2) disciplinarização do corpo e de seus gestos; (3) saberes e fazeres sociais. Essas

divisões possibilitaram diálogos, reflexões, embates e conexões entre as diversas fontes e estarão descritas nos próximos capítulos.

A análise valeu-se dos princípios da História Cultural e a partir de conceitos de representações, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades apresentadas por Pesavento (2005) e por Roger Chartier (1998, p. 27) em sua obra “A História Cultural: entre práticas e representações”, na qual escreveu “esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido”. Pensando na individualidade dos sentidos que foram atribuídos à higiene e à forma com que os egressos praticaram esses conceitos propostos neste estudo, convém mencionar também a tríade conceitual de representação como forma de dar sentido ao mundo: a prática que constrói o mundo como representação; a apropriação que põe em evidência e a pluralidade de leituras possíveis (CHARTIER, 1998).

A análise dos documentos e memórias tem por finalidade cruzar as informações, o que Grazziotin e Almeida (2012, p. 4) chamaram de unir o “contato com as fontes”. Eles são muito importantes para que as narrativas possam estabelecer relações com os documentos e dar credibilidade à pesquisa, sendo assim, cruzar os fios, preencher algumas lacunas e abrir outras possibilidades da história com tudo que se quis contar e lembrar. Alguns esquecimentos surgem nesse cruzar dos fios, mas entrego os vestígios a mim confiados e a partir deles criei uma perspectiva histórica sob a luz cultural, com menos fios quebrados do que quando encontrei. A partir dessa ideia elaborada pelas autoras, faço conexões entre as memórias das egressas e o cotejamento com os documentos de arquivos e legislações vigentes.

Para a realização de uma análise descritivo-reflexiva de resultados, examino os dados coletados e as observações feitas durante o processo de investigação, considerando que tais fontes de informações representarão dados significativos que servirão de indícios das práticas da higiene recorrentes no período, na dimensão das práticas por esses sujeitos, hábitos e culturas. Mas, assim como qualquer outra fonte histórica, as memórias produzem uma ligação do sujeito com o seu lugar e têm suas fragilidades e limitações. A fim de que forneça evidências concretas, Barros (2012, p. 414) descreve algumas questões que são pertinentes e dão credibilidade à pesquisa.

Pertinência: Escolha dos documentos adequados aos objetivos da pesquisa; **suficiência:** A documentação deve estar apta a cobrir todos os lados do problema; **exaustividade:** Uma vez definido um corpus pertinente, não devem ser deixados de lado; **representatividade:** é possível trabalhar por amostragem; **homogeneidade:** no tema, no discurso, na produção; organização do corpus por setores: o corpus pode incorporar fontes relativamente heterogêneas, em setores cada qual passível de uma forma distinta de tratamento (grifos da autora).

Após descritos os percursos ou caminhos desenvolvidos para elaboração deste estudo, tais como desenvolvidos por Barros (2012, p. 414) - “escolha dos documentos”, separação dos excertos pertinentes que implicam diretamente na “suficiência”, a redução dos dados e a criação de categorias para obtenção da “amostragem” -, chega a hora do “tratamento dos dados”. No capítulo a seguir, foi possível fazer um percurso histórico e contextualizar a saúde e a educação no período de 1949 a 1951, que foi marcado pelo crescimento e a urbanização acentuados, situando nos níveis federal, estadual e municipal. Ainda será abordado o impacto causado por um avanço populacional rápido, principalmente nas regiões urbanas, estabelecendo relações com documentos, legislação vigentes e o Manual de Saneamento Básico do Ministério da Saúde.

3 SAÚDE, EDUCAÇÃO E OS MOVIMENTOS PARA AS PRÁTICAS HIGIENISTAS (1949-1951)

Proponho, neste capítulo, pensar na educação e saúde da população no início do século XX, período em que se encontram movimentos de reestruturação das cidades decorrentes da forte industrialização e aglomeração da população em áreas mais urbanas. Nesse período, a exclusão social tomava conta da população, comumente havia dimensões da riqueza e pobreza, e que era expressadas por meio das condições de moradia, saneamento básico precário, em que poucos tinham acesso aos serviços de saúde e de escolarização, bem como a necessidade de formação de professores para atender às demandas. Discorro aqui a contextualização da saúde e do ensino nas Escolas Normais, no espaço e tempo estudado, e os movimentos em prol das práticas higienistas que pudessem corroborar com a formação de hábitos e culturas escolar.

3.1 MOVIMENTOS PARA A PRÁTICA DA HIGIENE: CENÁRIO NACIONAL

A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, está prevista na Constituição Brasileira de 1988, no artigo 196. O conceito de Saúde muda ao longo dos tempos, segundo a OMS, “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença” (BRASIL, 1974, p. 5). Logo, a saúde começa a ser vista com outros olhos, e pensada nos vários fatores e necessidades básicas que interferem na saúde da população a partir da Constituição de 1988.

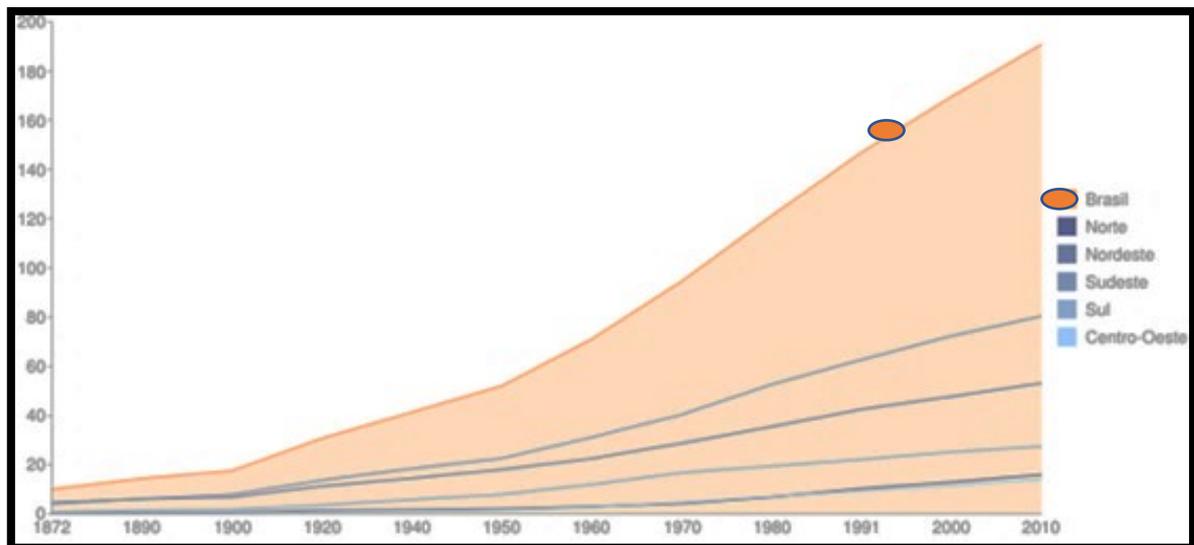
Dessa maneira, proponho refletir a saúde como a ausência de doença, pois assim era conceituada no período estudado de 1950, período este em que se encontra a dualidade de uma população muito rica e outra muito pobre, bem como os problemas decorrentes da forte industrialização e aglomeração de pessoas em áreas mais urbanas, contextualizo o espaço e tempo estudado, fazendo relações entre o crescimento populacional, os problemas de saúde enfrentados e a escola como educadora e formadora de hábitos e culturas da higienização da infância.

Cabe ressaltar que a infância é uma fase do desenvolvimento humano em que o ser se encontra muito suscetível a doenças, por conta da baixa imunidade e também por ainda não ter os mesmos cuidados com a higiene do corpo, das mãos, dos dentes, entre outros. Portanto, as doenças prevalentes na infância são muito comuns e podem ser causadas por vírus, bactérias e parasitas. Ana Paula Korndörfer (2015, p. 63) define alguns aspectos que poderiam garantir a melhoria na transmissão de doenças parasitárias: “com a construção de latrinas, e a utilização de calçados”.

O Brasil é um país continental com uma área aproximada de “8,5 milhões de quilômetros quadrados” (IBGE, 2016, p. 17). Além de uma grande expansão geográfica, possui diferenças econômicas, sociais, culturais e sanitárias nos diferentes estados que o compõem (MENDES, 1998, p. 17). Neste capítulo, desenvolvo um parâmetro geral do Brasil, mas com foco no Rio Grande do Sul e Caxias do Sul, pensando que nesse período ainda não se falava na descentralização a nível local das ações em saúde.

O final do século XIX e o início do século XX no Brasil exigiam mudanças urgentes na estrutura das cidades, que não estavam preparadas para esse rápido crescimento e questões de saúde pública referentes a esse aglomerado de pessoas. O crescimento populacional foi se intensificando ao longo dos anos, e isso pode ser percebido segundo dados do Censo Demográfico; o Brasil tinha, no ano de 1900, 17.438.434 habitantes, e esse número cresceu absurdamente até 1960, chegando a 70.992.343. Esse aumento substancial pode ser percebido na figura a seguir.

Figura 4 - População nos Censos Demográficos (1872-2010)



Fonte: IBGE (BRASIL, 2010).

Kloetzel (1980, p. 40) afirma que houve uma “explosão” no crescimento populacional, em ritmo celerado e que “mais que dobrou” entre o período de 1900 e 1950. Ele acrescenta que não foi a mortalidade que diminuiu, pois as epidemias, principalmente de peste bubônica, matavam milhares de pessoas, mas que tem relação com o aumento do nível socioeconômico da população (KLOETZEL, 1980). Jardim (2001, p. 4), da Fundação de Economia e Estatística, diz que esse aumento populacional se dá principalmente pela fecundidade das mulheres no

período: “as altas taxas de fecundidade experimentadas pelas mulheres até a década de 50 são explicadas pela fecundidade natural, já que, naquela época, não havia quase nenhum controle de natalidade”.

Segundo Yunes e Ronchezel (1974, p. 4), os índices de mortalidade no Brasil no ano de 1940 são de “24,94 por mil habitantes”, e, ao que tange a infância, “171 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidos vivos”. A infância é uma fase do desenvolvimento humano em que o ser se encontra muito suscetível a doenças, por conta da baixa imunidade e também por não ter os mesmos cuidados ainda com a higiene do corpo, das mãos, dos dentes, entre outros. Portanto, as doenças prevalentes na infância são muito comuns e podem ser causadas por vírus, bactérias e parasitas. Ana Paula Korndörfer (2015) publicou um texto, em “Racionalidades em Disputa. Intervenções da Fundação Rockefeller na Ciência, Medicina e Práticas Médicas do Brasil e América Latina”, em que ela escreve sobre a questão das doenças parasitárias na infância como um problema de saúde pública.

A doença era entendida, naquele contexto, como uma doença “evitável” responsável, em parte, pelo “atraso” do Brasil, foi alvo de ações/campanhas realizadas a partir de cooperações estabelecidas entre governos estaduais, uma instituição filantrópica norte-americana, a Fundação Rockefeller (FR) e, em muitos casos, com a participação também do governo federal (KORNDÖRFER, 2015, p. 53).

As políticas públicas influenciaram e influenciam até hoje no contexto de saúde-doença, elas passaram por várias reformulações com o intuito de melhorar a qualidade e a expectativa de vida da população. Mas existem algumas lacunas entre a formulação das políticas públicas e a forma com que são colocadas em prática. Mainardes (2006, p. 59) considera três aspectos importantes com relação à política: “neste contexto, pode-se identificar a existência de um contexto de influência, de um contexto de produção de texto (escrito ou não) e de um contexto da prática”. Nesse sentido, as estratégias e políticas foram formuladas e implantadas nos diversos contextos e adequadas às práticas locais.

Para que possamos entender como as políticas públicas evoluíram no Brasil, faz-se necessário recuar até início do século XX, quando a estruturação das políticas públicas está voltada ao paradigma do higienismo e com ações públicas de saneamento e de promoção da saúde voltada principalmente às doenças infecciosas e parasitárias, com o intuito de reduzir o número de morbidades e mortalidades que acometiam a população nesse período.

No que tange aos avanços na medicina e a criação de hospitais no Brasil, Cunha *et al.* (2009) descrevem a chegada da corte Portuguesa ao Rio de Janeiro como importante na difusão das regras de higiene individual e coletiva, e também os grandes avanços no ensino médico e a

medicina brasileira, bem como a criação do Hospital Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro, que pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 5 - Hospital Santa Casa de Misericórdia



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Casa_da_Misericórdia_do_Rio_de_Janeiro.

No ano de 1903, que foi marcado por uma intensa política em torno da questão sanitária, ocupando lugar de destaque na saúde pública, o presidente Rodrigues Alves nomeou Oswaldo Cruz como Diretor do Departamento Federal de Saúde Pública. Nesse cargo, realizou várias ações voltadas à melhoria na saúde da população, como a organização dos batalhões intitulados "mata mosquitos", encarregados de eliminar os focos dos insetos transmissores da febre amarela, além da extinção de ratos e melhorar a limpeza das ruas (COSTA, 1985).

Tendo em vista esse cenário, o foco do Governo Brasileiro voltou-se para a saúde pública e principalmente nos espaços de circulação como estradas e portos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que viviam um período de ruas estreitas e sujas, saneamento precário e acometidos por epidemias de varíola, febre amarela, peste bubônica, febre tifoide e cólera, que mataram milhares de pessoas em todo Brasil. Então, surgem algumas preocupações em alterar a imagem da cidade e dos portos, pois os navios não queriam mais atracar aqui e isso estava

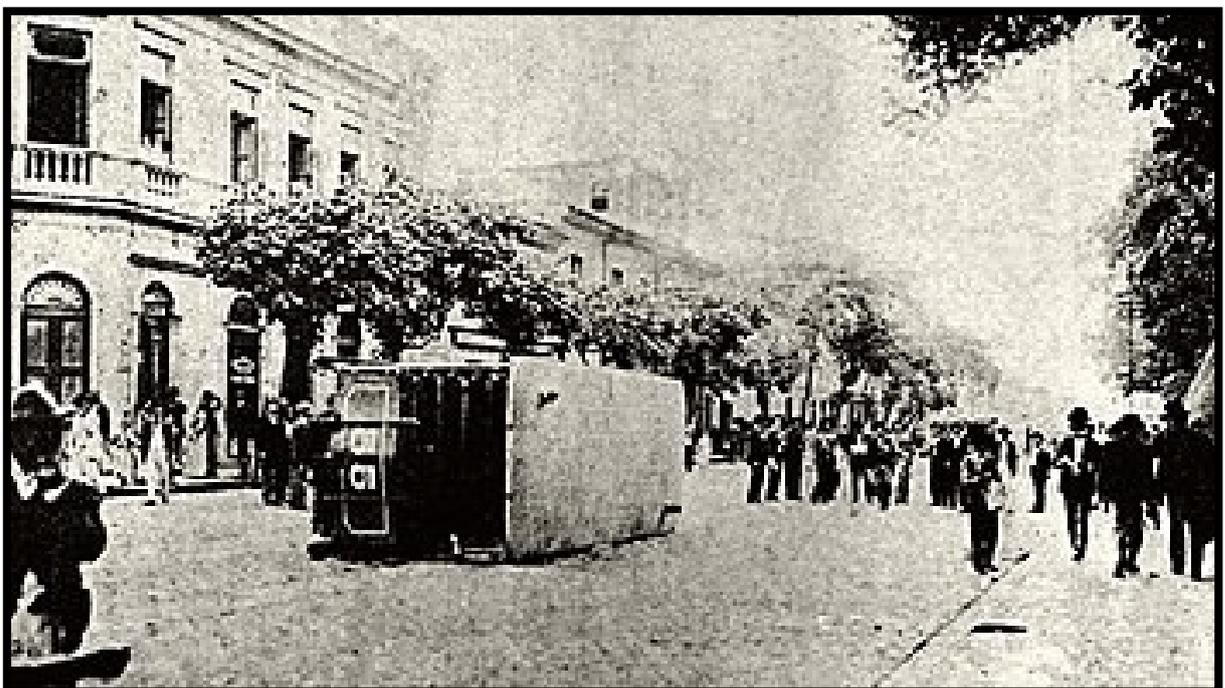
interferindo diretamente na economia do Brasil, como foi discutido por Silva *et al.* (2010, p. 2540):

Já no final do século XIX e início do século XX, o Estado viu-se obrigado a estruturar as primeiras intervenções sistemáticas de educação em saúde ampliadas às classes populares, justamente para combater as epidemias de febre amarela, varíola e peste, que estavam trazendo grandes transtornos para a exportação de café. Essas epidemias ameaçavam os interesses do modelo econômico agrário-exportador, pois, em decorrência destas, vários navios mercantes, sob bandeiras estrangeiras, vinham deixando de fazer escala no Brasil, passando ao largo da costa brasileira e aportando diretamente na Argentina.

Nesse período, também acontece a descoberta de algumas vacinas como a anti-varíola, e o governo decreta, através da Lei Federal nº 1261, de 31 de outubro de 1904, que todas as pessoas do território nacional deverão ser vacinadas. A população, descontente e humilhada pelo poder público autoritário e violento, não acreditava na eficácia da vacina e, assim, acontece a Revolta da Vacina, rebelião popular que provocou a suspensão da obrigatoriedade da vacina, porém, em 1908, uma nova epidemia de varíola acontece, e a população, assustada com o alastro da doença, procura pela vacinação (BERTOLLI FILHO, 2001).

O episódio transformou a cidade do Rio de Janeiro numa praça de guerra, onde foram erguidas barricadas e ocorreram confrontos generalizados, como pode ser observado na imagem abaixo, publicada no jornal A Verdade.

Figura 6 - Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro



Fonte: <http://averdade.org.br/novo/wp-content/uploads/2015/11/Vacina-3.jpg>.

Nesse contexto, as preocupações e pesquisas relacionadas à saúde e prevenção de doenças vinham se movimentando, pois seus efeitos impactavam em diversos setores. Em 1909, “Oswaldo Cruz anunciava à Academia Nacional de Medicina a descoberta de uma nova doença: a doença de Chagas, à época chamada de tripanossomíase americana” (IOC/Fiocruz, 2019), descobriu sobre o hospedeiro, diagnóstico, tratamento e controle do parasita. A doença em questão até hoje constitui-se de um problema de saúde pública.

No ano de 1920, cria-se o Departamento Nacional de Saúde Pública, liderado pelo Carlos Chagas, que trouxe para o interior jovens sanitaristas que iriam receber a notificação de doenças, realizar vacinas e inspecionar moradias e multar os que estavam insalubres, dando "consistência à estratégia de saúde pública", como foi apresentado sob a forma de um discurso dualizado, técnico e humanitário por Costa (1985, p. 57). Em 1921, Carlos Chagas solicitou à Fundação Rockefeller a organização de um serviço de enfermeiras para auxiliar no diagnóstico da população, e então a norte-americana Ethel Parsons foi quem abarcou essa demanda (BARREIRA, 1995, p. 15).

Em 1930, o Governo Provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, e quem assumiu como ministro foi Francisco Campos, que iniciou a reforma no ensino primário, secundário, Normal do estado e do sistema universitário, seguindo os postulados da Escola Nova. Nessa ocasião, questões sanitárias e políticas foram discutidas, e conseqüentemente surgiu a Constituição de 1934, art. 138 (BRASIL, 1934, p. 174-175), que assegura à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretando:

a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a natalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

Com a elaboração do artigo 138 da Constituição, criam-se serviços sociais que visavam a proteger a exploração da juventude, adotar medidas de hábitos de higiene para impedir a propagação de doenças transmissíveis e orientar sobre as condições de moradia. O momento histórico do Estado Novo, autoritarista, parece ter contribuído na organização de políticas públicas na saúde, no trabalho e na educação, bem como na atuação da Inspetoria Escolar em Caxias do Sul. No comando do Serviço Sanitário, o sanitarista Borges Vieira promoveu uma

reforma na estrutura do órgão e criou cursos de higiene e saúde pública para médicos, educadores sanitários e para jovens formadas na Escola Normal – curso equivalente ao ensino médio de formação de professores. “Sua proposta era deslocar o eixo das intervenções em saúde pública da polícia sanitária para a educação sanitária”, destaca a historiadora da educação Heloísa Helena Pimenta Rocha, da Faculdade de Educação da Unicamp (PIMENTA ROCHA, 2009).

Outra questão importante que contextualiza o ano de 1930 é a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública. Com modelo centralizado dos serviços de saúde, surgem a organização das caixas de aposentadoria e pensões e os institutos de previdência, a Consolidação das Leis do Trabalho em 1934 e a educação em saúde vem ganhando espaço para promoção e prevenção da saúde da saúde individual e coletiva (BERTOLLI FILHO, 2001).

Após as reformas da primeira república, inicia-se a utilização da ciência da higiene para avaliar o ambiente físico e social das populações, há uma maior fiscalização das ruas, casas, fábricas, hospitais, bares e cemitérios, torna-se obrigatória a notificação dos casos de doenças infectocontagiosas e permite-se apenas que médicos diplomados atendam a população (BERTOLLI FILHO, 2001).

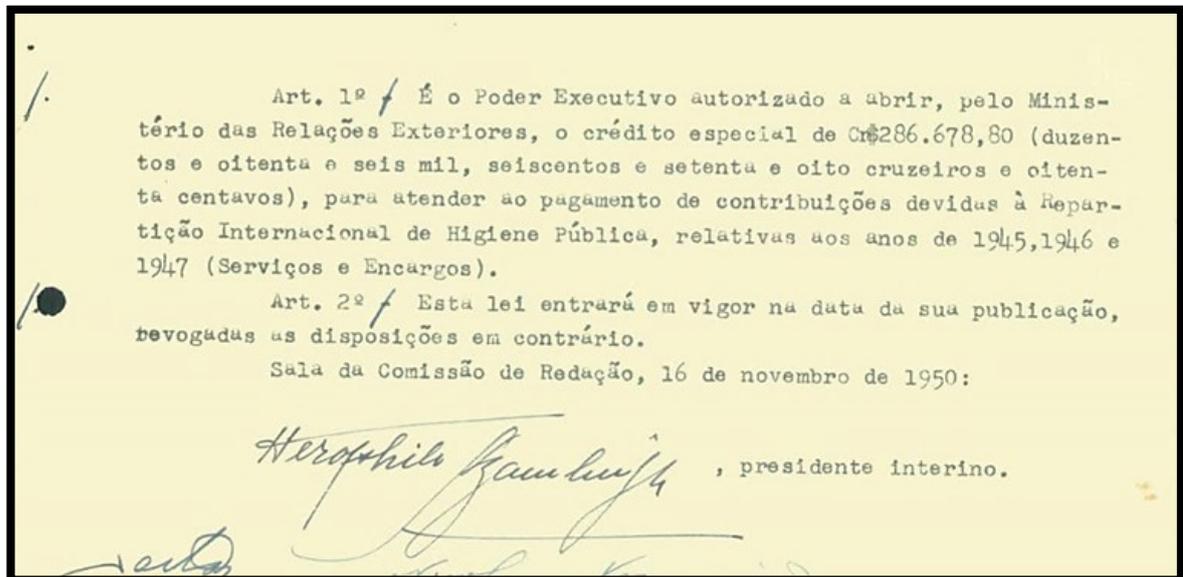
Os programas, ações e atividades desenvolvidas direta ou indiretamente no Brasil a partir desse período foram se movimentando e se articulando para tentar dar conta da demanda que surge em cada momento. Essas transformações, algumas positivas outras negativas, dão a entender que representam a organização dos sistemas de saúde e suas práticas em relação às necessidades da população relativas ao período.

O conjunto desses fatores e circunstâncias contribuíram para a emergência de problemas de habitação, principalmente com relação ao saneamento básico: luz, água e esgoto. Mas também aumentam a circulação de automóveis e transportes coletivos, ascendendo os acidentes gerados no trânsito. Kloetzel (1980, p. 83) afirma que “os acidentes de trânsito se elevam a categoria de dez causas mais importantes de morte [...] estimando [...] 150 mil óbitos/ano e cerca de 6 milhões de feridos [...]”.

Em 1942, como resultado de um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos da América, foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública - SESP, que tinha entre suas atribuições, segundo Azevedo (2015, p. 2), “ [...] especialmente a profilaxia e os estudos de malária e a assistência médico-sanitária aos trabalhadores ligados ao desenvolvimento econômico da referida região e a capacitação de profissionais para trabalho de saúde pública [...]”. E no documento abaixo, expedido no ano de 1949 pelo Ministério das Relações Exteriores

para a Repartição Internacional de Higiene Pública, é possível perceber o empréstimo em dinheiro para sanar compromissos com a Repartição Internacional de Higiene Pública.

Figura 7 – Projeto nº 1087-A, de 1949



Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/187122>.

Guimarães, Carvalho e Silva (2007) explicam que investir em saneamento é uma das formas de se reverter o quadro existente. Dados divulgados pelo Ministério da Saúde afirmam que, para cada R\$ 1,00 investido no setor de saneamento, economiza-se R\$ 4,00 na área de medicina curativa.

Surgem também a organização das caixas de aposentadoria e pensões, os institutos de previdência e a Consolidação das Leis do Trabalho em 1934. A partir desses movimentos sociais e sindicais, foram reivindicadas melhores condições de trabalho, a redução da jornada, com o intuito de reduzir o número de acidentes e a situação precária e insalubre em que viviam os trabalhadores das fábricas.

Entre os anos de 1934 e 1945, Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), marcado por campanhas de combate a doenças específicas e às grandes endemias. A estrutura do MESP permaneceu até a criação do Ministério da Saúde em 1953. “Cabe ilustrar que também é a gestão Capanema que consolida a condução da educação pública como responsabilidade da União, que, antes de Vargas, esteve sob responsabilidade dos estados e cria o Sistema Nacional de Educação” (HOCHMAN, 2005, p. 132).

Destaco aqui também a importância da criação da ONU (Organização das Nações Unidas), que surge após a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, um órgão internacional

com a finalidade de manter a paz, segurança internacional e a cooperação entre os povos, buscando solucionar os problemas sociais, humanitários, culturais e econômicos. E que tem o papel muito importante sendo desenvolvido até hoje, buscando o respeito à liberdade e lutando pelos direitos humanos.

Com a expansão do país, houve também a necessidade de formar mais profissionais para trabalhar na saúde pública e principalmente em hospitais. Então, no ano de 1946, foi criada a Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia (EEUB), através do Decreto Lei 8.779 de 22 de janeiro de 1946. O nome dessa escola estava relacionado a Ana Néri (1880), que foi uma enfermeira brasileira que atuou como voluntária na Guerra do Paraguai e recebeu homenagens por isso, como a “Medalha Humanitária”. Pioneira da enfermagem no Brasil, até hoje ela é comentada e valorizada por sua atitude (SANTOS *et al.*, 1998).

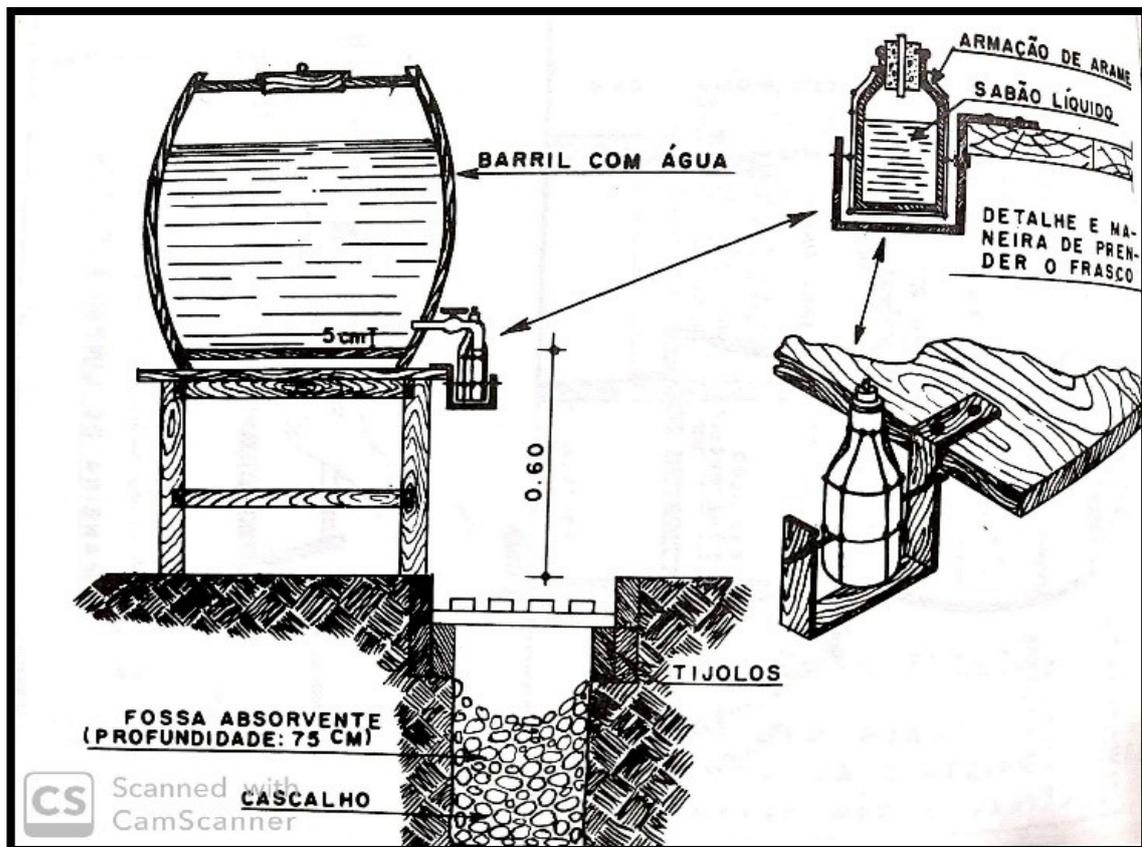
Na década de 50, a saúde pública mantinha o foco na transmissão de doenças infecciosas e parasitárias que estavam principalmente relacionadas com os vetores transmissores de doenças como moscas, mosquitos, percevejo, pulgas, baratas. Doenças essas relacionadas ao saneamento básico inadequado, em que não se tinham princípios básicos de organização de caixas d’água, esgoto, além da poluição gerada pela industrialização. As preocupações com saneamento nesse período começam se movimentar para que a população se organize de forma a tentar minimizar as incomodidades causadas pelas doenças, aumentar a expectativa de vida e propiciar a promoção de hábitos de higiene (BRASIL, 1950).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. Nesse sentido, o Ministério da Saúde cria o segundo Manual para Guardas Sanitários, do ano de 1950, com o intuito de instruir a população com soluções apropriadas com relação a vários aspectos, como abastecimento da água, destino dos dejetos e do lixo, controle de artrópodes e roedores, saneamento dos alimentos, escola e higiene pessoal, bem como noções de topografia e numeração de casas, assuntos que pretendo dar destaque na discussão a seguir, para que possamos entender as ações que foram propostas no período estudado.

Alguns projetos de habitação para os trabalhadores já garantiam boas condições de segurança e higiene. Com relação aos cuidados com o corpo, nesse período também houve progressos, porém essa higienização não estava livre de algumas regras: “normas extremamente rígidas regulam a prática do banho conforme o sexo, a idade, o temperamento e a profissão” (CORBIN, 1991, p. 442).

Sobre os banheiros que na época foram chamados de privadas higiênicas, pias para higiene das mãos e fossa absorvente, a atenção se volta para a organização desses espaços sugerindo que não entrem em contato com os demais para não haver contaminação. Na figura abaixo, apresentam uma sugestão de como deveria estar configurado de modo a não contaminar o solo e água (BRASIL, 1950, p. 460).

Figura 8 - Saneamento básico para áreas rurais



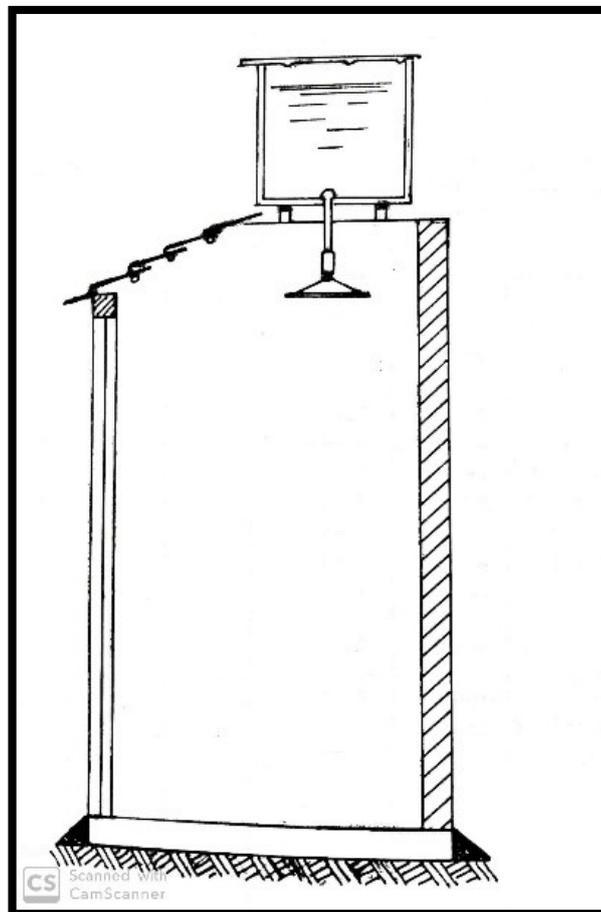
Fonte: Manual de Saneamento (BRASIL, 1950, p. 460).

Em 1950, ainda não existiam políticas que garantissem a água necessária para o desenvolvimento das atividades humanas e o abastecimento para o consumo de água potável, mudanças neste sentido ocorrem em 1997 através da Lei 9.433, que se refere à (PNRH) Política Nacional de Recursos Hídricos (LEONETI; PRADO; OLIVEIRA, 2011, p. 2).

Com relação à higiene pessoal, havia orientações sobre o chuveiro, o banho quente e o uso de roupas limpas, já que que muitos ainda tinham por costume fazer sua higiene em rios, cachoeiras e lagos ou também por meio de bacias, realizando a limpeza apenas de partes mais fétidas. Segundo Monlevade e Faria (2008, p. 16), a influência de tomar banho se deu pelos

índios: “nossos antepassados indígenas tomavam banho diariamente e, muitas vezes, mais de uma vez por dia. [...] Ao contrário dos portugueses da época, sujos e malcheirosos”. Já Cunha. *et al.* (2009, p. 11) agregam a importância dos portugueses na difusão das regras de higiene em seu artigo “a Importância da Chegada da Família Real Portuguesa para o Ensino Médico e a Medicina Brasileira”. Na imagem a seguir, podemos perceber como era preconizado o chuveiro usado para higiene pessoal, que, conforme sugestão do manual, deveriam ser colocados dentro de uma construção fechada (BRASIL, 1950, p. 532).

Figura 9 - Estrutura de chuveiro fechado



Fonte: Manual de saneamento (BRASIL, 1950, p. 532).

No entanto, esse método não chegava ainda para toda a população, pois nem todos tinham condições de construir um banheiro com abastecimento de água e esgoto. Segundo Monlevade e Faria (2008, p. 17), “banheiro dentro de casa era luxo de ricos”, tendo em vista que a informação não chegara a todas as pessoas e que nem todos tinham um orçamento que pudessem realizar essas construções tão diferentes para o período.

Com relação à conservação e saneamento dos alimentos, eram necessárias algumas medidas, pois muitas casas não tinham energia elétrica. Sendo assim, outros métodos poderiam ser instituídos com o emprego do calor e frio: “pasteurização, esterilização, desidratação, defumação e congelamento” (BRASIL, 1950, p. 430). Além da conservação, ganhavam destaque medidas na manipulação dos utensílios usados para a alimentação, como podemos perceber na figura abaixo, com a descrição de como deveriam e não deveriam fazer (BRASIL, 1950, p. 442).

Figura 10 - Manuseio adequado dos utensílios e de alimentos preparados



Fonte: Manual de Saneamento (BRASIL, 1950, p. 442).

Para evitar a contaminação de doenças por artrópodes, roedores e insetos, era recomendado o uso de mosquiteiros e véus para uso individual e tela nas casas para evitar as picadas. Também havia orientações com relação ao zelo pela higiene da moradia, das pessoas e dos alimentos, a aplicação de carrapaticidas nos animais, bem como o uso de ratoeiras (BRASIL, 1950). Nas páginas da Revista do Globo de 1949, é possível perceber numa propaganda de mata-insetos o produto ao combate dos mosquitos chamado Detefon, acompanhado da seguinte frase de impacto: “Este menino já tem inimigos mortais”.

Figura 11 - Página da Revista do Globo (1949)

ESTE MENINO JÁ TEM
INIMIGOS MORTAIS

O mosquito não é só importante com suas picadas.
O mosquito é mortífero.
Além de malária ou paludismo, ele transmite a febre amarela, a filária, e, segundo o grande Adolfo Lutz, a própria lepra! Mas a citada, pela primeira vez na história, tem a solução absoluta e completa: é o uso de DETEFON, o milagroso super-desinfecante à base de DDT e DDTENONA. Não há inseto que resista à força destruidora de DETEFON. DETEFON elimina os insetos na hora, conserva seu poder mortífero por muitos dias. Seu cheiro é agradável. Porque não proteger seu lar, sua família toda, contra os "INIMIGOS MORTAIS"?

DeteFonizar significa:
HIGIENE, SAÚDE e
BEM-ESTAR!

DETEFON

S. 13.5577
FONTO, QUÍMICA S. A. - Avenida Alcaz, 101 - Caixa Postal, 100 - Porto Alegre

Fonte: <https://prati.com.br/rs/propaganda-detefon-revista-do-globo-1949.html>.

Nesta outra imagem, está representado como deveriam ser usadas as telas para proteção dos alimentos a fim de que os insetos e roedores não tivessem acesso e, por consequência, para que a transmissão de doenças não acontecesse.

higiene foram se modificando ao longo dos anos, a higiene pessoal em diferentes períodos e os tabus em torno do corpo presentes na mentalidade das pessoas, que resultavam negativamente no estabelecimento de culturas higiênicas, visto que muitas doenças e outros males acometiam e acometem a população até hoje.

A higiene, na perspectiva em desenvolvimento meu trabalho, inicialmente foi descrita por Monlevade e Faria (2008, p. 14) como uma palavra que vem do grego “hygeinos”, que significa: “o que é sã”, “o que é sadio”. Depois virou um conjunto de hábitos que se deve ter para conseguir o bem-estar e a saúde, dentre eles: a limpeza corporal, do ambiente, alimentos, vestuário, entre outros. A prescrição de normas e recomendações para prevenir as doenças se faz necessária, tendo em vista que muitas pessoas viviam em condições precárias de saúde.

Algumas doenças que foram praticamente erradicadas a partir de ações e programas como a vacinação, como por exemplo a vacina preventiva para o sarampo, tornam a acometer a população, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Brasil registra atualmente o segundo maior número de casos de sarampo das Américas, região que confirmou 2.927 casos até agosto de 2019. As campanhas de vacinação emergem em 1960, inicialmente as vacinas foram distribuídas de forma descoordenada e descontínua. No entanto, hoje, graças ao PNI (Programa Nacional de Imunização), algumas doenças praticamente não existem mais no Brasil. Mas isso somente foi possível com um trabalho árduo, que vem acontecendo desde a invenção das primeiras vacinas e de políticas públicas implantadas de forma gradativa e contínua, através de campanhas para atingir a cobertura mínima da vacinação.

A partir de 1964, através da criação de planos de previdências e de planos de saúde, a população tem mais condições de procurar o atendimento médico. No ano de 1971, também podemos constatar o ensino de educação em saúde obrigatório nas escolas: “a educação em saúde tornou-se obrigatória nas escolas brasileiras de ensino médio e fundamental pelo artigo 7 da lei no 5.692/71, com o objetivo de estimular o conhecimento e a prática da saúde básica e da higiene nos escolares” (SILVA *et al.*, 2010, p. 2545).

E, no ano de 1988, surge o (SUS) Sistema Único de Saúde, que garante a saúde para todos e que deve ser assegurada pelo estado, através da lei 8080 de 1990, com um atendimento voltado à promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da coletividade (COHN; ELIAS, 2003). Hoje, saúde é um direito de todos os brasileiros, mas nem sempre foi assim. Portanto, a educação em saúde deve ser permanente para que não fique no esquecimento.

Busco, então, alicerçar minha pesquisa, pensando que as medidas de higiene eram necessárias, a divulgação do conhecimento na coletividade também, e, desse modo, os médicos

higienistas pensaram nas escolas como lugar de abordagem coletiva, que proporcionaria uma maior abrangência de pessoas para ações que demandaram urgência frente ao caos na saúde.

Entendo que o ser humano tem maneiras muito distintas de compreensão, que a população estava impregnada por culturas muito diferentes, mesmo que vivendo no mesmo tempo e espaço geográfico. Mas parto do pressuposto que a higiene interfere na vida cotidiana e escolar dos indivíduos, assim como neste trecho escrito por Honório, Benfica e Campos (2015, p. 199): “a falta de higiene afeta não só a vida social da criança, mas também interfere em seu comportamento e rendimento escolar”. Entendo, portanto, a importância das políticas públicas e a contribuição das medidas higienistas para amenizar esse contexto, pensando na melhoria de vida, saúde e educação da população.

A nível estadual não era diferente. O estado do Rio Grande do Sul sofreu grandes mudanças de crescimento populacional e urbanidade, segundo o ATLAS Socioeconômico do Rio Grande do Sul, em 1900. Na época, o número de habitantes era de 1.149.070 e cresceu consideravelmente até o ano de 1960, chegando a 5.448.823 habitantes registrados. Maria de Lourdes Teixeira Jardim (2000), da Fundação de Economia e Estatística, examinou o comportamento, ao longo dos últimos cem anos, de 1900 a 2000, da tendência de crescimento da população do Rio Grande do Sul, e as explicações da autora para o elevado aumento populacional do início século são “o grande volume de imigrantes e a alta fecundidade das mulheres gaúchas deste período” (JARDIM, 2000, p. 3). Porém, as elevadas taxas de mortalidade ainda vêm crescendo e contrabalanceando esses resultados. Conforme Yunes e Ronchezal (1974, p. 48), as taxas de mortalidade no ano de 1950, em Porto Alegre, são no geral de “mortalidade proporcional igual a 21,75” e de mortalidade infantil de “136,2 por mil nascidos vivos”, valores de mortalidade geral e infantil maiores que a nível de Brasil, dados já citados neste trabalho.

Esse crescimento também influenciou numa “segunda explosão” - como foi chamado por Kloetzel (1980, p. 45) -, que se dá devido ao aumento do nível da classe média e que vai ter forte influência na diminuição da água potável, esgotamento dos minerais, a poluição atmosférica gerada pela industrialização, o despejo do lixo em terrenos baldios e o saneamento básico inexistente.

Os problemas enfrentados nesse contexto de falta de saneamento básico influenciaram fortemente nos índices de mortalidade infantil, principalmente nos bairros mais pobres, não deixando dúvidas de que a qualidade de vida diminuiu diante dessas condições precárias. Quando o assunto é mortalidade, pude perceber que atinge números bem significativos no ano de 1950. Segundo Yunes e Ronchezal (1974, p. 33), na região sul do Brasil, o coeficiente de

mortalidade é de “14,2 por mil habitantes” e infantil “130,64 por mil nascidos vivos”. No ano de 1964, “o coeficiente de mortalidade de crianças de 0 a 1 ano é de 112 óbitos por mil nascido vivos”.

Com relação as doenças que acometiam a população no Rio Grande do Sul em meados de 1930, segundo Ribeiro Brum (2004, p. 75) são: “sífilis, o câncer, a tuberculose, a lepra, a diarreia e enterite em crianças abaixo de dois anos” são diagnosticados também “os primeiros casos de malária em Osório e Torres”. A autora também escreve que os movimentos neste período se voltavam para as medidas de saneamento básico, e que mudanças efetivas ocorrem em 1938.

A Reforma Sanitária Estadual no ano de 1938, mobilizada através do decreto nº 7.481 de 14 setembro de 1938, segundo (BRUM, 2013), foi uma das benfeitorias de Bonifácio Costa o então Diretor de Higiene, que reorganizou o Serviço de Saúde Pública Estadual. Neste mesmo decreto responsabiliza o estado pelos serviços de Higiene, médica e sanitária, e criam-se as unidades sanitárias chamadas de Postos de Higiene, “ou seja, os municípios deixavam de ter obrigação de possuir serviços próprios”, (BRUM, 2013, p. 154) justificados pela falta de recursos financeiros. O Estado do Rio Grande do Sul em 1943 “19. 425. 456, isto representa 3,85% da receita geral”. (BRUM, 2013, p. 157).

Após contextualizar os movimentos para as práticas de higiene frente aos problemas decorrentes da urbanização acelerada e um crescimento populacional a nível nacional e estadual, optou-se por realizar a configuração e o contexto histórico de Caxias do Sul em meados de 1950, identificando as práticas dos movimentos higienistas para criação de hábitos que pudessem contribuir na criação de culturas locais.

3.2 MOVIMENTOS HIGIENISTAS EM CAXIAS DO SUL

O município de Caxias do Sul passou por diversas nomenclaturas e várias constituições distritais até chegar, através do Decreto-lei Estadual nº 720, de 29 de setembro de 1944, ao nome atual. Hoje é o segundo município do estado do Rio Grande do Sul com maior população (ROSO, 2012). A constituição do município teve forte influência da ferrovia que chegou a Caxias do Sul. Ela teve seu trecho de estrada inaugurado no ano de 1941, e se ligava à cidade de Porto Alegre, tornando-se um grande progresso no escoamento e entrada de produtos, beneficiando industriários e comerciários do município, o que impulsionou a economia local, tornando-a reconhecida regionalmente e fortalecida (CAXIAS DO SUL, 2012, p. 64).

Figura 14 - Localização do município de Caxias do Sul



Fonte: Blog Caxias (2014).

Localizado no nordeste do Estado, o município foi percorrido por tropeiros e índios e após por imigrantes principalmente italianos. Em 1910, o município possuía 23.965 habitantes, sendo que 3.742 (15,6%) viviam na área urbana. Em 1920, eram “33.773 pessoas, desses 7.500 da área urbana”. Em 1930, eram “32.62268 pessoas e 9.975 viviam na cidade” (CAXIAS DO SUL, 2012, p. 44). No ano de 1938, o Distrito possuía o seguinte número de habitantes: Caxias (sede) de 11.879 e Caxias (zona rural) de 11.493 (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

O município crescia populacionalmente e ao mesmo tempo se urbanizava. No ano de 1930 começa a se distanciar da zona rural e a se delinear com força nas áreas urbanas, principalmente pela procura de emprego e a busca por uma vida melhor. A industrialização teve forte impacto na urbanização, segundo livro organizado pelo Legislativo de Caxias do Sul no ano de 2012, a qual descrevem que no ano de 1932 “existiam 280 estabelecimentos industriais e 450 casas de comércio” que geram emprego para “22. 972 profissionais”, destes, apenas se declaravam agricultores “6.056” e “16. 916” outros profissionais que trabalhavam na zona urbana nos diversos segmentos (CAXIAS DO SUL, 2012, p. 54).

Com a urbanização acelerada, segundo dados do IBGE, em 1950 possuía 32.158 mil habitantes registrados e a cidade não estava organizada para atender essa população, a cidade foi pensada para o futuro através da “Lei nº 122, de 29 de março de 1949, que autorizava o Executivo a abrir concorrência pública e administrativa destinada à elaboração de um Plano Diretor para a cidade” para planejá-la para o futuro, modelando a área central da cidade, calçamento e arborização, frente às dificuldades pensadas para o futuro (CAXIAS DO SUL, 2012, p. 68). As imagens a seguir retratam a diferença na urbanização da cidade, através de um comparativo: a foto da esquerda ilustra Caxias do Sul no ano de 1877 e a imagem da direita mostra o mesmo local no ano de 1940.

Figura 15 - Caxias do Sul 1877 e 1940



Fonte: Arquivo Municipal João Spadari Adami.

Diante desse contexto de crescimento populacional e urbanização acelerada, eram comuns as sucessivas ocorrências de surtos epidêmicos de algumas doenças, como febre amarela, tifo, varíola e tuberculose, que afetavam a população no período. Em Caxias do Sul, é

possível evidenciar alguns problemas de saúde nos documentos da inspeção da Diretoria de Higiene e os serviços realizados no ano de 1934. Esse período antecede o estudado, porém só existem registros no Arquivo Municipal entre os anos de 1931 e 1934. Assinados pelo Dr. Luiz Faccioli, diretor de Higiene Municipal, os documentos evidenciam que foram realizadas 1.308 análises de leite, distribuídas 929 vacinas gratuitas contra febre tifoide e 167 contra varíola, 915 consultas realizadas em consultório e 193 em domicílio e geradas 1.430 receitas, entre outros, como podemos observar no documento a seguir.

Figura 16 - Relatório da Diretoria de Higiene expedido em 1935

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS
DIRETORIA DE HIGIENE
- SERVIÇOS REALIZADOS DURANTE O ANO DE 1934 -

DENOMINAÇÕES	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Agt.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Análises de Leite	84	85	121	125	104	102	122	108	143	100	118	99	1.308
Consultas em Consultorio	104	54	73	107	59	80	86	81	74	68	55	74	915
Consultas em Domicilio	23	16	16	16	16	20	18	12	17	12	9	18	193
Curativos	21	26	15	22	8	5	34	54	39	43	13	43	323
Desinfecção em predios	5	1	1	3	-	2	-	-	2	-	-	-	14
Injeções de 914 (aplic)	55	-	-	-	-	-	26	28	-	6	20	2	137
Injeções de Bismuquino e outr.	226	279	312	124	380	264	210	232	268	182	181	182	2.890
Receitas Formuladas	133	99	138	144	98	92	131	110	104	104	98	179	1.430
Recetas de vac. distribuidos....	-	-	-	-	-	-	30	140	-	-	-	-	170
Visitoria em predios	30	33	25	46	28	23	25	19	22	24	30	23	328
Visitoria em Açougues e outros.	87	57	132	124	100	249	170	109	-	82	140	93	1.343
Vacinações contra Tifo	180	-	5	192	115	182	195	22	6	-	32	-	929
Vacinações contra varíola.....	-	-	5	7	15	-	42	54	12	4	24	4	167

Caxias, fevereiro de 1935.

Luiz Faccioli
Dr. LUIZ FACCIOLI
Diretor de Higiene Municipal.-

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

O posto de Higiene Municipal de Caxias do Sul foi criado após a determinação do Decreto 7481 de 14 de setembro de 1938, que estabelece a competência do estado aos serviços de assistência médica e higiene. Em Caxias do Sul, o Posto de Higiene entra em funcionamento no ano de 1939. Segundo registros do Arquivo Municipal, ele era situado na Rua Pinheiro Machado, administrado pelo Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e comandado pelo médico Affonso Bortoluzzi, e oferecia à população mais carente serviços

básicos em saúde, como higiene pré-natal, bucal, além de vacinas contra tuberculose, varíola, coqueluche, febre tifoide, entre outros.

Pensando com relação à saúde pública em Caxias do Sul, entre os anos de 1937 a 1947, assim como em todo o país, permaneceu sem Poder Legislativo. Assim, nesse período, a Lei Orgânica Municipal não sofreu alterações. Uma nova Lei Orgânica de Caxias do Sul entra em vigor no ano de 1948, assinada pelo presidente da Câmara Municipal, Ruben Bento Alves, em 27 de março, que, a partir dos problemas enfrentados com o crescimento populacional, urbanização e a disseminação de doenças infecciosas e parasitárias, concede ao município a criação de uma consciência sanitária através do ensino primário. Transcrevo aqui o artigo 79 com o Título IV (CAXIAS DO SUL, 1948, p. 19), que tem relação com a responsabilidade do município instigando uma consciência sanitária, serviços de higiene e assistência à maternidade e infância, entre outros:

Art.79: O município promoverá sempre que possível: a) a formação da consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário; b) serviços hospitalares, os de higiene e os de combate aos males específicos e contagiosos, como a tuberculose, a lepra, o tracoma, a malária, a sífilis, as moléstias venéreas e verminoses, auxiliando o Estado no custeio dos serviços hospitalares com que for favorecido; c) combate ao uso de tóxicos; d) os serviços de assistência à maternidade e infância e hospitalar, destinando-lhes, das suas respectivas rendas tributárias uma verba de auxílio.

Com o intuito de tornar a população consciente dos cuidados inerentes à higiene, o importante veículo de conhecimento que permeava Caxias do Sul, levando informações sobre educação e saúde foi o Jornal Despertar, que foi idealizado e coordenado por Ester Troian Benvenuti e produzido por professores ligados à Diretoria de Instrução Pública Municipal. O mesmo circulou gratuitamente entre os anos de 1947 a 1954, e seu público-alvo eram os alunos, professores e a comunidade rural (DEWES, 2019).

O jornal iniciava sempre com o seguinte lema: O estudo é a base da sabedoria. O trabalho, a base do progresso. A religião e a justiça, bases da ordem. Esse veículo de comunicação era organizado em vários quadros, entre eles: Educação e Ensino; Informações Rurais; Colaboração e a Boa Vontade; Conselhos Úteis (por um período denominado Higiene); Para Você Criança; e Noticiário. A partir destes, detenho-me à coleta de dados e aos excertos disponíveis nas páginas de Higiene e Conselhos Úteis.

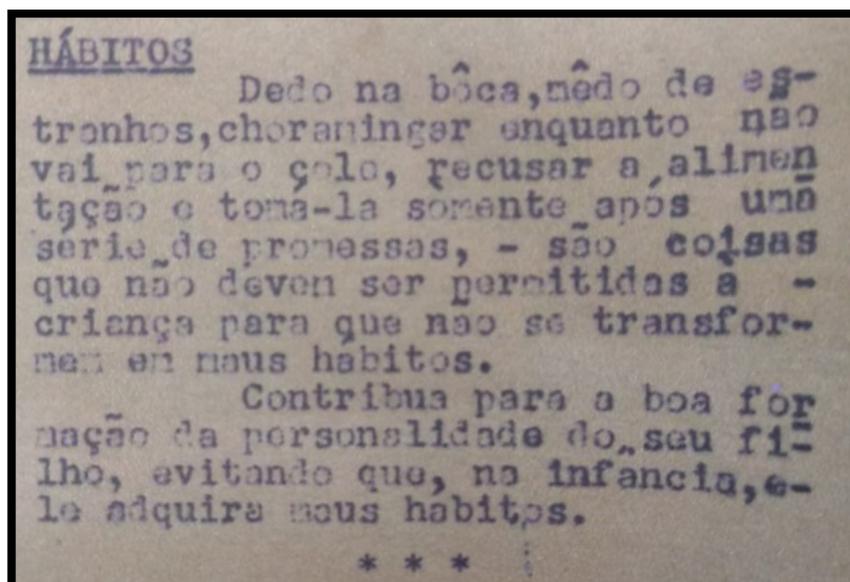
A perspectiva da pesquisa desse documento me permitiu fazer um estudo da linguagem escrita produzida pelo homem em um determinado tempo e espaço, podendo revelar as práticas educativas acerca da representação da higiene a partir da análise dos periódicos desse Jornal. Isso requer muito cuidado por parte do pesquisador para que não se perca a validade do estudo,

desde a recolha dos documentos à análise dos dados, assim como defendido por Calado; Ferreira (2004, p. 3): “os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação”.

Nas páginas do *Despertar*, a higiene ganha destaque, e, após separar os anos de interesse (1949 a 1951), imprimi todas as páginas dos periódicos disponíveis que discutiam o assunto nas seções Higiene e Conselhos Úteis. Com elas, foi possível realizar tabelas com a transcrição dos excertos de cada periódico por temas, e os que ganharam ênfase nos periódicos foram respiração, saneamento básico, sono, lavagem de mãos e asseio, água, alimentação, doenças, doenças infectocontagiosas e parasitárias e alimentação, entre outros. Mas o assunto que trago para a discussão foi a criação de hábitos, que em todos periódicos era estimulado de alguma forma.

A criação de hábitos na infância pode ser percebida na frase do recorte da edição de setembro de 1951 (*JORNAL DESPERTAR*, 1951, p. 6): “São sempre apreciadas e queridas as crianças dotadas de bons hábitos”. E que também é reforçado neste recorte da edição de julho de 1949 (*JORNAL DESPERTAR*, 1951, p. 6), conforme mostra a Figura 17.

Figura 17 - Excerto do *Jornal Despertar*: hábitos



Fonte: *Jornal Despertar* (1946, p. 6).

A possibilidade de criação de hábitos foi discutida por vários autores e, definitivamente, não é algo fácil. Na ótica de hábito, para Aristóteles, ao contrário das capacidades naturais, a virtude moral não é modificada pelo hábito, mas, pela ação e o exercício constante. O mesmo acontece com os vícios que criamos ao desenvolver maus hábitos. Tantos foram e são ainda os hábitos e tabus em torno do corpo, higiene, alimentação que me pergunto o quanto esses hábitos prescritos modificaram as atitudes da população. O hábito de tomar banho por exemplo, até hoje é manifestado por algumas pessoas mais antigas de que quando está frio se tomarmos banho iremos ficar doentes.

A criação de hábitos de higiene das mãos estava presente na maioria dos jornais. Coloco em destaque esta imagem, atentando para a lavagem de mãos sempre que possível e como um conselho médico, apresentado na edição de setembro de 1949.

Figura 18 - Excerto do Jornal Despertar: lavagem das mãos



Fonte: Jornal Despertar (1949, p. 13).

A lavagem de mãos foi instituída no ano de 1846 por Ignaz Philipp Semmelweiss após ter percebido um aumento na morte de mulheres por infecção puerperal em uma instituição obstétrica. Depois de algum tempo, o mesmo percebeu que os profissionais deviam estar levando micróbios das autópsias às pacientes em trabalho de parto, contaminando-as (PULITA, 1981). Desde então, há um incentivo na criação desse hábito por parte dos profissionais de saúde e da população em geral.

Infelizmente a adesão aos hábitos de higienizar as mãos é baixa e tem de ser reforçada a todo momento, mesmo sendo esta uma medida simples, eficaz e barata. No período estudado,

isso não foi diferente. Em uma publicação de junho de 1950 (JORNAL DESPERTAR, 1950, p. 5), o editor escreve: “eduquemos a nossa gente, porque esses hábitos perniciosos realmente envergonham”. Educar em saúde, como em qualquer outra área, não é tarefa fácil e tem que ter adesão por parte das pessoas, senão não vale de nada. Precisa fazer sentido e ser reforçado continuamente para que não se percam os hábitos.

Essa preocupação com a lavagem de mãos foi alvo de atenção e sob o aspecto sanitário é fundamental para o controle e prevenção de doenças relacionadas. A lavagem de mãos, quando instituída como hábito de higiene, evita o contato e propagação de doenças, evitando, assim, que mais pessoas se contaminem. A transcrição do excerto abaixo dialoga com a lavagem de mãos, colocando em evidência a importância de realizá-la frente a algumas situações do cotidiano: “a boa prática sanitária de lavar as mãos antes de qualquer refeição deve ser intensificada quando está grassando esta doença” (JORNAL DESPERTAR, 1949, p. 15).

Por vezes, ela aparece como lembrete que a mão que toca ou cumprimenta também pode transmitir doenças: “[...] pelo aperto de mão, outras mãos serão contaminadas. Livre-se de doenças, abolindo o aperto de mãos, principalmente em épocas de epidemias” (JORNAL DESPERTAR, agosto, 1950, p. 5). Essas informações são reforçadas no periódico de fevereiro de 1951 (JORNAL DESPERTAR, 1951, p. 5): “o aperto de mãos: Embora se diga que o aperto de mão constitui sinal de amizade, a higiene manda que ele seja evitado o máximo possível”.

Seiiti Arata, da Arata Academy, faz um *ebook* intitulado “Como criar e modificar hábitos”, trata-se de um estudo baseado no livro *O Poder do Hábito*, de Charles Duhigg, em que a autora inicia a discussão com a seguinte frase: “a qualidade dos nossos hábitos influencia diretamente na qualidade de nossa vida” (ARATA, 2013, p. 4). No mesmo *ebook*, ela apresenta a ideia do procedimento realizado em Massachusetts Institute of Technology, o MIT, onde foram realizados experimentos com ratos que ficavam em um labirinto submetidos aos mesmos comportamentos todos os dias (para criação de hábitos) até que aconteceu algo interessante: “Os ratos começaram a ficar mais eficientes” (ARATA, 2013, p. 5-6). Isso foi possível perceber através da monitorização da atividade cerebral. Logo, os hábitos podem ser mudados mesmo após serem hábitos, ou seja, “criando o hábito de criar hábitos” (ARATA, 2013, p. 35).

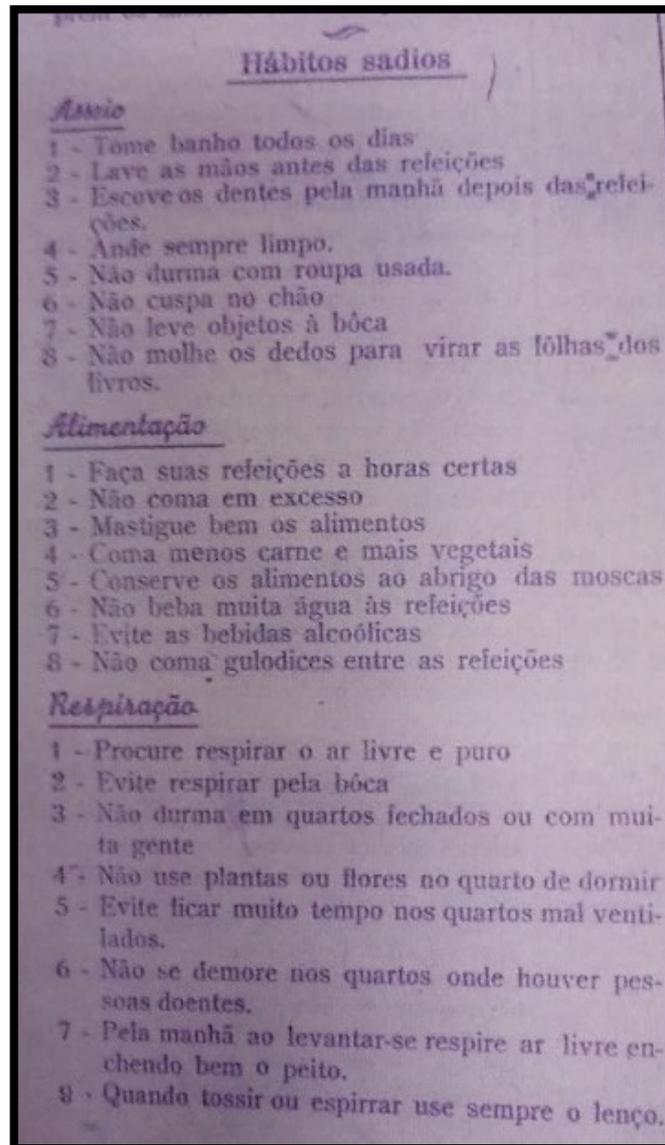
No periódico de setembro de 1951 (JORNAL DESPERTAR, 1951, p. 6), os conselhos são com relação aos bons hábitos das crianças: “são apreciadas e queridas as crianças dotadas de bons hábitos. Destacam-se, entre eles, os de ordem, disciplina, obediência, asseio e compostura [...]. Pessoas esclarecidas são todas as que cumprem os sábios e salutaros preceitos de higiene”. Essas dicotomias empregadas na nacionalização e civilidade, uma educação moral e processos de disciplinarização dos corpos que acabam influenciando os processos escolares e

de aprendizagem, foram marcadas pela educação do corpo com ênfase na superioridade da mente, por ideias de disciplina, moral e higiene: “O dualismo na forma de ser ver o corpo em autoridade e liberdade, disciplina e autonomia, corpo e espírito, teoria e prática, fazeres e saberes etc.” (FAVERO *et al.*, 2015, p. 399).

Muitas vezes, a aquisição desses conhecimentos era mediante castigos, xingamentos e todo o peso da moral e autoridade que permeavam os ensinamentos no período. Segundo Chartier (1988, p. 22), “se aqueles últimos detivessem a verdadeira justiça e se os médicos possuíssem a verdadeira arte de curar, não teriam necessidade de barretes quadrados; a majestade dessas ciências seria por si própria suficientemente venerável”. Portanto, essas memórias podem ter sido negativas e conseqüentemente o aprendizado ineficaz. Kloetzel (1980) relata também acerca de suas lembranças negativas sobre ter que dormir cedo, comer espinafre e escovar os dentes após as refeições: “Este tipo de higiene vinha-nos com todo o peso da autoridade, virtualmente como uma imposição moral e por isso não lhe conseguíamos dar ouvidos” (KLOETZEL, 1980, p. 10).

Na imagem a seguir, no recorte de setembro de 1951 (JORNAL DESPERTAR, 1951, p. 6), na qual o editor(a) cria três categorias descritivas com relação aos hábitos saudáveis, entendo como sugestivo da representação do mesmo por “hábitos sadios”. A criação desses itens poderia estar relacionada as suas vivências, percepções, costumes, hábitos, entre outros. O mesmo divide em três partes: asseio, alimentação e respiração. Em cada item, ocorre uma série de prescrições ou de recomendações desses hábitos. Como não tenho acesso a essa informação, detenho-me a fazer uma suposição.

Figura 19 - Excerto do Jornal Despertar: Hábitos sadios



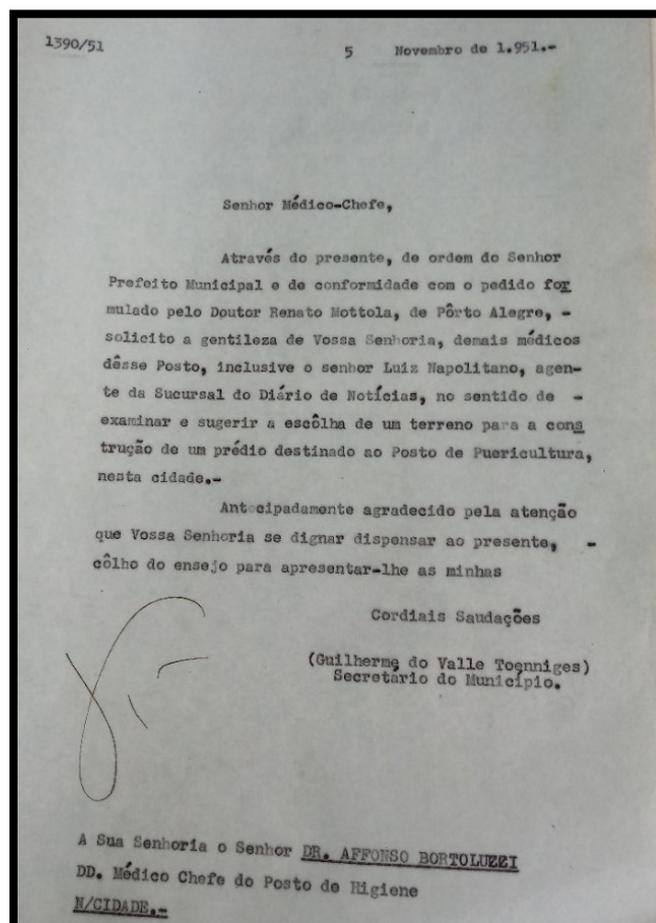
Fonte: Jornal Despertar (1951, p. 6).

A leitura, estudo e análise desse periódico que circulava nas escolas públicas de Caxias do Sul vem do meu interesse enquanto pesquisadora em abrir o olhar sobre os assuntos que estão sendo abordados em diferentes tempos, espaços e por distintos sujeitos que poderiam contribuir com práticas e culturas de educação em saúde. Então, volto meu olhar para os conteúdos de Higiene que eram desenvolvidos nos periódicos de 1949 a 1951, buscando estabelecer relações com a criação de hábitos e a instituição de culturas no espaço escolar. Benito (2010) faz reflexões sobre a constituição cultural e como as memórias da escola podem desempenhar na educação cívica e crítica da cidadania. O periódico foi analisado com finalidade educativa, pensando na escola como lugar social com consequências teórico práticas

de enorme importância e com uma totalidade de significações distintas por seus leitores. A intenção desse jornal era educar para saúde, estimular a criação de hábitos e culturas higiênicas, através da divulgação e reforço de informações, chamando a atenção de seus leitores para doenças que acometiam a população no período, e, assim, formulando medidas de prevenção às novas necessidades que iam aparecendo naquele tempo e lugar.

Com relação à necessidade de uma criação de um local para atender a Saúde da população, foi possível evidenciar, a partir de documentos do Arquivo Municipal João Spadari Adami, a intenção de compra de um terreno para construção de um Posto de Puericultura na cidade de Caxias do Sul no ano de 1951. Em um ofício expedido pelo secretário da saúde Guilherme do Valle Toenniges, em 05 de novembro de 1951, ao atual médico chefe do Posto de Higiene, Affonso Bortoluzzi, ele sugere a escolha de um terreno para construção de um Posto de Puericultura.

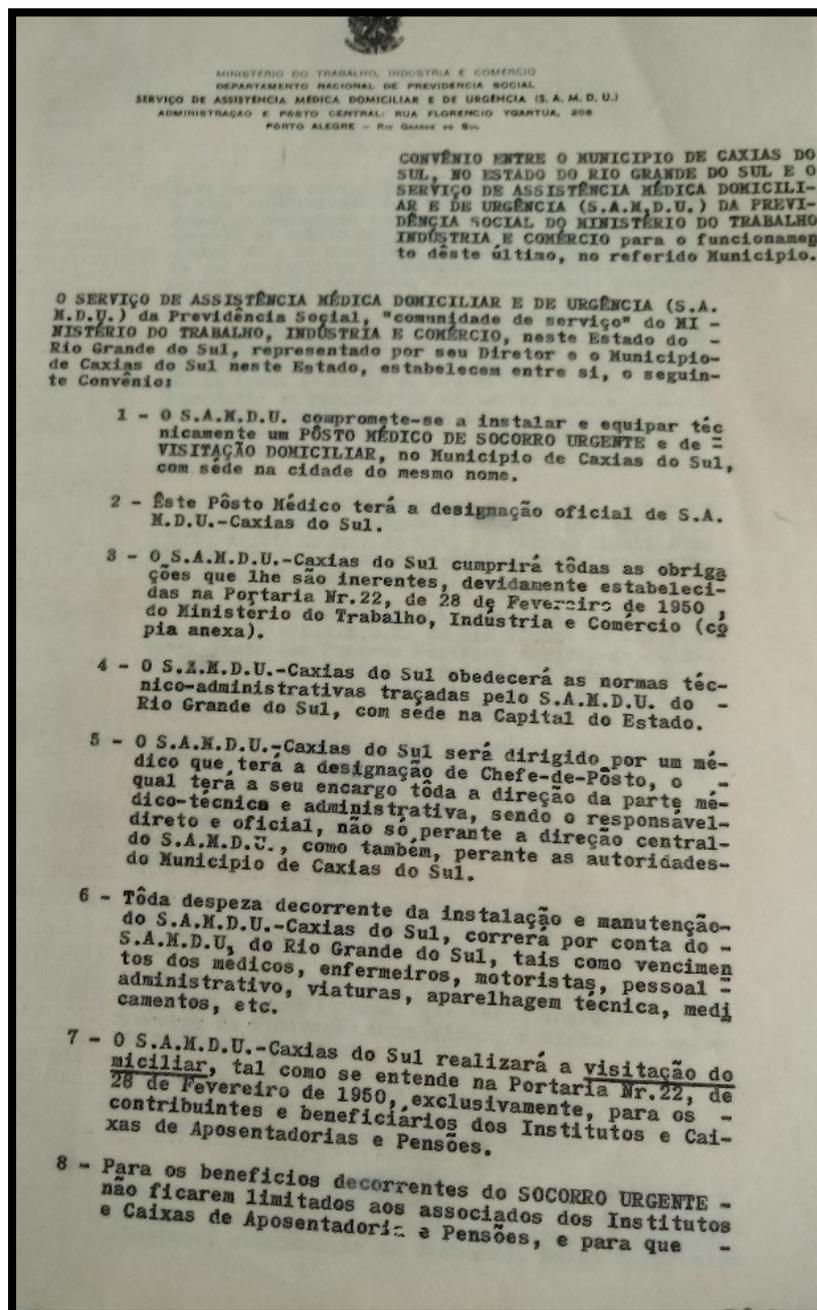
Figura 20 - Ofício de pedido do terreno para construção do Posto de Higiene



Fonte: Arquivo Municipal João Spadari Adami.

Em 28 de fevereiro de 1954, é inaugurado também em Caxias do Sul o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU) do Departamento Nacional de Previdência Social do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha por finalidade realizar visitas a domicílio e fazer atendimento de urgência à população em geral, como pode ser observado neste documento do Arquivo Municipal João Spadari Adami.

Figura 21 - Ofício de convênio do município de Caxias do Sul com o estado do Rio Grande do Sul para abertura do SAMDU



Com a criação do Posto de Puericultura e do SAMDU na cidade de Caxias do Sul, começam grandes avanços na área da saúde e que contribuíram positivamente para prevenção e tratamento das doenças recorrentes, mas esse período foge ao recorte da pesquisa. Por isso, deixo esse assunto para uma posterior pesquisa.

Contextualizado e situado cronologicamente o período no Brasil e em Caxias do Sul, o cenário revela o momento histórico e de crescente urbanização que vinha acontecendo, processo que exigia mudanças com relação à organização do saneamento básico, e, por isso, realizou-se uma tentativa de conscientizar a população com hábitos mais saudáveis para a prática da higiene individual e coletiva. Essa identificação somente foi possível através da leitura das políticas públicas implementadas no período, no Manual de Saneamento, que tinha por finalidade instituir novos hábitos à população, e também pelas recomendações do Jornal Despertar, que foi um importante veículo de informação nas escolas públicas de Caxias do Sul.

As Escolas Normais responsáveis pela formação docente do ensino primário reorganizaram e implementaram seus currículos de formação de professores para as práticas higienistas, mobilizando os conteúdos inerentes à disseminação dos conhecimentos higiênicos. Para que possamos entender esses movimentos, descrevo o cenário da Escola Normal no seguinte subcapítulo. Por conseguinte, realizo as reflexões a partir da questão norteadora: Que representações da higiene se evidenciam nos documentos e nas memórias de egressas da Escola Normal Duque de Caxias entre 1949 e 1951? A partir desse questionamento, foi possível estabelecer conexões da empiria coletada e responder os objetivos voltados à formação de professores na Escola Normal Duque de Caxias, a representação da higiene na cultura escolar e a instituição da Higiene nas práticas docentes.

4 A ESCOLA NORMAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A Escola Normal foi uma instituição de formação docente que tinha por objetivo habilitar professores a lecionar no ensino primário em todo o país, preparando-os, dessa maneira, para o exercício da profissão. Esse curso ainda hoje é ofertado no Brasil, porém habilita somente a trabalhar como monitor de pré-escola.

A primeira Escola Normal no Brasil foi criada no Rio de Janeiro no ano de 1835 (TANURI, 1992). Apesar de todas as suas limitações e dificuldades enfrentadas no período, ela foi se desenvolvendo e se expandindo ao longo dos anos, e teve suas inovações, embora raramente tivessem ultrapassado o nível experimental. Sumariando cronologicamente, Araujo *et al.* (2017) destacam que outras Escolas Normais foram sendo criadas ou intencionadas no Brasil, como a Escola Normal de Cuiabá, em 1837; a Escola Normal no Espírito Santo, em 1860; o Curso Normal em Santa Catarina, em 1843; a Escola Normal no Rio Grande do Sul, em 1835, entre outras.

Essas escolas almejavam instruir e preparar seus alunos para o ensino primário, estabelecendo relações com a função social exercida pelo professor. Para García (1999, p. 19), a formação docente representa “[...] uma função social de transmissão de saberes, de saber-fazer, ou do saber ser que se exerce em benefício do sistema socioeconômico ou da cultura dominante”. Por consequência, faz-se necessário refletir, além das prescrições e questões legais, a maneira com que as escolas formadoras de professores organizavam, planejavam e colocavam em prática o ensino. Esse embate já foi discutido por Novoa (1992, p. 3): “uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer”.

A necessidade de reformular a formação docente emerge no Brasil no século XIX, período em que a questão da instrução popular foi colocada em xeque. Nagle (2001) confirma essa informação e acrescenta sobre a questão do analfabetismo, que tomava conta da população no período: “ao mesmo tempo que se procurava comemorar o centenário da Independência, pesava sobre a nação uma cota de 80% de analfabetos” (NAGLE, 2001, p. 149).

Com a questão emergente do analfabetismo e a repressão nos sistemas de formação dos professores, algumas Escolas Normais são fechadas, a ação dos professores é colocada à prova, pois estava sendo questionado o preparo didático para exercer a profissão, ou seja, foi limitada a profissionalização, formação e expansão do sistema educativo. A formação de professores deveria ser adequada para atender às necessidades da transformação da sociedade, e a

preocupação com o domínio dos conteúdos por parte desses docentes foi discutida por Saviani (2009, p. 144): “o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico”. Ou seja, havia um entendimento de desvalorização sistemática do estatuto da profissão docente e, simultaneamente, de dignificação da imagem social do professor.

A formação de professores, entre 1900 a 1920, não teve grandes evoluções, evoca-se o período do alargamento dessas instituições para 1920, quando houve a introdução de disciplinas, princípios e práticas inspirados no escolanovismo, com uma pedagogia apoiada na psicologia comportamental (MONARCHA, 1999).

Em meados de 1930, com uma visão ingênua e tecnicista da educação, isolada de seu contexto histórico-social, iniciam-se alguns movimentos que resultariam em uma ampliação dos conteúdos pedagógicos, no caráter "científico" da educação e na suposta "neutralidade" dos procedimentos didáticos (NAGLE, 1974, p. 274; SAVIANI, 1985). Vidal (1995, p. 65) afirma que esses novos modelos de escola fracassavam em seus propósitos. Segundo ela, "pretendendo ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional, falhavam lamentavelmente nos dois objetivos." (VIDAL, 1995, p. 65).

A reforma instituída pelo Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, regulou a formação técnica para o Distrito Federal, com a prévia exigência do curso secundário, e transformou em Instituto de Educação a antiga Escola Normal. Entre outros, Anísio Teixeira, no ano de 1932, escreveu sobre a preocupação com a importância do preparo desses professores para um ensino de qualidade: “Em nossa preocupação, tão viva hoje, pela educação popular e universal, não nos temos apercebido de que, acima do número de escolas e do número de alunos matriculados, importa a qualidade do mestre, o seu preparo cultural e técnico” (BRASIL, 1932).

Somente a partir de 1946 houve a criação de uma lei para regulamentar as Escolas Normais, que passavam por um período de pouca credibilidade perante o Estado e por vezes foi tão questionada quanto a seus objetivos. A criação da Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída em 02 de janeiro de 1946, entra em vigor através do Decreto-lei nº 8.530, que determina as finalidades do curso de formação de professores primários, através do Artigo 1º.

Art. 1º: O Ensino Normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades: 1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias. 2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas. 3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (BRASIL, 1946).

Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998) enfatizam que o apoio do governo estadual, através das políticas de ensino estaduais e municipais, auxiliou na campanha contra o analfabetismo e ajudou de certa forma em uma formação de professores mais eficiente. Para que o padrão de formação fosse mantido, essas escolas solicitavam a inspeção e seriam controladas sob o julgamento do “Director de Instrucção pública designado pela Secretaria do Interior” (BRASIL, 1927, p. 512), a partir de alguns critérios: “a) se o instituto funciona regularmente; b) se o prédio satisfaz as condições hygienicas e pedagogicas e se o mobiliário é adequado; c) se dispõe de material didático e laboratório de physica, chymica e sciencias naturaes” (BRASIL, 1927, p. 514).

O capítulo III da Lei Orgânica de Ensino de 1946 previa, a partir do seu artigo 20, os critérios para admissão de alunos regulares no Curso Normal, observando as seguintes exigências: “o aluno deveria realizar 4 anos de ensino primário, apresentar o certificado de conclusão e ter uma idade mínima de quinze anos para ingressar no segundo nível” (BRASIL, 1946). Com relação aos professores que iriam atuar como docentes no ensino de formação dos futuros professores primários, estavam também descritos no capítulo V, artigo 49, os seguintes preceitos:

1. Deverão os professores do ensino normal receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior.
2. O provimento, em caráter efetivo, dos professores dependerá da prestação de concurso.
3. Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino normal exigir-se-á inscrição, em competente registo do Ministério da Educação e Saúde.
4. Aos professores do Ensino Normal será assegurada remuneração condigna (BRASIL, 1946).

Por conseguinte, o governo, nesse mesmo decreto, determina a criação das modalidades a serem seguidas pelas escolas. Com relação à lei, ela determina a padronização e unificação dos currículos escolares da formação de professores primários das Escolas Normais (BRASIL, 1946), através da prescrição dos componentes mínimos curriculares divididos em 3 anos de formação:

- Primeira série:** 1) Português. 2) Matemática. 3) Física e química. 4) Anatomia e fisiologia humanas. 5) Música e canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação física, recreação e jogos. **Segunda série:** 1) Biologia educacional. 2) Psicologia educacional. 3) Higiene e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação física, recreação e jogos. **Terceira série:** 1) Psicologia educacional. 2) Sociologia educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Prática do ensino. 9) Educação física, recreação e jogos (BRASIL, 1946, grifos da autora).

Dentre as disciplinas que compõem o currículo mínimo exigido para formação docente, está a instrução da Higiene. Acredito que ela poderia começar a ser introduzida através da anatomia e fisiologia humana na primeira série, embasando o conhecimento sobre o corpo humano; já na segunda série, ela divide espaço com a educação sanitária: tema recorrente no período em que se pretendia civilizar e sanitizar a população; e está presente também na terceira série, dividindo espaço com a puericultura, tema que permeou o ensino nessa época e que poderá ter relação com a recorrência do sexo feminino na profissão docente e pela questão do discurso higienista de as crianças serem o futuro do país.

Mas nem tudo que está prescrito foi realizado devido à falta de preparo de alguns professores para administrar certas disciplinas e conteúdo. Entretanto, o desafio foi colocar em prática todos esses conteúdos e disciplinas prescritas nos currículos, como é afirmado por Souza (2008, p. 52):

[...] leitura, escrita e aritmética [...] consideradas fundamentais, o ensino de história, geografia e ciências físicas e naturais recebiam uma atenção secundária, e os demais componentes do programa eram trabalhados de vez em quando, dependendo muitas vezes do interesse e afinidade do professor com essas matérias.

Com relação à “Prática do ensino”, descrita no item 8 das disciplinas mínimas a serem desenvolvidas na terceira série, a legislação de 1946 recomendava, através do artigo 47, que as escolas de ensino primário deveriam ser anexas aos estabelecimentos de Ensino Normal, facilitando a prática docente: “Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino” (BRASIL, 1946).

Constata-se também que havia como finalidade observar, na prática do ensino, o desenvolvimento e performance desses alunos que seriam os futuros docentes das escolas. Segundo Altet (2001, p. 31-32), a experiência vivida pelos alunos em formação acadêmica é muito importante para a profissionalização.

a experiência vivida, o conhecimento íntimo das situações, a imersão no ofício, os estágios para observação do trabalho de colegas, as iniciativas pedagógicas testadas e as inovações é que possibilitam aos professores o conhecimento do que é preciso fazer e de como fazê-lo. [...] O profissionalismo é constituído não só com a experiência e a prática em sala de aula, mas também com a ajuda de um mediador que facilita a tomada de consciência e de conhecimento (ALTET, 2001, p. 31-32).

O diploma de formação docente somente seria expedido às escolas de comum acordo com os critérios do inspetor escolar. A Inspetoria Escolar era o órgão responsável pelo ensino nas escolas municipais e tinha como finalidade “fiscalizar e orientar as unidades escolares” (ZAGO, 1980, p. 43), através de visitas realizadas pelo inspetor escolar que assinava o ‘Termo

de Inspeção' ou 'Termo de Visita', documentos que podem ser visualizados no Livros de Frequência Escolar ou em Livros de Atas Escolares do Arquivo Municipal João Sapadari Adami. Roso (2012, p. 36) refere-se à função desempenhada pela Inspetoria Escolar no ensino primário, esclarecendo que ela “[...] visava nortear os docentes municipais tanto com relação à legislação quanto ao suporte técnico e pedagógico”.

Esses termos estão dispostos no artigo 55 da Lei Orgânica das Escolas Normais de 1946, que no poder de suas atribuições descrevia: “atendidas a diferenciação do nível de formação e as normas que disciplinarem a investidura e a carreira do magistério, em cada unidade federada, os diplomas de professor primário, expedidos na conformidade do presente decreto-lei, terão validade em todo o território nacional”.

Após a criação das normas que regiam a formação de professores, instituídas pela Lei Orgânica das Escolas Normais de 1946, outros avanços ocorrem em 1960, através do Decreto-lei 43.369 que tinha como base a reforma dos currículos, porém a sua implementação só ocorre depois do 25 de abril de 1974.

Com relação ao Rio Grande do Sul, a criação e a instalação das Escolas Complementares acontecem, segundo Saviani (2009), no ano de 1869. No ano de 1927, Borges de Medeiros, através do Decreto n. 3.898, de 4 de outubro de 1927, instituiu a criação de escolas formadoras na seção VI do artigo 33º, que instituiu o tempo de duração e as incumbências do professor, descritos no artigo 67:

Da organização e regimem das Escolas Complementares descreve no artigo 33º sobre o período escolar e no artigo 34º sobre o tempo de duração do curso de formação ser de “4 anos ou séries”. No capítulo V seção II, artigo 67º as incumbências dos professores, entre eles, “b) impor a ordem e a disciplina entre seus discípulos e e) leccionar de acordo com os livros e compêndios oficialmente adaptados, o que reforça a existência de manuais e programas oficiais, e a orientação de usá-los como instrução pedagógica (BRASIL, 1927).

A regulamentação do Ensino Normal no Rio Grande do Sul teve início em meados de 1930, através do Decreto nº 4.277, de 13 de março de 1929, assinado por Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, que “provê sobre o Ensino Normal e Complementar do Estado”, e, assim, institui-se o “regulamento do Ensino Normal no Rio Grande do Sul”. O estatuto pode ser encontrado em formato PDF no Repositório Institucional da UFSC. Com relação ao Ensino Normal ser gratuito e a localização das primeiras escolas, está descrito no artigo 1º: “o ensino é leigo, livre e gratuito [...] localizado nas cidades que o governo julgar conveniente” (BRASIL, 1929).

Essas propostas de melhorias na formação de professores eram necessárias frente à expansão das Escolas Normais e às necessidades sociais encontradas em decorrência da urbanização crescente. Com relação à criação de escolas de formação de professores primários, em Caxias do Sul, entre os anos de 1930 e 1947, concebem-se três Escolas Normais com o mesmo propósito, de formar professores primários, porém com acessos distintos: gratuito, particular e para o ensino rural.

Em 1930, a primeira Escola Complementar inicia suas atividades, e, em 1943, recebe o nome de Escola Normal Duque de Caxias, situada no centro da cidade e de ensino público, instituição que busco investigar nesta dissertação. Em 1946, iniciou o Curso Ginásial, adotando o nome de Ginásio Estadual da Escola Normal Duque de Caxias. Mediante o Decreto nº 4.855 de 8 de janeiro de 1954 foi criado o Curso Clássico ou Científico anexo à Escola Normal Duque de Caxias, com os cursos colegial, ginásial e clássico, recebendo nova denominação para Colégio Estadual de Caxias do Sul. Em 23 de janeiro de 1959, sua denominação é alterada novamente para Colégio Estadual Cristóvão de Mendoza. No decorrer do ano de 1960, as administrações do Colégio Estadual Cristóvão de Mendoza e da Escola Normal Duque de Caxias foram separadas, mas continuaram no mesmo prédio. Dessa maneira, o Colégio Estadual Cristóvão de Mendoza assegurou os cursos ginásial, clássico e científico, e a Escola Normal Duque de Caxias manteve os cursos de formação de professores e o curso primário. Na Figura a seguir, apresento a foto do prédio onde foi instalada a Escola Normal Duque de Caxias, no ano de 1920.

Figura 22 - Prédio da instalação da Escola Normal Duque de Caxias (1920)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Também foi criada uma rede de Escolas Normais Rurais, que surgem a partir de 1940 no estado do Rio Grande Sul, ligadas à Igreja Católica. Em Caxias do Sul, a Escola Normal Rural Murialdo com sede em Ana Rech formou 798 professores rurais entre os anos 1942 e 1972, uma escola muito disputada nas provas de seleção, chegando a 2 candidatos por vaga (DEWES, 2016). Portanto, foi a segunda Escola Normal de Caxias do Sul e estava ligada ao Governo do Estado e à Congregação dos Padres Josefinos, com o objetivo de formar professores primários para o ensino rural. Na imagem a seguir, apresento a turma e professores em 1966 no local de funcionamento da Escola em Ana Rech.

Figura 23 - Escola Normal Rural Murialdo (1966)



Fonte: Jornal Pioneiro⁵.

Em 1947, a pedido de famílias da cidade de Caxias do Sul, cria-se a terceira escola de formação de professores primários e a primeira escola particular, e atendia na sua maioria classes mais favorecidas da sociedade caxiense. A Escola Normal São José, que priorizava a religião católica, inicia suas atividades em 05 de agosto de 1948, e teve seu curso de formação de professores até o ano de 1953 (BERGOZZA, 2010). Na imagem a seguir, está a foto do prédio em meados de 1940, onde funcionava a escola São José.

⁵ Disponível em: pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2018/11/memoria-colegio-murialdo-e-o-curso-normal-rural-em-1968-10645059.htm. Acesso em: 16 mai. 2019.

Figura 24 - Prédio Escola Normal São José (1940)



Fonte: Jornal Pioneiro⁶.

Após apresentar uma breve cronologia da expansão e legislação referente às Escolas Normais e aos movimentos para formação de professores no Brasil, Rio Grande do Sul e Caxias do Sul, discorro, a partir da próxima seção, sobre a Escola Normal Duque de Caxias. Esses movimentos estão representados nos discursos orais materializados nas entrevistas, em documentos e legislação vigente. Dentre as construções elaboradas descrevo o espaço escolar, o corpo discente da turma de formadas de 1951, o corpo docente que atuava na formação dessas professoras e as disciplinas que compunham o currículo escolar de Lourdes e Edelweiss na Escola Normal Duque de Caxias.

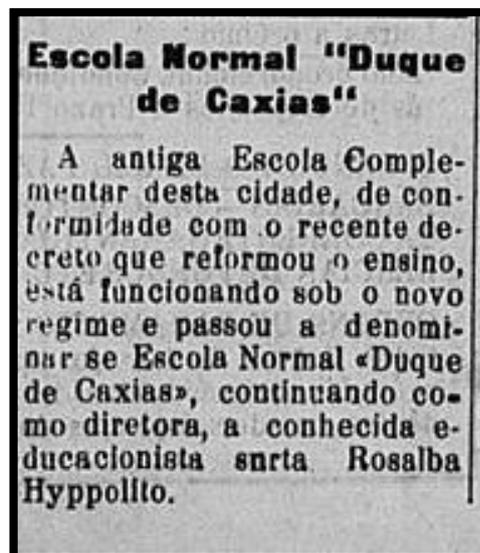
⁶ Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2016/03/memoria-os-115-anos-do-colegio-sao-jose-5112027.html>. Acesso em: 15 mai. 2019.

4.1 A ESCOLA NORMAL DUQUE DE CAXIAS: MEMÓRIAS DE EGRESSAS

As memórias da Escola Normal Duque de Caxias recompõem um espaço e tempo de práticas vividas por duas egressas, Lourdes e Edelweiss. Para alguns, só acontecimentos do passado, mas, para mim, almejando me tornar pesquisadora em História da Educação, esses episódios não devem ser esquecidos, e sim contados pelos sujeitos envolvidos no processo escolar, eles constituem vestígios de histórias que os livros não contam, lembranças daquelas situações que ficariam no silêncio e passariam em branco.

A história dessa instituição escolar surge no ano de 1930, quando foi chamada de Escola Complementar, e foi identificada por Escola Normal Duque de Caxias mediante o Decreto nº 810, em 22 de agosto do ano de 1943. A divulgação dessa troca de nome ocorreu em edição do jornal local chamado “O Momento”, que circulou em Caxias do Sul no dia 27 de agosto de 1943 (p. 01), na reportagem com o título Escola Normal “Duque de Caxias”.

Figura 25 - Excerto do Jornal O Momento, troca de nome da Escola Normal Duque de Caxias



Fonte: Jornal O Momento, (1943, p. 1).

Na reportagem, o redator escreve sobre a troca de nome da escola e anuncia que continua como diretora Rosalba Hyppolito. Ela ocupou o cargo de diretora na Escola Normal Duque de Caxias entre os anos de 1939 a 1953. Segundo relatos das egressas, a mesma era muito apreciada pelo quadro discente e docente e pela sociedade. Quando as memórias de Edelweiss Rossarola Soares (2019) são evocadas com relação à diretora, ela narra um

acontecimento que marcou a sua trajetória escolar, retomando suas experiências de vida do passado.

Em uma ocasião fizemos uma experiência com violetas juntamente com a professora de física e química Aracy Martins. Ela pegou um buquê de violetas, aquela violetinha que dá na terra, rochas, e nós fomos submetê-la a um processo, uma fumacinha que branqueou completamente as violetas, e nós fomos presentear a diretora com aquelas violetas. É, me lembro disso assim tão nítido na minha cabeça (Edelweiss Rossarola Soares, 2019).

Olhar para as comemorações realizadas em homenagem à diretora da Duque de Caxias é olhar para dentro, compreender os vínculos dos sujeitos e estabelecer relações com a sociedade na qual estão inseridos. Para Chamon (2002, p. 47), “o que sobressai em uma comemoração festiva é a sua beleza, o seu poder de encantar e seduzir, tanto a quem participa (como ator ou espectador), como a quem dela toma conhecimento indiretamente, por relatos escritos ou orais”.

A respeito das festividades realizadas pela Escola Normal Duque de Caxias, foi possível identificar também o registro da homenagem que alunos e professores realizaram ao trabalho eficiente da então diretora Rosalba Hyppolito. Essa reverência aparece em uma notícia na primeira página de maio de 1950 do Jornal O Momento.

Figura 26 - Excerto do Jornal O Momento, homenagem à diretora Rosalba Hyppolito

<h1>○ MOMENTO ○</h1>		Prop. E. Fonini Red. e Of. R. Sinimbuá, 1907
Redatores diversos ANO XVIII	JORNAL INDEPENDENTE - a serviço do Progresso e da Democracia Rio G. do Sul - Caxias do Sul, 3 de Maio de 1950. - N.º 890 891	
<h2>NOVO HAMBURGO</h2> <i>Mário Gardelin</i>	<h3>Transcrição</h3>	<h3>A Prof. Rosalba Hyppolito foi alvo de carinhosa homenagem</h3>
Em seis do corrente, enquanto que Caxias ainda se encontra no período de efervescência, onde as coisas estão por solidificar-se, tomar cor e forma própria.	«O Progresso» de Montenegro transcreveu o trabalho de nosso colega e colaborador Mário Gardelin, publicado neste semanário e intitulado: «Alleluia», referente as solenidades pascaes. Ao nosso colaborador nossas congratulações.	Segunda-feira última transcorreu o 11.º ano em que a ilustre educadora Rosalba Hyppolito vem dirigindo com proficiencia e dedicação a Escola Normal Duque de Caxias. Por este motivo, alunos e professores daquele estabelecimento de ensino prestaram-lhe, naquele dia, expressiva homenagem, que consistiu de uma cerimonia realzada no salão nobre da Escola e de um jantar, levado a efeito no Clube Juvenil.

Fonte: Jornal O Momento, (1950, p. 1).

Ser alvo da “expressiva homenagem” pelos alunos e escola em cerimônia com posterior jantar no Clube Juvenil, que é um distinto clube na cidade de Caxias do Sul, remete às relações de poder e às influências políticas e sociais da referida diretora. Além disso, é importante ressaltar a notícia na primeira página. Nesse sentido, Cardoso (2007, p. 244 - 245) fala sobre a “[...] análise possível das notícias de primeira página [...] o interesse reside no fato de [...] serem essas notícias que marcam normalmente a tematização escolhida para as notícias deste dia”.

Ainda sobre isso, Rocha (2003) sugere duas perspectivas que poderiam justificar a escolha do conteúdo de primeira página em jornais. São elas: os jornais de referência e os populares. Estes, visam preferencialmente a uma opinião pública dirigente (associada à tomada de decisões políticas, econômicas e culturais), enquanto aqueles têm por alvo a opinião pública generalizada. Indiferentemente de o Jornal O Momento ser de referência ou popular, ele era um dos principais veículos de comunicação da época, e, através das duas notícias, fica materializada a consideração à figura da diretora Rosalba Hyppolito.

Quanto à escola e seus espaços, as egressas articulam algumas narrativas com relação ao local onde estava localizada, as salas de aula, a presença de biblioteca, sala de química, gabinete médico, entre outros. Para materializar as representações atribuídas aos espaços escolares, realizo o seguinte quadro:

Quadro 10 - Materialização do prédio escolar: pelas egressas

Materialização	Lourdes Curra (2019)	Edelweiss Rossarola Soares (2019)
Prédio: local, estrutura física.	<i>“Quando eu frequentei sempre estava aqui na esquina onde está a Presidente Vargas”.</i>	<i>“Ali do lado do museu, onde hoje é a Presidente Vargas”.</i> <i>“Olha, eu estudei em várias salas, teve uma época que nós estudamos [...] onde a gente passa assim pela Bento tem janelas assim no porão”.</i>

Fonte: produzido pela autora a partir das memórias de Lourdes Curra e Edelweiss Rossarola (2019).

Ao vivenciar a experiência de revisitar o passado, emergem nas lembranças das egressas o local onde a escola e a sala de aula estavam localizadas. Para dar sentido a essas atribuições do espaço escolar para as egressas, concebo a noção de “espaço escolar e da escola como lugar” de Frago e Escolano (2001, p. 58-61). Os autores referem-se ao espaço como território e lugar, que esses espaços jamais serão neutros, pois indicam o resultado de “um produto cultural”. Reflito sobre a estrutura física da escola com a edificação de tijolos e a sua localização, que era central, pois remetem à preocupação não só com o local da escola, mas também com os detalhes da construção.

O espaço escolar onde se pretendia instalar a Escola Normal de ensino público em Caxias do Sul não poderia ser qualquer um, pois, além de atribuir valor ao ensino público e à escola de formação docente, se tratava de uma exigência mínima descrita no artigo 42, que determinava aos estabelecimentos que desejassem o mandato do ensino normal: “deverão satisfazer às seguintes exigências mínimas: a) prédio e instalações didáticas adequadas” (BRASIL, 1946). Frago e Escolano (2001, p. 69) contribuem a respeito do espaço escolar, que, conforme eles, deveria ser “um lugar estável e fixo”.

Ainda sobre as instalações escolares emergem na narrativa de Lourdes Curra (2019) outros espaços, como da biblioteca e sala de química: “*Eu gostava da escola, nós tínhamos a biblioteca, a Edelweiss me lembrou [...] a gente dizia assim que a escola era muito bem montada*”. As duas tinham conversado por telefone antes da entrevista, tendo como resultado a reelaboração dos significados e (re)estabelecimento de relações com o passado.

A garantia do acesso à biblioteca no espaço escolar era prevista na legislação vigente, especificamente na Portaria nº 4, de 13 de janeiro de 1937, das Escolas Normais. Nessa mesma Portaria havia a descrição de alguns livros entendidos como essenciais ao acervo: “livros sobre viagens, ciências naturais, biografias, poesias, obras didáticas, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo” (Brasil, 1937, p. 73). Na pesquisa que realizei no acervo do Arquivo Municipal João Spadari Adami, evidencio, conforme ilustra a Figura a seguir, o primeiro documento escrito com o título Relatório da Biblioteca da Escola Normal Duque de Caxias, no ano de 1959.

Figura 27 - Relatório da Biblioteca (1959)

BIBLIOTECA DA ESCOLA NORMAL "DUQUE DE CAXIAS" *Visto*
Messa
Furtiva

MOVIMENTO RELATIVO AO ANO DE 1959

DADOS FORNECIDOS À DIREÇÃO PARA RELATÓRIO, RELATIVAMENTE

À

B I B L I O T E C A

SEÇÕES	Nº DE VOLUMES	Nº DE CONSULTAS
De Professôres..... <i>Volume C. Sec.</i>	5326	4914
Infantil	1044	1622
Total	6370	6536

ENTRADA EM 1959

BIBLIOTECA PARA PROFESSÔRES.....680 volumes

BIBLIOTECA INFANTIL

TOTAL

ACÊRVO TOTAL DA BIBLIOTECA - 6370 volumes

Assinaturas mantidas pela Biblioteca: Vida e Saúde -Revista de Sociologia e Obras da Biblioteca do Exército.

Como oferta: Anhemby - Revista Esso - Revista Shell - Revista do Ensino - Sésinho - Pub. Saúde

Em ofertas irregulares: Ebsa - Escola Secundária Revista Brasileira de E. Pedag.

Caxias do Sul, 15 de dezembro de 1959

Lélia Leny Serafini
Lélia Leny Serafini
Responsável pela Biblioteca

Fonte: Arquivo Municipal João Spadari Adami.

Nesse documento, observa-se a quantia de 6.370 livros disponibilizados pela escola em questão, sendo 680 destinados aos professores, 56 de livros infantis, entre outros. O relatório também indica o acervo de revistas, tais como a Revista de Ensino, que foi um periódico que circulou nas escolas, com o propósito de “facilitar a tarefa do mestre, divulgando os melhores

métodos e processos de ensino” (GUALTIERE, 2008, p. 1). Com relação aos assuntos desenvolvidos pela revista sobre higiene, o autor cita alguns trechos que abordam a complicada tarefa de desenvolver hábitos de higiene. Em uma dessas menções, ele afirma que “os preceitos da higiene são mostrados como difíceis de serem vulgarizados entre a coletividade e, por isso, deveriam entrar na escola como armas de um arsenal para enfrentar a luta pela vida” (GUALTIERE, 2008, p. 11).

Em uma das edições da referida revista, em 1911, é publicado um texto sobre a conferência A Higiene nas Escolas, escrito pelo autor Dr. José Azurdia, que caracteriza a higiene como “a ciência social por excelência que deveria ser ensinada hoje para se pôr em prática amanhã”. Tal afirmação reforça a ideia de que o ambiente escolar tem um papel muito importante na disseminação desses conhecimentos, comparado os preceitos higiênicos com armas em uma luta contra a falta de saúde da população. Seriam os professores que colocariam em prática esses princípios para desenvolver conceitos que poderiam se tornar práticas higiênicas, objetivando a melhora frente ao caos da saúde enfrentado no período.

Ainda sobre espaços escolares, materializa-se nas narrativas de egressas e também nos documentos do Arquivo Municipal uma sala fixa destinada ao gabinete médico. Ela estava anexada à estrutura da Escola Normal Duque de Caxias no período estudado, e Lourdes Curra (2019) lembra a sua localização: “*O gabinete médico era no primeiro andar*”. Uma das finalidades desse espaço era para a realização de exames admissionais ao curso de formação de professores.

A exigência de exames para seleção e aprovação de entrada para a Escola Normal também estava prevista na legislação, através da Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, capítulo III, artigo 18: “Os alunos dos estabelecimentos de Ensino Normal serão sempre de matrícula regular, não se admitindo alunos ouvintes”. E no artigo 20 dessa mesma lei constavam algumas exigências ao candidato para admissão ao curso em qualquer ciclo de Ensino Normal: “qualidade de brasileiro; sanidade física e mental; ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente; bom comportamento social; e habilitação nos exames de admissão” (BRASIL 1946).

A prova de seleção era uma prática recorrente na escola em questão, evidenciada por Edelweiss Rossarola Soares (2019) como “*um processo rigoroso*”. Pelas representações, atribuía-se um valor social a esse momento, pois era uma forma de classificar ou identificar qual futura normalista teria condições de atuar segundo a identidade da professora que se queria para educar nas escolas primárias. Conforme Guaraciaba (1948, p. 4), as futuras docentes deveriam “retirar das trevas do analfabetismo os homens de amanhã, firmando-lhes o caráter,

influindo no que eles possam ser mais tarde. Ser professora é sacrificar-se em prol da infância; é ter nas mãos o destino da pátria, é instruir, é educar”.

Após realizados os exames admissionais à formação de professores da Escola Normal Duque de Caxias para iniciar o Curso Normal no ano de 1949, foram selecionadas 18 candidatas, todas do sexo feminino, entre elas Edelweiss e Lourdes. Argumento que a escola em questão não tinha como pré-requisito o sexo feminino, porém evidencia-se, através Edelweiss Rossarola Soares (2019), que eram somente mulheres e que os homens seguiram outros caminhos profissionais: *“todas mulheres, deixamos os meninos no ginásio e fomos só mulheres pro curso de professores”* (Edelweiss Rossarola Soares, 2019). Apple (1959, p. 59) concorda que os homens dificilmente seguiam o magistério, e acrescenta motivos para isso: “o magistério tornou-se feminino, em parte porque os homens o abandonaram. Para muitos homens, o custo de oportunidade era muito alto para permanecerem no magistério” (APPLE, 1995, p. 59).

A questão da feminização do magistério foi discutida por vários autores, assim como os diferentes papéis: lugares para homens e lugares para mulheres. Em relação aos discursos da feminização do magistério primário Brasileiro, Cardoso (2011) conclui que os autores que escrevem sobre tal tema o relacionam com o “papel social desempenhado por meninos e meninas [...], as qualidades femininas [...] características naturais da maternidade [...] entre outros” (CARDOSO, 2011, p. 19).

Segundo Martins (2000, p. 09-10), deve-se considerar alguns aspectos importantes com relação à escolha da profissão docente nesse período: “a profissão de professora primária era uma das poucas opções para o universo feminino; ao sair do Instituto de Educação, a professora tinha emprego garantido na rede pública de ensino; e a remuneração da professora primária era bastante significativa”.

Quanto ao tempo de duração do Curso Normal, ele atendia aos modelos prescritos pela legislação vigente e tinha duração de 3 anos. Portanto, as alunas formaram-se em 1951. Essa preconização estava descrita na Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530 de 1946, capítulo dos Ciclos do Ensino Normal, no artigo 2º, desta forma: “o Ensino Normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos”.

Em uma fotografia exibida pelo Clic RBS da formatura da turma em questão, estão dispostas 15 formadas e uma paraninfa. Porém, nas memórias das duas egressas emergem 18 alunas. Então, mobilizada pela curiosidade, decido realizar uma chamada - prática muito comum nas escolas, em que chamamos os alunos pelo nome para ver quem está presente ou

ausente no dia - com a finalidade de cruzar os dados e obter uma informação mais precisa. E obtive como resultado o quadro abaixo.

Quadro 11 - Chamada de formatura Escola Normal Duque de Caxias (1951)

Nº	Alunas	1951
1	Aída Rech	.
2	Aidé Bedin	.
3	Carmem Sozza	.
4	Ceci Puerari	.
5	Edelweiss Rossarolla	.
6	Evalina Manfredini	.
7	Gladis Bragatti	.
8	Ida Reis	F
9	Lourdes Curra	.
10	Maria Doroty Scartazzini	.
11	Maria Frigeri	.
12	Marlene Martins	.
13	Nei Ramos	.
14	Rudemir Marchioro	.
15	Terezinha Manfro	.
16	Terezinha Ramos	F
17	Wilma	F
18	Zilda Schio	.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

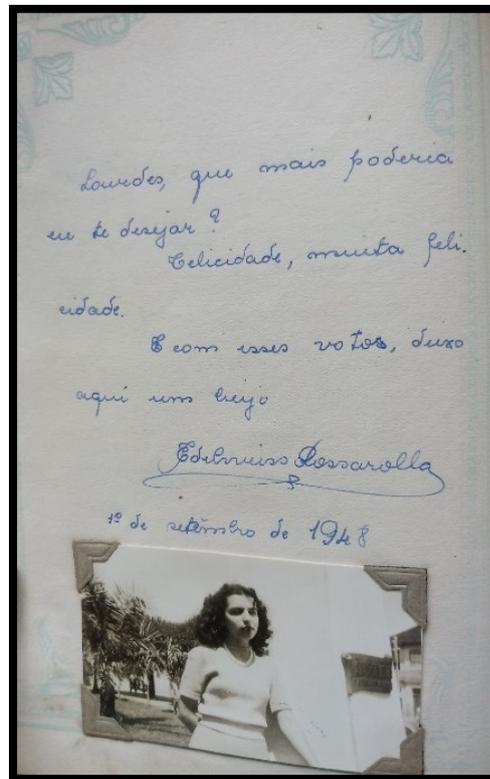
Através desse quadro, referente à turma de formadas de 1951, identificam-se as egressas Lourdes e Edelweiss no conjunto da turma e também percebo que as alunas Ida, Terezinha Ramos e Wilma⁷ não estavam presentes na solenidade da formatura, o que é confirmado depois por Edelweiss em um segundo momento.

Lourdes lembra com carinho os nomes das colegas que fizeram parte da turma de egressas da Escola Normal Duque de Caxias no período de 1949 e 1951, e afirma que Edelweiss até hoje é uma de suas melhores amigas. A amizade entre as duas está registrada no caderno de recordações que Lourdes guarda dos tempos de formação docente: *“inclusive eu tenho um caderno de recordações do tempo do magistério em que Edelweiss assinou para mim”* (Lourdes Curra, 2019). Lourdes exhibe o caderno com as mensagens escritas por suas colegas, e, emocionada, me mostra a página assinada por Edelweiss no ano de 1949, a qual decido

⁷ As alunas fizeram parte e concluíram a formação juntamente com as demais egressas, porém optaram por não realizar a solenidade de formatura.

compartilhar nesta pesquisa, demonstrando a união que essa turma tinha, e a escola como espaço de relações construídas.

Figura 28 - Caderno de recordações assinado por Edelweiss



Fonte: Acervo pessoal de Lourdes Curra.

Ao analisar a escola como um espaço de sociabilidade, identifica-se um conjunto expressivo de evidências na rememoração das egressas no sentido de união atribuído à turma de 1951. Lourdes Curra (2019) afirma: “*nós éramos muito unidas*”; e Edelweiss Rossarola Soares (2019) destaca: “*nossa turma era assim: uma por todas e todas por uma*”. E também os momentos e as relações construídas a partir da escola, quando saíam no intervalo das aulas para ir até a praça, nas viagens que realizavam juntas, nas reuniões dançantes e almoços dos quais participavam.

Através das ações estabelecidas no cotidiano escolar, compreender o papel da escola como agente socializador e as relações nela construídas através das experiências vividas significa experimentar o convívio com sujeitos distintos. Lourdes lembra dos momentos que reuniram a turma após a formatura, e que o vínculo entre elas continua forte após anos: “*a gente várias vezes conseguiu reunir toda a turma aqui em Caxias. [...] Fazer esses encontros é muito bom para relembrar dos momentos que passamos juntas*” (Lourdes Curra, 2019).

Simmel (1983, p. 132) também atribui a noção de sociabilidade como objeto de sociologia, e compreende esses fenômenos que sofrem imposições não-institucionais, como a amizade construída pelas egressas e a manutenção desse convívio entre elas mesmo após a formatura, como “formas da vida social”; esses fenômenos relacionais sobre a amizade, união, amor, entre outros. Esses relacionamentos fazem parte do cotidiano escolar e estão representados nas diversas formas culturais dos sujeitos.

Encontram-se também nas narrativas similaridades quando o assunto é o apreço delas pela escola, considerando uma boa escola de se estudar, bem como exaltando com orgulho pertencer àquela instituição e formação. A estima em estudar na Escola Normal Duque de Caxias pode ser evidenciada também no ano seguinte à formação das egressas. Por exemplo, no ano de 1952, as alunas do magistério, juntamente com as professoras Edith Bortolini e Lena Maria Meregalli, compuseram o Hino da Escola Normal Duque de Caxias, que “evoca a representação que as normalistas atribuíam à Escola e as suas próprias identidades profissionais” (BERGOZZA, 2010, p. 81).

O Hino foi conceituado por Lacombe e Calmon (1989, p. 26) como um “símbolo sonoro da Pátria e, como tal, tem suas versões musicais, sua execução e sua apresentação regulamentadas em lei”. Na Figura abaixo, descrevo o Hino da Escola Normal Duque de Caxias, composto em 1952 pelas alunas e professoras, cuja letra fala de valores, luta, resiliência e glória de Caxias do Sul.

Figura 29 - Hino da Escola Normal Duque de Caxias

Sobre os livros ansiosas buscamos
 A vitória do bem sobre o mal
 Luz nas trevas espalhar nós juramos
 Verdes louros colher esperamos
 Estudantes da Escola Normal
 Espelhando nas faces ventura
 Sorridentes na luta mais dura
 Caminhamos na senda do bem
 Orgulhosas da escola em que estamos
 Livremente ao estudo voltamos
 A pujança que a vida contém
 Nunca pois com um erro manchamos
 O conceito que sempre tivemos
 Resolutas buscando a vitória
 Mas se a dita nos for favorável
 Apoiadas no esforço incansável
 Levaremos Caxias à glória.

Fonte: BERGOZZA, (2010, p. 82)

Ao ler a letra do Hino da Escola, percebo movimentos para a renovação do ensino e o positivismo perante a formação de professores que iriam mudar o contexto da sociedade, instituindo-se novos hábitos, costumes que fossem adequados à Escola Nova. Alguns trechos falam da importância dos livros e da leitura, do orgulho de fazer parte da escola e também da tarefa de não errar porque tinham que manter o conceito da escola de levar “*Caxias à glória*”. Porém, pesquisar a História é entender como num determinado tempo e espaço os sentidos foram atribuídos por alguns sujeitos, enfim “[...] a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é” (CHARTIER, 2010, p. 24).

Rituais como hinos, postura, ordem e disciplina faziam parte da educação e estavam presentes no contexto escolar do período, serviam para disseminar o espírito de cultura cívica e estimulavam a prática das virtudes do novo aluno e da Escola Nova. Tudo isso serviria para aparelhar o espírito do aluno nos conhecimentos indispensáveis na luta pela vida, fortalecendo-o pela cultura cívica e estimulando-o à prática das virtudes (LOURO, 1997). Criações de hinos escolares e comemorações cívicas faziam parte do cotidiano da Escola Normal Duque de

Caxias, no período em questão, e contribuíram para o desenvolvimento do sujeito e da educação dos alunos pois eles seriam o progresso de Caxias do Sul.

A escola em questão, entre os anos de 1949 e 1951, contribuiu de maneira significativa na formação de professoras primárias na cidade e região. Portanto, a narração dos fatos históricos aproxima-se da identidade, hábitos e culturas, explicitados em participações sociais da referida escola, tais com esta reportagem, ilustrada em seguida, no Jornal O Momento, de outubro de 1949, em que se identifica a participação da Escola Normal Duque de Caxias patrocinando a conferência do Dr. Moyses de Moraes Vellinho, membro do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, organizado pelo Programa Cultural e sob o patrocínio, entre outros, da Escola Normal Duque de Caxias (JORNAL O MOMENTO, 1949, p. 2-3).

Figura 30 - Excerto do Jornal O Momento: Escola Normal Duque de Caxias patrocina Programa Cultural

<h3>Programa Cultural para Caxias</h3> <p>Deverá realizar-se no dia 12 do corrente, quarta-feira próxima, na Biblioteca Pública desta cidade, a terceira conferência que a Ordem dos Advogados, por sua subseção local, sob o patrocínio do Governo do Município, Sociedade de Cultura Artística, Rotary Clube, Escola Normal Duque de Caxias, Associação Comercial e Rádio Caxias do Sul — dedica à sociedade caxiense, como parte do programa cultural organizado.</p> <p>A referida conferência estará a cargo do sr. Manoelito de Ornellas, poeta, jornalista, ensaísta e orador de escol. Falará ele sobre o tema «Aquarelas do Pampa», páginas de rara beleza, onde se projetam e vivem as mais caras tradições do Rio Grande legendário.</p> <p>Não havendo convites especiais, os patrocinadores dessa hora cultural contam com a presença das autoridades, professores, advogados, médicos, bancários, estudantes dos cursos secundários e de quantos se interessarem pela vida e história do Rio Grande do Sul.</p>	<h3>Conferência</h3> <p>Como estava anunciado, realizou-se quinta-feira última, na Biblioteca Municipal, perante numerosa e seleta assistência, a conferência do dr. Moyses de Moraes Vellinho, membro do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul — e uma das expressões mais altas da cultura rio-grandense.</p> <p>Durante uma hora e meia, prendeu ele a atenção do auditório, falando sobre «Os Antecedentes da Formação Histórica do Rio Grande», trabalho esse brilhante e eruditamente abordado pelo conferencista, o que lhe valeu afinal, longos e calorosos aplausos.</p> <p>Foi a segunda conferência levada a efeito pela Subseção local da Ordem dos Advogados, como parte do programa cultural organizado, e que está sob o patrocínio do Governo do Município, Rotary Clube, Escola Normal Duque de Caxias, Associação Comercial, Sociedade de Cultura Artística e Rádio Caxias do Sul.</p> <p>A magnífica iniciativa do nosso colégio de advogados vem sendo amparada brilhantemente por todos os meios culturais da cidade.</p> <p>— Podemos anunciar que a próxima conferência, em dia que será publicado, estará a cargo do sr. Manoelito de Ornellas, o autor vitorioso de «Gauchos e Beduinos» e outros livros que o colocam à frente dos defensores das tradições da brava gente do Rio Grande.</p> <p>Trata-se de um orador consumado, membro também do nosso Instituto Histórico e Geográfico, jornalista e ensaísta dos mais renomados do sul do país.</p>
---	--

Fonte: Jornal O Momento, (1949, p. 2-3).

Na primeira notícia, intitulada “Programa Cultural para Caxias”, evidencia-se o convite para a participação da comunidade na terceira conferência realizada pela Ordem dos Advogados, que aconteceria na Biblioteca Pública, estando sob patrocínio também da Escola Normal Duque de Caxias. Já na segunda notícia, está descrita a participação da escola na conferência realizada na Biblioteca Municipal. Participar de um evento cultural cujo palestrante é “[...] uma das expressões mais alta da cultura” atribui o valor empregado pela escola a conferência com este tema.

Estar presente no evento como patrocinador possibilita reforçar o valor à cultura regional. Além disso, permite relações com novos membros distintos e reconhecidos, e divulga-se a imagem da escola. Produzir uma História Cultural, segundo fenômenos sociais, significa, conforme Chartier (1990, p. 16), “realizar uma investigação sobre as formas pelas quais os indivíduos e grupos constroem um sentido para os fatos históricos e, de uma maneira geral, para o mundo, a realidade”. A produção dessas notícias no Jornal O Momento pode ter relação com o fato de que um de seus diretores, Demetrio Niederauer, atuava também como docente na Escola Normal Duque de Caxias no período.

O envolvimento da Escola Normal Duque de Caxias em outros programas culturais confere à escola uma certa visibilidade perante a sociedade, como a participação da escola nos estudos com o tema “sob a égide de centro cultural” no Centro Cívico Visconde de Mauá (BERGOZZA, 2010, p. 39), geralmente representado pelo professor de História, e que contribui nos estudos para formação de ideais de nacionalidade. Giron (2003, p. 128) descreve que “os centros cívicos haviam sido estimulados no Estado Novo com o objetivo de terminar com o perigoso vírus do regionalismo e estimular o amor pela pátria brasileira”.

Com relação ao corpo docente que compôs o quadro da Escola Normal Duque de Caxias entre os anos de 1949 e 1951, foi possível evidenciar, através das lembranças que emergem de Lourdes (2019), alguns nomes - quem eram e as disciplinas que lecionavam.

Lembro... Ana Marianinha Rathi, de português, que foi quem solicitou que a gente escrevesse um livro de histórias; Dona Matilde Zata, que era de Porto Alegre; Darli Corsetti era de biologia; dona Lyra Buzzati, tem o Doutor Aurer do ginásio, Dr. Demetrio, nosso professor de ciências, tem o nome dele aqui na biblioteca; Dr. Dario Granja Santana, de desenho, Guilher, dona Luci Brach de francês, ela era francesa, era um fenômeno; a Juliana Lamb, de música; tinha um professor de latim, estudávamos latim também; inglês, o professor Moreira (Lourdes Curra, 2019).

Muitos desses educadores não tinham uma formação específica para lecionar tais disciplinas. Segundo Bergozza (2010, p. 91), “os professores Demétrio Niederauer e Dario Granja Sant’Anna eram profissionais liberais. Demétrio era advogado e jornalista, e Dario, engenheiro”. Vale a pena mencionar que os mesmos fizeram parte do quadro funcional da Escola desde o início da Escola Complementar, no ano de 1930.

Edelweiss Rossarola Soares (2019), ao rememorar sobre os professores e disciplinas que atuavam na sua formação docente, lembra que tem um diploma onde constam as disciplinas cursadas, porém não se recorda sobre o nome de alguns dos professores: “*então eu tenho dentro do cofre guardado meu certificado com todas as disciplinas da primeira, segunda e terceira*

Fonte: Acervo pessoal de Edelweiss (2019).

Nesse certificado de conclusão de curso, é possível legitimar a menção à egressa Edelweiss Rossarola, ainda com o nome de solteira, o ano de conclusão do curso de 1951, as disciplinas cursadas na formação e em que período estudou cada disciplina - 1ª, 2ª e 3ª série -, as notas de aprovação e a média final. O documento foi emitido no ano de 1975 e assinado pela então diretora Rosa Ledi. Essa discrepância temporal é explicada pela egressa, que esclarece que pegou fogo em alguns de seus documentos e, por isso, solicitou uma segunda via.

As informações contidas no certificado de conclusão de Edelweiss sobre as disciplinas cursadas durante a formação docente abre a possibilidade analítica juntamente com as memórias das egressas sobre quem foram os professores que atuavam nessas disciplinas, porém no resultado ficam algumas lacunas. Então, recorro ao Livro de Matrículas, Frequência e Notas da Escola Normal Duque de Caxias, acervo depositado no Arquivo Municipal João Spadari Adami, para me auxiliar a compor o quadro que segue.

Quadro 12 - Professores e disciplinas da Escola Normal Duque de Caxias (1949 - 1951)

Disciplina	Professor	Série
Português e literatura	Ana Maria Rath de Queiroz	1ª, 2ª e 3ª séries
Matemática	Laurencita Chiaradia	1ª série
Estatística aplicada à educação	Maryla Ratzki Perverti	2ª série
Biologia geral	Demétrio Niederauer	1ª série
Biologia educacional	Darli Corssetti	2ª série
Física e química	Aracy Martins	1ª série
Puericultura e Higiene	Aracy Martins	3ª série
Anatomia e fisiologia humana	César Serafini	1ª série
Higiene e educação sanitária	Aracy Martins	2ª série
História e filosofia da educação	Pe. Plínio Bartelli	3ª série
Iniciação à educação	Matilde Zattar	1ª série
Fundamentos da psicologia geral	Não identificado	1ª série
Psicologia educacional	Não identificado	2ª e 3ª séries
Sociologia geral	Moacyr Mendes de Oliveira	2ª série
Sociologia educacional	Moacyr Mendes de Oliveira	3ª série
Didática e prática de educação primária	Rosalba Hypolito	1ª e 3ª séries
Desenho e artes aplicadas	Lyra Corssetti	1ª, 2ª e 3ª séries
Línguas	Francês: Luci Brach Inglês: Manoel Genuíno dos Santos Moreira Latim: Não identificado	1ª, 2ª e 3ª séries
Música e canto	Juliana Lamb	1ª, 2ª e 3ª séries
Educação física, recreação e jogos	Claudia Corssetti	1ª, 2ª e 3ª séries

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de documentos do Arquivo Municipal João Spadari Adami.

A partir desse quadro, podemos identificar a base curricular de formação de professoras da Escola Normal Duque de Caxias, com as informações contidas sobre as séries, disciplinas e

os docentes que contribuíram na formação dessas professoras entre os anos de 1949 e 1951. De acordo com Silva (2001, p. 11), o currículo tem efeitos na sala de aula, define os papéis de professores e alunos, inclui certos saberes e determina o que é um conhecimento válido ou não.

Observa-se similaridades e também ambiguidades nesse currículo. A partir das memórias das egressas, revela-se que elas tinham aula de inglês, francês e latim. Segundo relatos de Lourdes Curra (2019), “*Luci Brach era professora de Francês, ela era francesa, era um fenômeno, tinha um professor de latim, estudávamos latim também, inglês o professor Moreira [...]*”. No certificado de Edelweiss não consta o ensino de idiomas. Busco, então, a legislação de 1946, mas também não estava prescrito como requisito mínimo. Concluo, assim, que se constitui de um benefício extra estendido pela escola a essas normalistas.

As disciplinas de sociologia e biologia que aparecem no certificado também não constam como requisito na legislação do Ensino Normal de 1946 e foram acrescidas ao currículo de ensino da Escola Normal Duque de Caxias. Essa situação pode ser atribuída ao interesse da escola por agregar essas disciplinas ao ensino de suas alunas, pela oportunidade social ou política de aproveitar os saberes docentes advindos desses sujeitos que pertencem à escola e à sociedade.

Na perspectiva histórica, a escola tem um papel significativo na construção cultural. Sendo assim, a biologia, por se tratar das ciências naturais, recai nos aspectos relativos à higiene, e a sociologia poderia contribuir com a construção do indivíduo e na assimilação de hábitos característicos do seu grupo social. Ramos (2003, p. 238) atribui o objeto de sociologia como:

Um indivíduo dentro dos seus padrões sociais, vive em sociedade, como membro do grupo, como “pessoa”, como “*socius*”. A própria consciência da sua individualidade, ele a adquire como membro do grupo social, visto que é determinada pelas relações entre o “eu” e os “outros”, entre o grupo interno e o grupo externo.

Tardif, Lessard e Lahaye (1991, p. 218) afirmam que o saber docente pode ser um saber “[...] estratégico [...]”, porque, através da função desempenhada pelo docente ou pela rede de relações que o unem à sociedade, se mobiliza com diversos fins. Ao investigar os seus nomes, descobro que Moacyr Mendes de Oliveira, além da disciplina de Sociologia, era professor de História, e, como já descrito nesta pesquisa, esses professores estavam envolvidos nas atividades do Centro Cívico Visconde de Mauá e, ao investigar o seu nome, descobro que existe uma rua em Caxias do Sul com esse nome, oficializado em 1999 através da Lei nº 5068; e Demétrio Niederauer era advogado, jornalista e diretor do Jornal O Momento, fez parte do corpo docente desde 1930 e assumiu a direção da escola por cerca de cinco meses. A Biblioteca

Pública Municipal e uma avenida de Caxias do Sul levam o nome dele, que, em 1950, também presidiu a primeira comissão administrativa da recém-fundada Escola de Belas Artes.

Compreender as relações entre os integrantes dessa escola, os papéis identificados pelos sujeitos nesse tempo e espaço, o cronograma estipulado pela instituição baseado nas leis regentes, remete-nos à compressão do cotidiano escolar e para além dele, os movimentos e interpretações do julgamento da sociedade por modelos exemplares, o que revela a ação e os movimentos na construção de um modelo de formação de professores. Nesse processo, foi marcante a união entre as egressas nos sentidos atribuídos aos momentos revisitados, na interpretação do grupo enquanto lugar social, e abrem possibilidades de criação de culturas escolares como a disciplinarização do corpo e seus gestos perante a sociedade.

Esse assunto, coloco em destaque a seguir, procurando identificar e analisar, através das práticas do cotidiano escolar, a representação oral e de imagem das egressas de 1951 e as contribuições da Escola Normal Duque de Caxias na formação dessas futuras professoras do ensino primário em Caxias do Sul.

4.2 DISCIPLINARIZAÇÃO DO CORPO E SEUS GESTOS

A disciplinarização do corpo e seus gestos, impregnada no cotidiano escolar das futuras professoras do ensino primário de 1951, pode ser observada nas suas práticas do cotidiano escolar. Emoldura-se a imagem social do professor, que precisava ser lapidada e modelada, pois, segundo Foucault (1997, p. 130), “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente”. Dessa maneira, se a imagem da formação docente estava prejudicada, a disciplina poderia instaurar a ordem e constituir sujeitos exemplares.

A Escola Normal, como formadora de professores primários, tem como papel preparar futuros cidadãos de uma sociedade, produzindo espaços de práticas individuais e coletivas. Como sugerido por Stephanou (2006 p. 32), a escola obteria melhores resultados na prática da Higiene do que aqueles atribuídos pela educação sanitária, “pois criaria hábitos, multiplicaria práticas higiênicas, chegaria às famílias através dos estudantes. A escola emergia, então, como locus irradiador, cumprindo um importante papel social no combate à ignorância e na promoção da saúde”. Essa ideia articula-se com o que Chartier (1988, p. 91) chamava de “perspectiva ideológica da sociedade”, pois estipulava-se um padrão da sociedade a seguir, baseado nos movimentos higienistas, que buscavam transformar cada indivíduo num agente modificador de velhos hábitos.

Esperava-se das estudantes, com a conclusão do curso Normal, que constituíssem uma elite físico, intelectual e social. Marisa Amorin, diretora da Escola Complementar de 1931, em uma carta expedida ao governo do Estado, se refere às futuras docentes de Caxias do Sul como: “moças da melhor sociedade caxiense” (Livro de correspondências expedidas, ofício nº 48, de 5 de outubro de 1931). A partir dessa afirmação, podemos entender por que tanto rigor com relação às exigências enfrentadas pelas normalistas, pois o que se esperava é que elas fossem as melhores moças de Caxias do Sul, tanto no âmbito escolar, quanto fora dele. No entanto, faz-se necessário entender como é o comportamento e atitude esperado das mulheres em 1950. A autora Mittanck (2017, p. 1) descreve que era valorizada a “permanência dos costumes e tradições [...], a priorização do casamento[...], resistir às possíveis tentações e situações [...], comportamento impecável, entre outros”.

Dentre as formas possíveis e ressignificadas para exercer a profissão de professor do ensino primário, era preconizado que as candidatas, ao participar da seleção, tivessem uma boa saúde, exigência que estava amparada pela Lei do Ensino Normal de 1946. O artigo 20 estabelecia que, para a admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, seriam exigidas do candidato as seguintes condições: “uma boa saúde física e mental”, bem como “ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente”.

O espaço destinado a esse exame admissional na Escola Normal Duque de Caxias era no gabinete médico, que ofertava, além desse serviço, o acompanhamento de saúde dos seus discentes, entre eles: de diagnóstico, exame físico, vacinas, curativos. Quanto aos profissionais que atuavam nesse contexto evidenciam-se dois médicos: Jaime Decarli e Darvin Gazzana. Ao que se refere ao serviço dentário, ele também era realizado no mesmo espaço pela dentista Edir Ramos. A partir dos relatos das egressas, durante a entrevista, evidenciando sobre os serviços de saúde oferecidos na escola em questão, foi possível criar o seguinte quadro:

Quadro 13 - Memórias do gabinete médico

(continua)

Assuntos	Lourdes Curra (2019)	Edelweiss Rossarola Soares (2019)
Jaime Decarli e Darvin Gazzana	<i>“Médico, não sei exatamente qual era a relação do Dr. Gazzana com a escola”.</i>	<i>“Jaime Decarli e Darvin Gazzana eles passavam o tempo, quer dizer, tinha horas que eles estavam lá, eu não me lembro mais se era tempo integral ou como é que era”.</i>
Edir Ramos	Não ressignificou.	<i>“Doutora Edir Ramos [...] ela chamava a turma e examinava os dentes um por um, e</i>

(conclusão)

		<i>depois ela chamava pra fazer as cáries [...], tu vêz que maravilha de colégio”.</i>
Gabinete médico	<i>“[...] lembro até que a gente tomava vacina na escola”.</i> <i>“o gabinete médico era no primeiro andar”.</i>	<i>“Lembro sim, Dr. Gazzana atendia no gabinete médico”.</i>

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir das memórias de Lourdes Curra e Edelweiss Rossarola Soares (2019).

A partir desse quadro, podemos identificar profissionais que realizavam alguns procedimentos no gabinete médico. Segundo Bergozza (2010, p. 115), isso aconteceu na Escola Normal Duque de Caxias “durante o período conhecido como Estado Novo”. Na Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, promulgada em 1948 no Artigo 80, estava descrita a exigência da inspeção médica escolar: “A inspeção médica nos estabelecimentos de ensino terá caráter obrigatório” (CAXIAS DO SUL, 1948). Após busca no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, foi possível evidenciar a presença do gabinete médico e do consultório dentário na Escola Normal Duque de Caxias no período de 1959 a 1960, o que demonstra que o médico estava presente na escola e realizava várias atividades, desde inspeção (exame físico/clínico para entrada na Escola Normal), bem como vacinação, realização de curativos e aplicação de medicamentos. O documento identifica a figura do médico Dr. Darvin Gazzana e do auxiliar de gabinete médico (formação não contemplada) nos relatórios do gabinete médico de 1959 na Escola Normal Duque de Caxias, como como pode ser percebido na imagem a seguir:

Figura 32 - Relatório do gabinete médico 1959

111 a.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Sedativos otológicos -----	25
Eupépticos -----	156
Consultas Médicas -----	150
Pressão Arterial -----	60
Ataduras -----	30
Alunos da Banda reexaminados -----	18

Não merecendo nossas atividades maiores comentários, subscrevo-nos atenciosamente

Dr. Sarveir Gagnier
médico

Olinda Leira Soares
auxiliar do G. Médico

auxiliar do G. Médico

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Esses procedimentos e orientações relacionadas à prevenção e cura das doenças são chamados de educação em saúde, e têm como propósito o processo pedagógico individual e coletivo da sociedade. No período em questão, eles buscavam a unificação, disciplinarização e criação de hábitos. A veiculação dessas informações se dava, entre outros, através do Jornal Despertar, que fazia parte do acervo da biblioteca das escolas municipais de Caxias do Sul. Na edição de março e abril de 1949 (JORNAL DESPERTAR, 1949, p. 6), o redator atenta para a importância de alguns assuntos relacionados à conservação da saúde, entre eles, com relação à respiração: “os pelos existentes na entrada das narículas ou ventes impedem a penetração de poeiras do ar que se respira. Esse meio natural de defesa evita que numerosas impurezas cheguem até a garganta e aos pulmões, como acontece quando se respira pela boca”. Na edição de agosto de 1949 (JORNAL DESPERTAR, 1949, p. 6), falava-se sobre a gripe: “as mudanças bruscas de temperatura são prejudiciais ao organismo e predispõem a gripe”. Ou, como neste excerto, atentando sobre o perigo de introduzir objetos no ouvido: “perigo de esgravatar os ouvidos: [...] o mau costume de limpar os ouvidos com palitos, grampos, fósforos ou lápis pode ferir uma e outra, bem como facilitar o desenvolvimento de germes e, em certos casos, até romper o tímpano” (JORNAL DESPERTAR, 1949-1950, p. 5).

A preocupação da Escola Normal Duque de Caxias com relação à saúde de seus estudantes fica em evidência pelas falas de Edelweiss Rossarola Soares (2019), quando explicita a realização de exames de rotina pelos médicos e dentistas da escola, e também por Lourdes (2019), quando lembra que realizavam vacina na escola. A vacinação contribui significativamente na prevenção de doenças, porém um de seus maiores obstáculos foi, e ainda é, o de atingir a coletividade. Segundo o Ministério da Saúde, a primeira vacina realizada no Brasil foi contra a varíola, em 1804. Depois, em 1885, surge a antirrábica, e, em 1897, é criada a vacina contra a peste bubônica. Por isso, é muito importante a criação do hábito da vacinação, indica-se ter sempre atualizado o cartão de vacinação. No período entre 1900 a 1950, os avanços da vacina se deram conforme quadro abaixo.

Quadro 14 - Evolução das vacinas entre os anos 1900 e 1950

Ano	Contexto histórico
1900	Criação do Instituto Soroterápico Federal, primeira instituição a produzir soro no Brasil, que, a partir de 1974, passou a se chamar Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
1904	Epidemia de varíola no Rio de Janeiro. Aprovada a lei da obrigatoriedade da vacinação antivariólica. Estoura a Revolta da Vacina.
1907	Febre amarela é erradicada no Rio de Janeiro. O Instituto Soroterápico Federal passa a se chamar Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos.
1908	Epidemia de varíola leva a população em massa aos postos de vacinação.
1925	Introduzida a BCG no Brasil.
1937	Início da produção e utilização da vacina contra a febre amarela fabricada no Brasil
1940	Reforçada a necessidade de combater o mosquito vetor <i>aedes aegypti</i> , devido à baixa eficácia da vacina.
1942	Erradicada a febre amarela urbana no Brasil.
1950	Implantação do toxoide tetânico (TT) e da vacina DTP em alguns estados.

Fonte: Revista da Vacina, Ministério da Saúde.

A expansão da saúde preventiva se dá no Brasil a partir do século XX, através das campanhas sanitárias que tinham como estratégia tratar da educação da população baseada na obrigatoriedade, pois achavam que não havia iniciativa própria de melhorar as condições de saúde (VASCONCELOS, 2001). Portanto, é bem comum observar, como no recorte do Jornal Despertar, a veracidade sobre essas doenças e como os agentes transmissores iriam se desenvolver quando não realizada a vacina: “[...] a varíola cega os seus filhos, a culpa da desgraça cabe aos pais, porque não os fizeram vacinar contra esses terríveis males” (JORNAL DESPERTAR, 1949, p. 6).

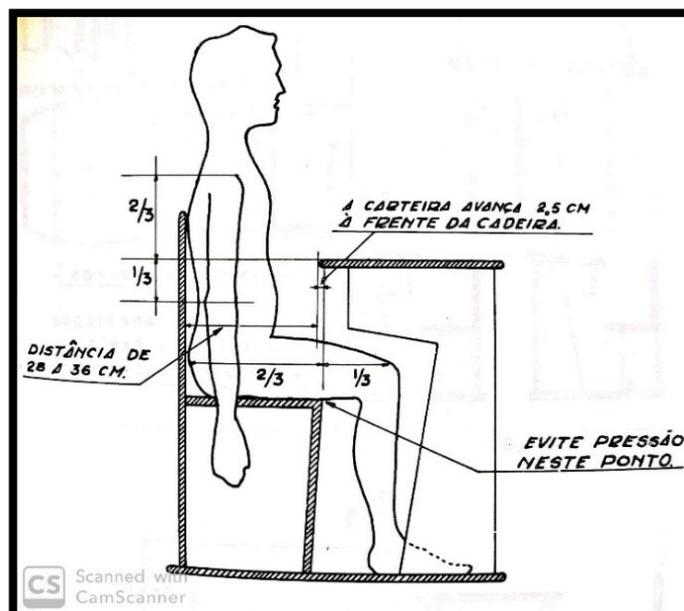
Outra questão fortemente ligada à disciplinarização das egressas são as cobranças com relação ao comportamento e postura a ser adotado pelas estudantes no ambiente escolar e fora dele. Lourdes Curra (2019) e Edelweiss Rossarola Soares (2019) lembram que eram

incentivadas e cobradas com relação à forma como se sentavam em sala de aula e na maneira que se referiam ao professor. Também relatam que estudavam sobre carteiras individuais, respeitando as filas organizadas uniformemente, e que as salas de aula eram muito limpas e ventiladas. Faria Filho e Vidal (2000, p. 28) escrevem que a constituição e o posicionamento do ambiente escolar têm como finalidade contribuir com as necessidades pedagógicas, estéticas e nacionalizantes.

[...] pedagógicas (iluminação e ventilação adequadas, sala de jogos, pátios de recreação, instalações sanitárias etc.); estéticas (promoção do gosto pelo belo e pelo artístico), e nacionalizantes (constituição do sentido de brasilidade, pela retomada de valores arquitetônicos coloniais e pelo culto às nossas tradições).

As representações embutidas na forma de compor e organizar a sala de aula com os mobiliários em fila e a posição do professor podem estabelecer relações de ordem, disciplina, unificação e também a relação de poder do professor. Segundo Castro e Silva (2012, p. 170-171), a estrutura escolar tem uma “[...] atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem” e, com isso, segundo Faria Filho e Vidal (2000, p. 9), seriam “abolidas as carteiras fixas [...]”. Os manuais criados pelo Ministério da Saúde em 1950, com base na Higiene, instruíam também sobre a postura ao sentar: “o aluno deve sentar-se ereto, relaxado, pés no chão, braços caídos para os lados” (BRASIL, 1950, p. 457), e também sobre o posicionamento das carteiras na sala de aula e as medidas das mesas/cadeiras:

Figura 33 - Dimensões e proporções corretas para cadeiras e carteiras escolares



Fonte: Manual de Saneamento (BRASIL, 1950, p.457).

Castro e Posse (2015, p. 2-3) escrevem sobre a relação entre a arquitetura escolar e o seu mobiliário falarem muito sob a perspectiva da formação, a ordem preconizada pelas instituições, o controle e a disciplina esperada pelos docentes. Relatam também que os manuais da época foram produzidos com base na “Higiene e pedagogia”, e como resultado obteriam um controle sobre o comportamento humano.

Norbert Elias (1990, p. 65) faz uma discussão acerca do comportamento humano, a partir do conceito de civilidade, o que chamou de “civilização como processo de transformação do corpo humano”. O autor atribui o conceito de *civilite* como um símbolo do processo social, um tipo de maneiras, costumes religiosos, uma língua comum falada e a autoimagem de uma sociedade, perpetuando culturas entre os povos.

Civilizar também estabelece relações com a unificação, padronização e estética. Como exemplo disso, cito a obrigatoriedade do uniforme escolar na escola em questão. Nas narrativas, as egressas descrevem o uso dessa vestimenta, bem como as cobranças com a higiene e manutenção da mesma. Segundo Edelweiss Rossarola Soares (2019), o uniforme era composto por “*saia marinho, camisa branca, gravata ou algo semelhante no pescoço, blusão de malha marinho, e o cabelo bem arrumado, mas era livre*”. A obrigatoriedade do uso de uniforme no interior do espaço escolar de instituições públicas, como da escola investigada, poderia manter um perfil desejado e tentar diminuir as diferenças sociais. Para fora do espaço escolar, também poderiam enquadrar e diferenciar quem eram as futuras professoras da Escola Normal Duque de Caxias. Segundo Marcon (2010, p. 18), o uniforme “[...] *representa a pertença a um determinado grupo social, cultural e intelectual [...]*”.

Segundo a Circular nº 11, expedida no município de Caxias do Sul em 08 de abril de 1943:

Antes do início nas escolas da campanha para o uniforme dos alunos, devem as professoras obter informações nesta Inspetoria Escolar, a fim de haver unidade de execução do mesmo, em todas as escolas do município. Podem, também, desde os primeiros dias do mês de maio próximo, procurar o modelo para o uniforme das professoras municipais, que se achará à disposição das interessadas na mesma Inspetoria. A integral execução das instruções aqui contidas fica ao cuidado do vosso zelo e devotamento (CAXIAS DO SUL, 1943).

Silva e Catani (2016, p. 1), em um artigo chamado “Fantasias da igualdade: uniformes escolares e democratização no Brasil”, descrevem no seu resumo que o uniforme utilizado nas escolas do Brasil entre os anos de 1948 e 1971 “despertavam os mais diversos sentimentos,

pretendendo “apagar as diferenças” socioeconômicas evidenciadas pelas roupas e tentando tornar “todos iguais” mediante a obrigatoriedade de um único tipo de vestuário, os uniformes escolares foram motivo de orgulho, de intimidação ou sinal de distinção”.

Quanto à obrigatoriedade do uniforme, o seu uso era cobrado com rigor: “*quem não estivesse com o uniforme completo era admoestado*” (Edelweiss Rossarola Soares, 2019). Logo, quando a egressa fala da punição ao não usar o uniforme na expressão “admoestado”⁸, entende-se também o peso e a rigidez na observação de comportamentos das egressas. Isso nos leva a crer que o castigo, ou a ameaça dele, servia de exemplo para os demais colegas que viessem a descumprir essa obrigatoriedade. De acordo com Foucault (1997, p. 173), “o castigo disciplinar tem a função de reduzir desvios. Deve, portanto, ser essencialmente corretivo”.

Na trajetória de formação de Lourdes e Edelweiss, também é possível perceber a representação do asseio e cuidado, questões pertinentes aos hábitos higiênicos da disciplinarização do corpo. Essa recorrência pode ser evidenciada através da entronização das imagens representadas nas fotografias que farei uso a seguir, elas possibilitam reflexões a partir do comportamento e atividades desempenhadas pelas egressas para além da sala de aula. Identifico também nestas fotografias características para a construção de uma identidade social desse grupo perante a sociedade.

Na imagem a seguir, Lourdes e demais colegas do curso de formação de professores se unem para formar um time de vôlei e saem para disputar campeonatos com outras escolas. O registro fotográfico de um desses momentos ocorreu no dia 7 de setembro de 1951, conforme pode ser visualizado na Figura a seguir.

⁸ Segundo o dicionário de português *online* significa: Censurar alguém a partir da observação de seu comportamento, sua maneira de pensar ou por uma falha cometida por esta pessoa; repreender. Aconselhar alguém quanto à sua maneira de proceder, para que a corrija de alguma forma; advertir, avisar, prevenir.

Figura 34 - Equipe de Vôlei da Escola Normal



Fonte: Arquivo pessoal de Lourdes Curra.

A fotografia abre muitas possibilidades analíticas, o que Chartier (1988, p. 13) chama de “pluralidade dos modos de emprego e as diversidades de leitura”. Para mim, essa imagem representa o expressivo cuidado com as normas higiênicas de postura e asseio, evidenciadas pelas seguintes características: cabelos soltos e arrumados, roupas limpas, a disciplina do corpo e seus gestos. Em virtude de se tratar de um esporte dinâmico, que exige muito preparo físico, espera-se como resultado dessa atividade: fisionomia e comportamento cansado, roupas com sinais de transpiração ou até sujas. Logo, ao observar a imagem interpreto que não era somente a imagem do esporte refletida, mas também a imagem que representa as futuras formadas da Escola Normal Duque de Caxias, professoras de ensino primário, que ganharam uma premiação no esporte de vôlei.

Ao desvendar espaços paraescolares, emergem as histórias de vida dessas estudantes, que são evocadas através das memórias, dentre elas, o prestígio social da profissão docente. Registros como esse remetem ao refinamento, disciplina e à valorização desses quesitos que são inseridos na escola e na comunidade escolar. Tais depoimentos corroboram com o comportamento exemplar e a força simbólica da escola. De acordo com a teoria de Saviani

(1995, p. 31), “a função da educação é a reprodução das desigualdades sociais”, pois as relações de poder na imposição de uma cultura à classe dominada interferem na liberdade e na construção de uma identidade própria.

Lourdes Curra (2019) exhibe também a foto da viagem de trem que a turma realizou antes da formatura, para conhecer a capital da República, Rio de Janeiro. O grupo estava acompanhado de dois professores: Moacir Mendes de Oliveira, que era o professor de sociologia, e Matilde Zatar, professora de didática e prática de educação primária e também paraninfa da turma na formatura. Na ocasião, o grupo teve a oportunidade de conhecer o então presidente Getúlio Vargas, conforme revela a fotografia abaixo, cedida por Lourdes.

Figura 35 - Alunas do Magistério em viagem ao Rio de Janeiro (1951)



Fonte: Arquivo pessoal de Lourdes Curra.

Historicamente, esse período do segundo governo de Vargas foi marcado por uma forte crise política e muita tensão social. Getúlio Vargas era conhecido pelo populismo, que, segundo Debert, constitui-se de:

uma relação pessoal entre um líder e um conglomerado de indivíduos, relação essa explicada através do recurso à ideia de demagogia, nem sempre claramente definida. Segundo essa concepção, o líder populista não aparece como um verdadeiro político, mas, sobretudo como um aproveitador da ignorância popular (DEBERT, 1979, p. 1).

Com base nessa afirmação, atribui-se a importância dada pelas egressas e seus professores em conhecer essa figura política. O recurso fotográfico na pesquisa, segundo Silva e Koller, (2002, p. 240) assume várias funções, como “de documentar determinada ocorrência [...]”. Nesse sentido, compreende-se a valorização dessa oportunidade pela egressa, pois, com muito orgulho, narra o fato desde os primeiros movimentos, em que juntaram o dinheiro para realizar essa viagem - a viagem de trem -, as pessoas que conheceram no percurso e todos os obstáculos que enfrentaram para conseguir estar lá e registrar esse momento tão esperado por todos.

Os sentidos atribuídos aos momentos que passaram juntas, as conquistas da turma de formadas, que estão explicitadas nas imagens do campeonato de vôlei e também na viagem de trem ao Rio de Janeiro, revisitar as experiências vividas e que marcaram o cotidiano escolar para além da sala de aula. A Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, vigente no período, e que já foi citada anteriormente neste estudo, incentivava também as instituições “para escolares”, a manifestarem o espírito de cooperação, solidariedade e de serviço social entre os futuros professores. Esses encontros das formadas fora da escola continuaram acontecendo até depois da formatura: “*uma vez eu reuni a turma aqui na minha casa para almoçar e a gente convidou um padre pra vir rezar uma missa*”. Ela também cita outro momento no apartamento de Edelweiss: “*a gente se reuniu no salão de festas, a gente comeu, conversou e se divertiu*” (Lourdes Curra, 2019).

Através das memórias, emergem vestígios de que a Escola Normal Duque de Caxias, enquanto instituição formadora de professores primários, preconizava algumas exigências e critérios na escolha das candidatas que iriam compor o quadro discente da escola. Esses vestígios estão explicitados, por exemplo, na forma de selecionar as candidatas, que se constituía de prova escrita, oral e médica. Através dessa seleção poderia ser desenhado um perfil desejado para constituir a Escola Normal Duque de Caxias, que começa a ser traçado no

momento da sua admissão à escola, na disciplinarização dos corpos e gestos demonstrados através das normas, rotinas e condutas recomendadas pela escola, a unificação das egressas a partir do uso de uniformes e a manutenção da saúde geral e bucal.

A disciplinarização do corpo e seus gestos impregnada nas atividades e rotinas escolares das egressas poderia ter relação com o respeito às legislações vigentes, tais como programas de Ensino da Escola Normal, programas oficiais do município e requisitos da Inspetoria Escolar, bem como para refletir a imagem do professor perante a sociedade. Segundo as fontes indicam, o estudo docente extrapolava a sala de aula, além das orientações da Inspetoria Escolar e a legislação vigente, pois havia a intenção de atender aos interesses das comunidades em que atuavam. Chartier (1990, p. 27) afirma que as estruturas do mundo social “são construídas historicamente pelas práticas articuladas (políticas, sociais e discursivas)”. Ao longo do século XIX e XX, consolida-se uma imagem social do professor, estigmatizando a história contemporânea: “não devem saber demais, nem de menos; não se devem misturar com o povo, nem com a burguesia; não devem ser pobres, nem ricos; não são (bem) funcionários públicos, nem profissionais liberais etc.”(NOVOA, 1992, p. 2).

Entre outros motivos que justificam essa consolidação da imagem do professor, a imagem social era convenientemente aplicada, pois seriam eles que iriam influenciar na formação de consciência sanitária da população. Por isso, tinham que ser um exemplo de moral, conduta e um comportamento impecável. Nesse sentido, o artigo 79 da Lei da Escola Normal de 1946, referente à política sanitária prescrevia: “a) a formação da consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário”.

Kreutz (1999) também ressalta que o nacionalismo precisava criar certa unidade simbólica. Por essa razão, dedicaram-se a constituir um sistema único, que prestasse sua contribuição na formação de uma cultura uniforme. Nesse sentido, segundo Martins (2000, p. 2), o período de 1945 e 1960, que a autora chamou de “os anos dourados da formação de professores primários” tinha como seus principais objetivos à educação:

1. despertar a consciência da liberdade, o respeito pelas diferenças individuais, o sentimento da responsabilidade e a confiança do poder da inteligência para encaminhamento e solução de problemas sociais;
2. desenvolver a fê na vida nacional e no regime democrático, lutando pelas garantias constitucionais para o exercício dos direitos civis e políticos;
3. mostrar a importância do princípio majoritário como sendo o mais adequado para encaminhar e resolver problemas de interesse público;
4. dar relevo ao ensino da ciência porque esta seria fonte de progresso cultural;
5. evitar o dogmatismo na escola (MARTINS, 2000, p. 2).

Dentre os principais objetivos atribuídos à educação, percebe-se que na descrição do número quatro caracteriza-se o ensino da ciência como fonte de progresso cultural. Esses pensamentos são semelhantes às ideias higienistas que foram implementadas no período e que Norbert (1994, p. 3) chamou de processo civilizador: “civilizar para transformar o comportamento humano”. Mas, como acabar com uma história de costumes, tradições e comportamentos inadequados? O processo de civilizar precisava acabar com os maus hábitos da população, como escarrar na rua, assoar o nariz no chão, comportar-se inadequadamente à mesa, na rua e na escola. E por onde começar? Na escola. E quem faria isso? Os professores primários. Por que fazer? Precisava-se civilizar os incivilizados o quanto antes. De que forma isso aconteceria? Através do ensino da Higiene, na escola.

Dos docentes primários, esperava-se que deveriam civilizar os alunos baseados nos próprios modelos de civilização. No entanto, como poderiam moldar e instituir práticas se não estavam impregnados das idealizações higienistas? Assim como reforçado por Souza (2015, p. 125), “as representações, construídas sobre a docência, estavam envoltas às perspectivas de idealizações de caráter moral e de vocação para a atividade docente [...]”. O docente, nesse processo de civilizar e instruir uma sociedade a chegar ao progresso, deveria agir naturalmente, porque, afinal, isso fazia parte da sua atividade docente; já às Escolas Normais coube a missão de tornar a higiene uma disciplina e de adaptar seus currículos voltados aos novos modelos educacionais.

4.3 HIGIENE NO CURRÍCULO ESCOLAR

Historicamente, o período de 1950 foi de desenvolvimento econômico acelerado e de expansão das indústrias. Assim, os problemas sociais decorrentes dessa situação atingiam a saúde e a educação. A falta de um saneamento básico eficiente, os maus hábitos de saúde que atingiam a população e a expansão dos portos para comercialização dos produtos abrem espaço para doenças parasitárias e infecciosas. Na educação, a falta de credibilidade docente e os índices de analfabetismo comprometiam o ensino, e a educação se depara com um novo estigma: dar conta da falta de higiene que tomava conta da população, disseminando morbidades e mortalidades por todo país.

Nesse cenário, de um lado estava a situação precária que acometia a saúde pública da população, principalmente das classes mais desfavorecidas, a pobreza, as doenças, um povo que não aderiu aos bons hábitos de higiene e as vacinas. Já, por outro, a resistência à educação, pais que não incentivavam a frequência dos filhos na escola, pois os mesmos serviam de mão

de obra nas lavouras. Além disso, os poucos espaços pensados para as escolas eram precários e com escassos materiais disponíveis e, junto a isso, professores com formação insuficiente.

Algumas doenças acometiam a população, principalmente crianças, e isso se dá geralmente na idade escolar, através do contato com outras crianças, objetos que caem no chão e colocam na boca. Assim, doenças relacionadas principalmente à mão/boca, mão/olho e mão/ouvido ganham destaque. As crianças apresentam uma maior predisposição às doenças, que ocorre em função da “imaturidade imunofisiológica” (RIZZON, 2011, p.12), deixando o organismo mais suscetível à invasão de agentes patógenos.

Os hábitos da população respondiam não só aos métodos educativos do serviço, mas também à obrigatoriedade vigente no país, como usar os manuais, fazer as vacinas, ensinar tais conteúdos. Questões de educação em saúde voltadas às doenças foram implantadas de forma punitiva e coercitiva, o que acabava por não conseguir o objetivo almejado. A maneira como foi desenvolvido esse processo foi e é discutido por profissionais da saúde e educação até hoje.

As medidas educativas aplicadas para a divulgação e a implementação das ações de prevenção de doenças apresentaram forte marca coercitiva e punitiva. Essas ideias acerca da educação na área da saúde foram, posteriormente, contestadas por profissionais da área, entre os quais se destacaram aqueles que defendiam a educação como um processo de conscientização, em contraponto à concepção que adotava como parâmetro a mudança de comportamento, baseada apenas em difusão e assimilação de informações (FERNANDES; CHAGAS; SOUZA, 2011, p. 479).

Ao longo do século XIX começam os movimentos para introdução das disciplinas no currículo escolar. Chervel (1990, p. 178-179) também escreve que, na história das disciplinas, a palavra disciplina foi entendida por historiadores como proveniente do latim que designa: “a instrução que o aluno recebe do mestre”. Ele também faz uma reflexão sobre o termo em si, concluindo: “a disciplina é aquilo que se ensina e ponto final” (CHERVEL, 1990, p. 177).

Vinão Frago (2008, p. 185) escreve que a prescrição do currículo gerou “[...] conflitos, negociações, transações, imposições, interesses e lutas pelo poder entre diversas tradições, subculturas e grupos de professores”. As disciplinas escolares podem ser tomadas como uma espécie de ordenação, pois estabeleceram quais foram os saberes escolhidos em detrimento de outros.

Os estudos apontam para os movimentos da obrigatoriedade da Higiene nas Escolas Complementares do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1927, quando o Presidente do Estado expediu um novo regulamento da Instrução Pública através do Decreto nº 3.898, que determinava, no artigo 34, a criação da disciplina de *Hygiene*: “o Curso complementar

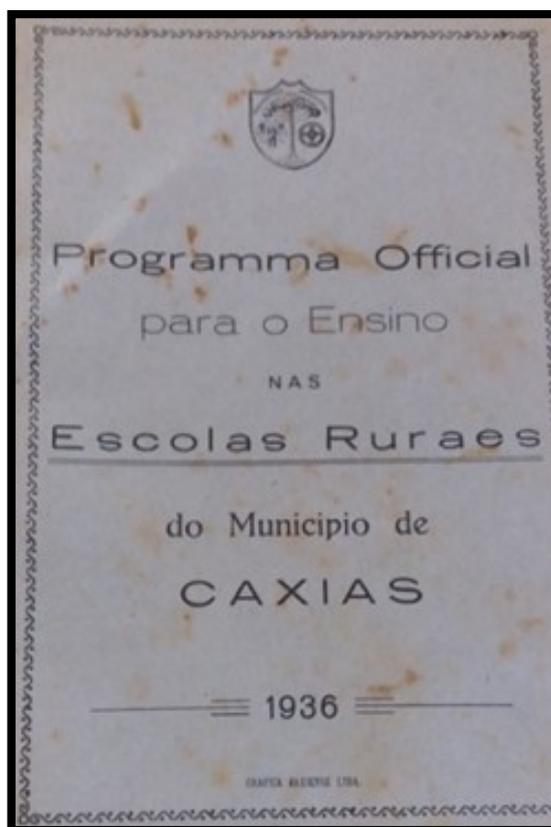
compreenderá o seguinte conjunto de estudos: [...] Hygiene em suas relações com a escola [...]” (BRASIL, 1927). Essa imposição é reafirmada em 1942: “as autoridades escolares tornam o ensino de higiene obrigatório, em todas as escolas, com 60 min./semana” (BORGES, 2005, p. 103-104). Isso revela que acreditavam que iriam recuperar uma sociedade doente e que os docentes iriam dar conta desse caos que estava instalado.

Durante esses movimentos para a higienização da infância, também foram criadas algumas bibliotecas de Higiene. O médico Sebastião Barroso criou a Biblioteca Popular de Higiene: uma coleção de leitura obrigatória contendo 22 exemplares para o povo, para educadoras sanitárias e por todos que se interessavam pelo precário saneamento no Brasil (PIMENTA ROCHA, 2017). Mais uma vez, usou-se a força da obrigatoriedade na disseminação dos preceitos higiênicos, prescritos por médicos e intelectuais do período, e essas normas, muitas vezes, foram usadas com rigor e como um manual de boas condutas.

Levando em consideração a obrigatoriedade do Ensino de Higiene em todas as escolas a partir do ano de 1942, descrita por Borges (2005), busco evidências no Arquivo Municipal de Caxias do Sul que pudessem evidenciar essa prática. Obtive como resultado desta investigação os Programas Oficiais Municipais, com as disciplinas e conteúdo a serem desenvolvidos nas séries iniciais das escolas rurais e municipais, e são eles: *Programma Oficial para o ensino nas Escolas Rurales do Município de Caxias* (1936) e *Programa de Ensino para as Escolas Municipais* (1943).

O *Programma Oficial para o Ensino nas Escolas Rurales do Município de Caxias*, aprovado pelo Prefeito Municipal Dante Marcucci e o secretário do Município Damasceno Carpes, publicado em 24 de abril de 1936, possui 12 páginas e contém as instruções de conteúdos por disciplinas de “Linguagem, Arithmetica, Lições de cousas, Hygiene, Geographia, Instrucção cívica e Religião”. Na Figura abaixo, apresento a capa desse programa.

Figura 36 - Programma Official para o Ensino nas Escolas Ruraes do Municipio de Caxias (1936)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

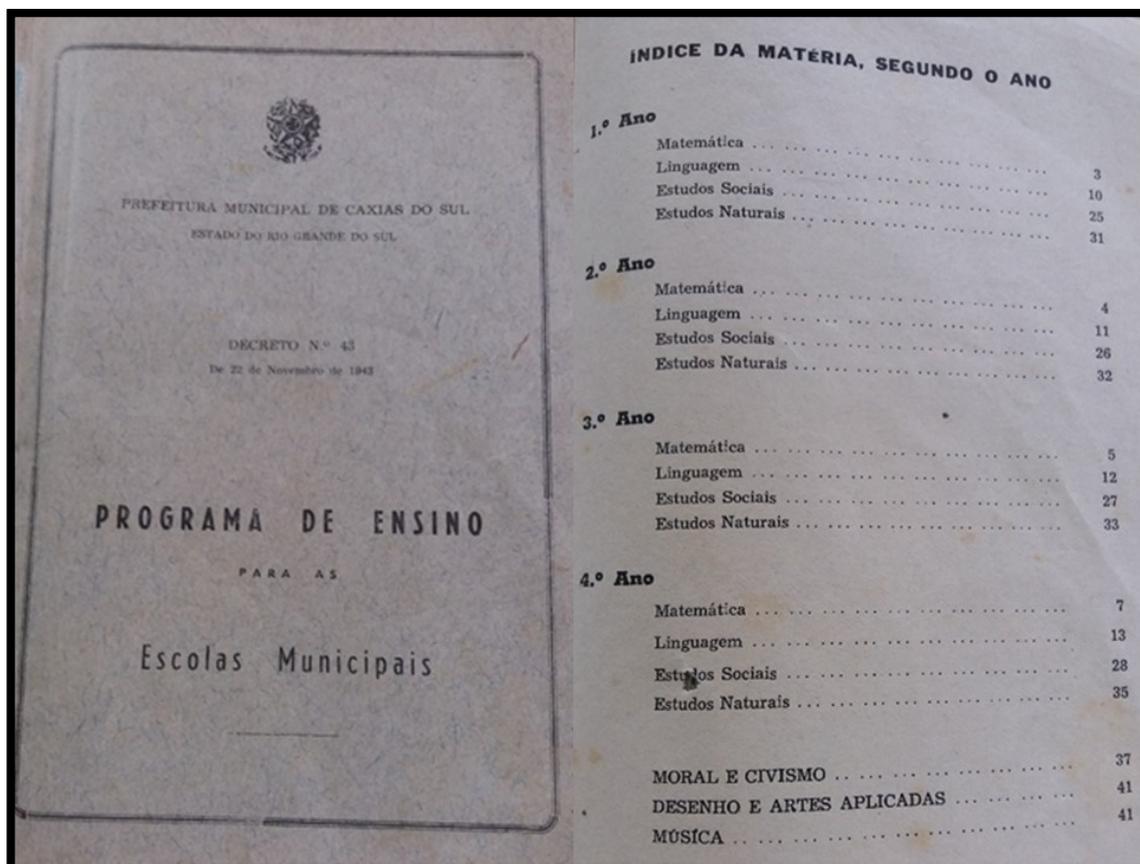
Na leitura do mesmo, é possível evidenciar a disciplina de *Hygiene*, que está descrita para o uso de 1^a e 2^a classes, e destaca os assuntos que se consideram importantes, antecipados da seguinte instrução: “registra-se, publica-se e cumpra-se” (p. 1). O trecho abaixo é a transcrição do conteúdo previsto no *Programma Official para o Ensino nas Escolas Ruraes do Município de Caxias* (1936, p. 4).

Hygiene: Asseio no corpo, na roupa e na habitação. Necessidade do banho. Cuidados relativos à boca, aos dentes, às mãos, às unhas, à cabeça, às orelhas e ao nariz. Uso de lenço. Pequenas palestras feitas pela professora (se possível diárias) sobre a Hygiene. Inconvenientes quando não praticada. Preceitos hygienicos sobre a maneira de comer e beber.

No *Programa de Ensino para as Escolas Municipais*, de 1943, que está descrito em 43 páginas, aplicadas de 1^o ao 4^o ano, na descrição de cada série constam os objetivos específicos mínimos essenciais. A disciplina de *Hygiene* não é mais uma disciplina da grade, as matérias agora são Matemática, Linguagem, Estudos sociais e Estudos naturais. Na Figura a seguir,

apresento a capa do Programa e as disciplinas organizadas no *Programa de Ensino para as Escolas Municipais* (1943, p. 43).

Figura 36 - Programa de Ensino para as Escolas Municipais (1943)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Na disciplina de Estudos Sociais, os assuntos também são reforçados e, após a constituição dos objetivos gerais e específicos, o requisito de mínimo essencial que apresenta a seguinte divisão: a) Geografia, b) História e c) Higiene, a qual faço a transcrição no recorte abaixo.

Higiene: Da criança: cuidados corporais – uso de vestuário adequado ao tempo – Do lar: asseio da casa e dependências – Da escola: asseio da sala de aula, das demais dependências e do pátio de recreação – Da alimentação: alimentos e bebidas recomendadas- horários das refeições (PROGRAMA DE ENSINO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, 1943, p. 25).

Nesse mesmo programa de 1943, a Higiene também emerge no *Programa de Moral e Civismo* com os títulos: “O amor ao lar e a família”, “A obediência”, “A generosidade”, “A ordem”, “O respeito aos direitos do outro”, “As boas maneiras” e “Responsabilidade da

conservação da saúde e segurança individual” (PROGRAMA DE ENSINO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, 1943,p. 38-39). Destaco outro item importante, sobre a responsabilidade da conservação da saúde e segurança individual que fazia parte do *Programa de Ensino para as Escolas Municipais* (1943, p. 39).

Responsabilidade na conservação da saúde e segurança individual - É indispensável levar a criança à aquisição de hábitos higiênicos que evitem a contração de moléstias, bem como a afastar-se dos lugares que oferecem perigos e a observar os sinais do tráfego, para evitar acidentes. O corpo robusto e sadio, além de belo, resiste mais aos ataques do que um organismo enfraquecido. O exercício metódico, executado sem exagero – porque toda a demasia é prejudicial- fortalece e retempera.

A disciplina de Higiene estava prevista nos programas de ensino do município de Caxias do Sul; e esses programas vigentes no período eram os moldes aos quais deveriam se formar as futuras professoras. Segundo o autor Valença (2002, p. 3-4):

Eram os programas curriculares que davam os ‘moldes’ pelos quais se deveria educar, formar as futuras professoras. Mas, na proporção em que há uma maior preocupação com o preparo técnico profissional das normalistas, vão sendo incluídas disciplinas de caráter mais específico, como “Pedagogia, Psicologia, Pedologia, Noções de Higiene Escolar e outras.

Alguns autores questionam negativamente como os programas de higiene foram impostos pelo governo. Afranio Peixoto, por exemplo, traz uma reflexão sobre as preocupações com a saúde e como os programas de Higiene que foram impostos pelo governo, pelos docentes e pelos pedagogos, o que pode ter influenciado negativamente nos resultados no livro *Noções de higiene* (1939, p. 367):

Os programas são ordinariamente vistosos, recheados de noções que devem impressionar bem os adultos. Quase sempre ignorantes das necessidades normaes e das possibilidades efetivas das crianças, acabam por ser administrados a força e inutilmente [...] nenhum proveito, portanto, produzindo cansaço.

Com o intuito de unificar os saberes aos quais se pretendia alcançar na formação de professores, são estabelecidas as disciplinas que fariam parte dos currículos, que foram e permanecem nos modelos prescritivos, compostas por conhecimento fragmentados em múltiplas disciplinas. Também, menciona-se com recorrência a falta de propostas curriculares que fizessem interação com a escola, os conhecimentos específicos e pedagógicos, a docência e a sociedade (SAVIANI, 2009) e como elas foram muitas vezes impostas e descontextualizadas da realidade local.

Logo, se a disciplina da Higiene era prescrita nas séries iniciais, a formação de professores deveria ser adequada e implementada de modo a profissionalizar esses docentes para tal função. A partir da leitura de Silva (2004), ficam claras as diferenças entre os currículos prescritos, apresentados e moldados pelos professores, o currículo colocado em ação através das práticas pedagógicas, o realizado e o avaliado. Com isso, admite-se que há uma brecha entre o currículo prescrito através de legislações vigentes e a forma com que são realizados nas práticas pedagógicas, isso porque perpassam por elementos tais como necessidades, trajetórias de vida do docente, formação acadêmica, políticas das instituições educativas, influências culturais, entre outros.

Sendo assim, esses currículos podem ter sofrido influências, reformulações e transformações ao longo de sua implementação, possivelmente as disciplinas e conteúdos foram escolhidos com base nos “saberes” que se pretendiam alcançar dentro de cada instituição escolar, a partir das legislações vigentes e flexibilizados conforme interesse de instituir culturas no âmbito escolar. A escolha das disciplinas que compuseram os currículos, segundo Silva (2004), tendenciava a articulação da teoria e prática nos processos de formação. Já Kramer (1994) afirma que as concepções na formulação dos currículos “fundamentam-se em – e se volta para – seu projeto de educação, um determinado tipo de sociedade, de conceito de homem, de infância e de adolescência (KRAMER, 1994, p. 17). Nessa perspectiva, o currículo escolar estava apenas atrelado a um registro de conteúdo, voltado à expectativa de construção de um diálogo entre os agentes presentes no contexto educativo de cunho cultural e fundamentados de crenças, valores e posturas.

Entretanto, não nos esquecemos de lançar nosso olhar para os aspectos culturais da época em que os fatos históricos investigados ocorreram, pois, nesse sentido, nos orientamos pelo pressuposto de que a História Cultural pode ser descrita ao tomarmos como foco o símbolo e suas interpretações (BURKE, 2004). O cotidiano escolar e o que acontece na escola é oportuno para compreensão das culturas escolares. Julia (2001, p.10) escreve sobre a cultura escolar como “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos [...]”. Citação repetida, veja acima na mesma cor. Logo, as práticas escolares são produzidas socialmente, e constituem-se de vestígios culturais, tanto da escola quanto dos sujeitos que a constituem.

Nesse sentido, realizo uma tabela com as disciplinas instituídas nas práticas pedagógicas da Escola Normal Duque de Caxias a partir do histórico escolar de Edelweiss, contrapondo com

o currículo de formação docente previsto no artigo 8º da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, permitindo a identificação de semelhanças e diferenças.

Quadro 15 - Comparativo das disciplinas prescritas pela Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) e disciplinas descritas no certificado de conclusão de Edelweiss (1951)

Séries	Lei Orgânica do Ensino Normal (1946)	Certificado da Escola Normal Duque de Caxias (1951)
1ª série	1) Português. 2) Matemática. 3) Física e química. 4) Anatomia e fisiologia humanas. 5) Música e canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação física, recreação e jogos.	1) Português e literatura. 2) Matemática. 3) Física e química. 4) Anatomia e fisiologia humana. 5) Música e canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação física, recreação e jogos. 8) Fundamentos da psicologia geral. 9) Didática e prática de educação primária. 10) Iniciação à educação. 11) Biologia geral. 12) Línguas: inglês, francês e latim.
2ª série	1) Biologia educacional. 2) Psicologia educacional. 3) Higiene e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação física, recreação e jogos.	1) Português e literatura. 2) Sociologia geral. 3) Higiene e educação sanitária. 4) Estatística aplicada à educação. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação física, recreação e jogos. 8) Línguas: inglês, francês e latim.
3ª série	1) Psicologia educacional. 2) Sociologia educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Prática do ensino. 9) Educação física, recreação e jogos.	1) Psicologia educacional. 2) Português e literatura. 3) História e filosofia da educação. 4) Puericultura e Higiene. 5) Sociologia educacional. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Didática e prática de educação primária. 9) Educação Física, recreação e jogos. 10) Biologia educacional. 11) Línguas: inglês, francês e latim.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Brasil (1946) e certificado de conclusão de Edelweiss Rossarola Soares (1951).

Quanto às similaridades entre a legislação e a prática evidenciada no currículo escolar de Edelweiss, observo a recorrência das disciplinas de português, matemática, física e química, anatomia e fisiologia humanas, música e canto, desenho e artes aplicadas, educação física, recreação e jogos, Higiene e educação sanitária, psicologia educacional, história e filosofia da educação e Higiene e puericultura.

Ao perceber a prescrição das disciplinas na legislação, apenas como uma das dimensões do currículo (Goodson, 1995), considerando que “leis são tinta num papel” (VIDAL, 2005, p. 58), lanço meu olhar para a força cultural que move os hábitos e tradições do cotidiano escolar,

através das memórias desses sujeitos, buscando analisar como ocorreram, na prática, essas adequações do sistema educacional com relação à produção do conhecimento referente à Higiene.

Observo algumas ambiguidades entre o prescrito e o praticado, pois, além das disciplinas de formação profissional e didáticas do magistério, havia outras, que estão descritas no currículo de Edelweiss e que corroboram com a hipótese da Higiene com ênfase na civilidade e nacionalidade, e que poderiam contribuir no estabelecimento de rotinas, hábitos e culturas escolares. Quanto à prescrição desses ideais da educação, no artigo 74 da Lei Orgânica da Escola Normal de 1964, recomendava-se: “A educação dada no lar ou na escola [...] deve-se inspirar nos princípios de liberdade, no amor à pátria e nos ideais de solidariedade humana e cristã”. Assim, essa prática deveria espalhar-se pelos espaços escolares inspirando docentes e discentes.

Como exemplo disso, podemos citar a disciplina de educação moral e cívica, que não estava prescrita na legislação, porém, segundo a descrição do artigo 14 da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, deveria fazer parte do cotidiano e da rotina escolar: “não deverá constar de programa específico, mas resultará do espírito e da execução de todo o ensino”. Corroborando nesse sentido, nas práticas desenvolvidas na disciplina de Educação Moral e Cívica, Lourdes Curra (2019) relata que compuseram um caderno de civilidade onde escreviam os aspectos relevantes que poderiam contribuir na sua prática como docente: “*nós tínhamos até o caderno de civilidade, escrevia como a gente subia as bandeiras, sobre o canto do hino nacional, o hino da bandeira*”. Atribui-se a importância de não se perderem os bons hábitos de civilidade, através do registro nesses cadernos, que poderiam funcionar como um manual, contribuindo para reforçar o que precisava ensinar para o desenvolvimento do novo sujeito.

Da mesma forma, o movimento higienista caracterizava-se por projetos de intervenção social. Desse modo, a disciplina de Sociologia também foi administrada na escola em questão e não estava descrita na legislação. Para Chervel (1990, p. 184), a escolha das disciplinas escolares pode revelar singularidades e originalidades oriundas das culturas escolares, que buscam “[...] penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade [...]”. Os temas difundidos nessa disciplina podem ser evidenciados no “Livro de pontos, atas e notas” do Curso de Formação de Professores Primários presentes no Arquivo Municipal João Spadari Adami, e constituem principalmente de recuperação do elemento nacional; a escola e o patriotismo; o problema da imigração e a contribuição do ensino primário para a unificação nacional.

A Higiene social perpassava pela educação do corpo. Esse conjunto de temas citados no livro de pontos, atas e notas, que estão ligados à construção da nacionalidade, emergem nas

memórias de Lourdes Curra (2019): “*Sim...sim, sim, em relação ao respeito à pátria com a professora Elfrida*”. O processo de socialização ocorre durante toda a vida do indivíduo (SAVOIA, 1989). Por isso, esse processo realizado ainda na infância exerce uma influência significativa na formação da personalidade social dos sujeitos.

Fazia parte da Higiene social também a educação do corpo no âmbito escolar, e ela poderia ser aplicada na forma de exercícios físicos, ginástica, jogos e conhecimentos sobre o corpo e o seu funcionamento (PYKOSZ, OLIVEIRA, 2009, p. 135). A disciplina que corrobora com a aplicação da Higiene no conjunto dessas práticas e saberes é a Educação Física, que, segundo Veiga (2009, p. 86), tinha como propósito: “[...] as preocupações relativas à boa formação física, como componente dos saberes do higienismo”, o que é reafirmado por Lourdes Curra (2019) quando lembra das práticas da Higiene na escola em questão: “*o professor de educação física acompanhava bastante esta parte da Higiene*”.

A prática desenvolvida na disciplina de Educação Física constituiu-se de importante ferramenta para compor um corpo e mente saudáveis dos futuros trabalhadores e cidadãos aptos para servir a pátria quando necessário. Os docentes dessa disciplina tinham como propósito induzir os alunos ao patriotismo, ao nacionalismo, à promoção da saúde, à higiene física e moral, propagando a ideia de uma nação grande (CASTELLANI FILHO, 2000).

Por outro lado, também se evidenciam as disciplinas específicas voltadas à higiene, como Higiene e Puericultura, que era ofertada para as terceiras séries. Com relação aos conteúdos descritos nessa disciplina, identifiquei os mesmos através de uma prova oral que foi realizada na Escola Normal Duque de Caxias para as normalistas de 1955, documento que está disponível no acervo do Arquivo Municipal João Spadari Adami. Na subseção de Livro de pontos, atas e notas do Curso de Formação de Professores Primários, constam duas provas parciais e um exame oral. Dentre os principais assuntos selecionados para realização dessas provas de Higiene e puericultura estavam: postulados da alimentação artificial; exigências calóricas da criança; vantagens do leite de mulher sobre todos os outros; perigos que ameaçam a vida do bebê; o quarto e a cama do bebê; necessidades energéticas e plásticas do lactente; e a infância e suas fases.

Quando evocadas as memórias das egressas sobre o estudo da disciplina de Higiene, emergem em suas narrativas os conteúdos, bem como os profissionais que os desenvolveram na Escola Normal, dispostos no seguinte quadro:

Quadro 16 - Memórias das egressas sobre o estudo da Higiene

Questões	Lourdes Curra (2019)	Edelweiss Rossarola Soares (2019)
Professor	<i>“Dona Aracy era professora de puericultura”.</i>	<i>“Aracy era a professora”.</i>
Assuntos	<i>“Puericultura sim”.</i> <i>“Sobre higiene assim tratava alguns assuntos sobre Higiene do corpo”.</i> <i>“Sobre doenças eu acredito que sim, eu não tenho assim uma lembrança muito clara não, mas com certeza”.</i>	<i>“Questões de higiene, de postura, de comportamento”.</i> <i>“[...] uma pincelada geral dessas doencinhas infantis”.</i> <i>“Ela nos ensinava até ser mãe [...] o prejuízo do excesso de carrego”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora a partir das memórias de Lourdes Curra e Edelweiss Rossarola Soares (2019).

Destaca-se a importância dada a esse conjunto de informações porque elas corroboram com uma cultura geral, uma vez que a educação delineava a partir desses conhecimentos e das condutas profissionais e pessoais, através de conteúdos que reforçam a ideia de que a Escola Normal, em determinados períodos, foi uma “escola para preparação adequada das moças para o casamento” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 38). Sendo assim, a formação de professores contribuía também para uma formação social das mulheres enquanto boas esposas e mães.

Nos relatos das egressas, fica muito nítido o estudo que tinham sobre a Puericultura, desenvolvido pela professora Aracy, e como isso auxiliou as mesmas na vida pessoal e profissional. O efeito na representação das egressas pode-se dar principalmente quando pensamos na feminização do magistério, pois seriam as mulheres que teriam melhores condições de ensinar por natureza do feminino, a maternidade. Logo, as exigências de uma sociedade seriam pela disciplinarização do corpo perante a sociedade, pois elas iriam formar os futuros cidadãos (seus filhos) daquela comunidade. Educar pode ter sido pensado como um processo social e a professora uma transformadora desse ambiente, como descrito no trecho a seguir sobre a figura da professora, que deveria provocar um sentimento de doçura e de instinto materno natural do feminino.

Relacionada, a princípio, às distinções biológicas, a diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero (LOURO, 1997, p. 45).

Corroborando com essa questão de gênero, Viviane (2005, p. 210) escreve que “a interferência nos espaços domésticos foi também mediada pela construção de um perfil de atuação feminina dentro e fora da instituição familiar, determinando funções e deveres, especialmente no que dizia respeito aos cuidados infantis”. Em comparativa entre os assuntos

identificados nas pesquisas com relação às disciplinas de Educação física e Higiene e Puericultura, percebo nitidamente a separação do perfil de atuação esperado pelo masculino e pelo feminino. Do masculino, atribui-se o valor moral, cívico e um preparo físico e mental para sua atuação profissional e de serviços voltados à pátria. De outro modo, do feminino, almejava-se a construção de uma identidade voltada aos deveres do lar, como o de ser boa esposa e cuidar dos filhos.

Com relação aos cuidados infantis, Edelweiss Rossarola Soares (2019) recorda de aprender sobre algumas doenças que acometiam as crianças. A partir dessa fala, entende-se que o futuro docente poderia estar preparado e atento às patologias que poderiam surgir no decorrer da infância. Sabendo reconhecer os sintomas e a transmissão dessas doenças, bem como instituir medidas contra a propagação das mesmas, atribui-se o valor desse ensino nas suas atividades como docentes de ensino primário, pois, segundo Fontenelle (1924, p. 141), “está perfeitamente reconhecido o grande valor do ensino das noções elementares de hygiene e a indispensável necessidade da criação de bons hábitos de vida, o mais cedo possível, esforço esse que pode e deve ser tentado desde a escola, e até, em certos casos, na idade pré-escolar”.

Kloetzel (1980, p. 100) escreve que as crianças estão sujeitas ao controle do professor e da medicina. Portanto, o docente poderia ser fundamental na implementação dos cuidados relacionados à saúde, porque “grande percentual tem atraso no desenvolvimento físico, dentição defeituosa, infecções de garganta, nariz, ouvido”. Como a medicina não conseguiu dar conta sozinha dessa demanda - “mesmo nos serviços mais eficientes o atendimento médico é esporádico, e apenas um rápido exame médico é realizado, por ocasião da entrada na escola” - , coube aos docentes primários instituir bons hábitos e práticas de conservação da saúde.

Historicamente, algumas doenças ganham ênfase por acometer a população nesse período. Para conseguir evidenciar as preocupações que se tinha com relação a elas, faço uma descrição dessas doenças baseada na coluna de Higiene e Conselhos Úteis do Jornal Despertar entre os anos 1949 e 1951, em que se destacam as seguintes patologias: varíola, febre tífica, tuberculose, e sífilis e panarício. Para um melhor entendimento dessas doenças, faço uma descrição sobre as informações que se tinham naquele período sobre as mesmas.

As atenções em torno da varíola deixam clara a preocupação com relação à vacinação, e as notícias evidenciadas nos excertos do periódico eram em torno disso, culpabilizando os pais: [...] “varíola cegam os filhos, a culpa da desgraça cabe aos pais, porque não os fizeram vacinar contra esses terríveis males” (JORNAL DESPERTAR, 1949, p. 6). Essa doença foi responsável por diversas epidemias e estava quase erradicada devido à prática preventiva (TOLEDO JUNIOR, 2005, p. 58), porém a sua obrigatoriedade assusta e causa indignação à

população, e, somente após o movimento que foi chamado Revolta da Vacina⁹, inicia a conscientização da necessidade de fazê-la.

A respeito da febre tífica ou tifoide, o Ministério da Saúde (1949) afirmava que existiam quantidades expressivas de casos da doença, e a sua transmissão estava relacionada a baixos níveis socioeconômicos, com precárias condições de saneamento e de higiene pessoal. Com relação a essa doença, um dos trechos do *Despertar* diz: “Nas fezes do doente de febre tífica, encontra-se sempre o bacilo causador da doença. Vômitos, urina, escarros e saliva também podem contê-lo, sendo, por isso, indispensável a desinfecção dos vasos que tenham recebido tais dejectos” (JORNAL DESPERTAR, 1949, p. 13). Essas são orientações muito importantes, porém atentamos para o período já contextualizado anteriormente, em que se explicita a falta do saneamento básico e da higiene pessoal. O redator, em outro periódico, atenta também sobre a lavagem de mãos ser essencial em não propagar a doença: “É muito possível que as nossas mãos estejam contaminadas pelo micróbio da febre tífica. A boa prática sanitária de lavar as mãos antes de qualquer refeição deve ser intensificada quando está grassando esta doença” (JORNAL DESPERTAR, 1949, p. 5).

Com relação à tuberculose, a descoberta do bacilo de Koch foi de extrema importância, afinal, comprovou-se que a tuberculose se transmitia pelo escarro, e alertou da necessidade de esterilizá-lo, “para torná-lo inofensivo, suprimindo o contágio” (ROSEMBERG, 1999, p. 21). Portanto, a instrução que mais chama a atenção para as páginas do *Despertar* foi a orientação de não escarrar nas ruas, evitando, dessa forma, a disseminação das doenças. “Os escarros dos tuberculosos estão cheios de micróbios. [...] pode expelir sete bilhões de micróbios por dia” (JORNAL DESPERTAR, 1950, p. 6).

A sífilis, que é uma doença sexualmente transmissível, tornou-se conhecida no século XV e seu tratamento foi descoberto em 1943 com o uso da penicilina (BOTTINO, 2006). Pensando no curto espaço em que se tinham descoberto o tratamento da doença e da transmissão ser por via sexual, a revista, de uma forma contida e cuidadosa, visto que a leitura era para as escolas, dá ênfase aos sintomas sem alongar muito sobre o assunto, como descrito na matéria da edição de fevereiro: “Dor de cabeça: as dores de cabeça podem ter diversas causas. As perturbações do estômago, as doenças dos rins e do sangue (sífilis) etc.” (JORNAL DESPERTAR, 1951, p. 5).

⁹ Muitos autores pesquisaram sobre a Revolta da vacina, destaque entre eles, Nicolau Sevcenko (2018), nesta obra o autor elucida os principais fatores que levaram à Revolta da Vacina, que acontece no Rio de Janeiro em 1904, quando a população decidiu que não quer se vacinar.

E, por fim, sobre o panarício¹⁰, o excerto do Jornal Despertar de fevereiro de 1951 chama a atenção dos leitores para o caso de infecção procurar um médico especializado para realizar a drenagem e tratamento: “Panarício: não se deve nunca esperar que com o auxílio de banhos quentes ou panos úmidos o pus saia espontaneamente [...] O tratamento do panarício é um tanto delicado e requer uma pequena cirurgia que deve ser feita por um prático componente” (JORNAL DESPERTAR, 1951, p. 5). A assistência médica pública era escassa nesse período e começava a se organizar o Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU) mantido pelos institutos e as caixas (LIMA; SAAVEDRA PINTO, 2003). Porém, com poucos recursos e com a sociedade que não tinha por hábito procurar assistência médica, provavelmente esse foi um dos movimentos chamando o público a procurar um profissional especializado para atendê-lo.

Essas foram as doenças que mais emergiram a partir da análise das edições do Jornal Despertar, periódico que permeava as escolas públicas de Caxias do Sul. Possivelmente, as ações desse meio de comunicação eram voltadas às necessidades locais, porém não posso afirmar que foram as que mais acometeram a população em Caxias do Sul no período. Estudos apontam também para a disseminação das doenças parasitárias como malária, doença de Chagas e esquistossomose mansônica. Porém, nos últimos 50 anos, devido às “transformações sociais, econômicas e demográficas [...] a cobertura do saneamento, a melhoria das condições habitacionais e a introdução de novas tecnologias de saúde, particularmente vacinas e antibióticos, foram decisivas para o rápido declínio” (WALDMANT, SATO, 2016, p. 2).

Outra disciplina que foi administrada na Escola Normal Duque de Caxias na formação docente de 1951 foi a Higiene e Educação sanitária. Nas memórias das egressas, não foram atribuídos muitos sentidos a essa disciplina, então decido investigar sobre como os professores que atuavam na formação da Escola Normal poderiam ser treinados a instruir Higiene e Educação sanitária, abrindo a possibilidade da falta de domínio para realizar tal instrução. Segundo Farias (1992, p. 246), o despreparo do professor em dar aula resulta na acomodação ao ensino.

A educação sanitária é fundamental para o estabelecimento de ações de conservação da saúde, e, quando trabalhada no contexto escolar, poderá estabelecer uma rotina mais saudável e influenciar na cultura e na perpetuação de bons hábitos individuais e coletivos. A conscientização de zelar pela própria saúde reside na atenção individual, nas relações para si, denominadas por Foucault (1997, p. 114) “práticas de si”; e também na relação com o outro,

¹⁰ Segundo o Dicionário Online de Português é: “Inflamação que ocorre na pele situada ao redor da unha, normalmente provocada por fungos (gênero *Candida*)”.

que poderia ser por meio de conhecimentos adquiridos e transmitidos à sociedade e pela sociedade.

O termo educação sanitária emerge a partir do ano de 1940, através do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que atuou fortemente nas escolas primárias no Brasil em parceria com países norte-americanos, com o objetivo de criar atividades educativas em saúde voltadas especificamente para escolares, cursos de capacitação para as professoras primárias e procurou envolver os alunos nos programas de saúde em execução, com a criação dos clubes de saúde que tinham como objetivo a criação de uma consciência para coletividade e de aprender fazendo (RENOVATO, BAGNATO, 2010). Segundo Bastos (1993), o SESP procurou ampliar os espaços de atuação da educação sanitária ao ambiente escolar, estimulando as famílias a hábitos saudáveis, expandindo, assim, suas concepções de educação, saúde e sanitização.

Após observar os aspectos referentes às práticas escolares e sociais dessas egressas, realizadas em diferentes atividades do cotidiano escolar e na disciplina de, é possível afirmar que, com a situação precária que se encontrava a população, que provia de condições mínimas de saneamento básico e os maus hábitos que recorriam da higiene pessoal, os sistemas de saúde sanitária não deram conta dessa atividade, e a escola, como formadora de indivíduos sociais, corroborou na disseminação desses hábitos, possibilitando a instituição de culturas locais neste tempo e espaço.

Tem-se, então, pelas contribuições que a história oral possibilita como metodologia de pesquisa, a revelação de vestígios de histórias vividas e lembradas sobre a formação de professoras normalistas na década de 50, assim como sua atuação docente no momento transitório da sociedade brasileira, em que o sistema educacional é ampliado para atender às necessidades do processo de industrialização, urbanização e saúde.

A Escola Normal em questão precisava dar conta da obrigatoriedade do ensino de Higiene, e em Caxias do Sul, a partir de 1936, os programas oficiais municipais já preconizavam a Higiene como disciplina obrigatória do ensino primário. A partir dessa determinação municipal, a escola de formação docente também segue reestruturando os currículos para atender a esse modelo.

Emergem também indícios, materializados nas narrativas, de que a escola em questão demonstra, através do cotidiano escolar, que os hábitos e rotinas referentes às práticas higienistas estavam presentes como rotina, pois a cultura instituída estava voltada à disciplinarização dos corpos e gestos de seus alunos, que pode ser observada desde a preconização de um comportamento adequado, da ordem, do asseio e da prática da atividade física. Buscava também uma uniformidade, pois, além do comportamento exemplar,

utilizavam-se de medidas de conservação da saúde através dos procedimentos curativos e preventivos realizados no gabinete médico e odontológico.

Com relação às disciplinas específicas descritas no currículo escolar de Edelweiss e através das memórias das egressas, percebe-se que a Escola Normal, nesse tempo e espaço, colocou em prática *Higiene e Puericultura* e *Higiene e Educação Sanitária*, administradas pela professora Aracy Martins no segundo e terceiro ano de formação docente. Quanto aos conteúdos administrados pela professora, ficam em evidência os ensinamentos sobre a puericultura, a conservação da saúde e doenças relacionadas à infância.

Evidenciam-se, ainda, outras disciplinas que dialogavam com o tema e com a criação de hábitos para conservação da saúde, moldando a população, e estavam baseadas nos princípios de urbanidade, civilidade, nacionalidade e unificação. Entre elas, destaco as tendências que mobilizavam o processo de construção dos futuros docentes, como por exemplo as disciplinas de Educação Moral e Cívica, desenvolvida pela professora Elfrida; Sociologia Geral, pelo professor Moacyr Mendes de Oliveira; e Educação Física, pela professora Claudia Corssetti.

Através desses conhecimentos adquiridos na formação de professores, essas futuras docentes precisavam dar conta desses novos modelos de sociedade e colocar em prática os ensinamentos. Gualtiere (2008, p. 11) escreve que o preceito da Higiene “deve ser ensinado hoje para se pôr em prática amanhã”. Mas isso não garante que na prática as futuras professoras conseguiriam implementar em suas aulas a Higiene, pois tenho por consciência que o que é prescrito e o que é realizado são formas distintas, porém estão interligadas e relacionadas: “Teoria e prática deveriam funcionar juntas, a primeira permitindo-nos refletir sobre a segunda e vice-versa” (SEBER, 1997, p. 28).

As concepções teóricas relacionadas à Higiene, que propunham medidas de asseio dos escolares, e tinham como finalidade evitar doenças contagiosas e comportamentos sociais indesejáveis, foram instituídas na Escola Normal Duque de Caxias. Essa implementação ocorre diante das legislações prescritas e da obrigatoriedade desse ensino, mas, com o passar dos anos, é impregnada no cotidiano escolar e na imagem social das egressas.

Os conteúdos previstos nos programas e evidenciados pelas narrativas das egressas deveriam proporcionar às partícipes a oportunidade de atuarem como agentes de transformação da realidade do ensino primário, e também que estivessem aptas para colocar em prática esses conhecimentos, porém fica claro que é preciso muito mais conhecimento, para fazê-lo com propriedade. Sendo assim, as egressas realizavam os ensinamentos que receberam de forma

singela da escola de formação docente, e também se baseavam nas suas próprias experiências de vida para colocar em prática.

Desse modo, pode-se afirmar que, a partir dos documentos e das narrativas das formadas de 1951, evidencia-se a representação da Higiene no contexto escolar da Escola Normal Duque de Caxias, através da disciplinarização do corpo e gestos de suas alunas, nas disciplinas curriculares e nos conteúdos desenvolvidos no curso de formação de professores para o ensino primário, bem como nas contribuições da Higiene para as práticas de suas formadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação histórica acerca da higiene é necessária, pois traz consigo a prática de determinados sujeitos frente a uma sociedade no tempo e espaço pesquisado. As cidades estavam sendo urbanizadas, especialmente Caxias do Sul, que já era a segunda maior cidade do Rio Grande do Sul. Com o crescimento populacional e a urbanização acelerada, emergem problemas com relação à saúde e à educação. As doenças, principalmente virais e parasitárias, se disseminavam num contexto que começava a se organizar com relação ao saneamento básico, à higiene pessoal e coletiva, ao mesmo tempo que precisava interferir na sociedade, que se recusava em fazer a vacina.

Os movimentos frente às práticas higienistas começam a ser reforçados e ampliados principalmente à população no meio urbano. Logo, foi possível encontrar manuais, periódicos e propagandas incentivando e disseminando as boas práticas higiênicas. Outro importante movimento foi quando os médicos começam a ocupar o espaço dentro das escolas, realizando exames e orientações para combater as doenças. Por consequência da entrada à escola, a criança iria receber informações de uma vida saudável e, dessa forma, criaria hábitos diferentes dos costumes e valores aos quais estava acostumada. Outro fato é que a infância era alvo desses médicos higienistas, pois acreditavam que poderiam moldá-las mais facilmente e que, por consequência, elas replicariam esses aprendizados nas suas casas, criando, então, hábitos melhores e instituindo culturas locais.

Os médicos estavam presentes nas escolas do Rio Grande do Sul, inicialmente em Porto Alegre e depois foram sendo introduzidos em Caxias do Sul. Na Escola Normal Duque de Caxias, estavam presentes no período dois médicos, segundo documentos do Arquivo Municipal e conforme os relatos das egressas. Esses profissionais eram o Dr. De Carli e o Dr. Gazzana, que tinham a função de realizar exames admissionais, exame físico, vacinas, curativos e consultas. Quanto à saúde bucal, eram ofertados procedimentos dentários a todos os estudantes que necessitassem. Porém, as orientações preventivas e curativas não saíam do gabinete médico, e essa prática do ensino de Higiene fica por conta da escola, na figura de seus professores.

Os programas oficiais do município de Caxias do Sul de 1936 e 1943 preconizavam que as escolas primárias deveriam oferecer a disciplina de Higiene em seus currículos em todas as séries do ensino primário, continham também a sugestão dos conteúdos a serem administrados e, ainda, sugeriam que seriam esses os “moldes” a que se deveriam educar, baseados na ordem, respeito, conservação da saúde e segurança.

As Escolas Normais, que já passavam por várias reformulações do ensino e muitas vezes não avançavam além do nível experimental, com a obrigatoriedade da Higiene ao ensino primário, tiveram que habilitar e preparar seus professores para esse ensino. As reformulações conferidas pela Lei Orgânica das Escolas Normais no ano de 1946 auxiliavam nesse sentido, direcionando a formação docente necessária às escolas primárias e à educação da infância, com base nesses novos modelos. A lei em questão organizou o ensino docente em três séries, prescreveu um mínimo de disciplinas curriculares e dispôs de orientações gerais sobre o ensino, escola, professores, alunos, entre outros. Porém, não trazia muitas informações de como colocar em prática o ensino da Higiene, possibilitando as diversas formas de implementação da mesma.

Para além da prescrição, na sua prática na Escola Normal Duque de Caxias observam-se similaridades e ambiguidades na criação dos currículos escolares, disciplinas e conteúdos administrados que, muitas vezes, eram baseados nos interesses e a partir da disponibilidade docente. Quando nos voltamos para a prática da Higiene que estava prescrita na Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, ela também estava descrita no histórico escolar de Edelweiss Rossarola Soares (2019) e foi colocada em prática na Escola Normal Duque de Caxias dentre os anos de 1949 e 1951. Essas evidências foram possíveis através das memórias que emergem dos relatos de Edelweiss Rossarola Soares (2019) e Lourdes Curra (2019).

A empiria produzida, coletada e analisada nesta dissertação constitui-se de grande importância para esta pesquisa, pois possibilita maior concretude às argumentações. Revela também as representações e sentidos atribuídos às experiências do cotidiano, rotinas escolares, hábitos instituídos, comportamentos e possibilidades de culturas, facilitando, assim, num lugar social, a aproximação com a prática, através do conhecimento adquirido no cotidiano.

Dentre os saberes selecionados para compor o currículo da escola em questão, teve especial destaque as disciplinas de Higiene e Educação Sanitária e Higiene e Puericultura, ambas administradas pela docente Aracy Martins. Com relação aos conteúdos e assuntos desenvolvidos, as egressas enfatizam sobre a Higiene do corpo, doenças infantis, postura, comportamento e puericultura. A Higiene também é um tema ressignificado em outras disciplinas, como a Educação Moral e Cívica, Sociologia e Educação Física. Entre os conteúdos a ensinar legitimados para a área de Higiene constavam o asseio, as boas maneiras, a disciplina, o nacionalismo, a prática de exercícios e a construção de um sujeito sociavelmente aceitável.

A Higiene configurou-se como um dos pilares da escola em questão, através das evidências de hábitos higiênicos que se espalhavam pelos espaços escolares de maneira contundente e ampla. Nessa perspectiva, é possível perceber comportamentos, normas e rotinas

que visam ao asseio dos mobiliários, materiais e espaços da instituição, bem como o dever de usar o uniforme, sentar em filas e o comportamento impecável padronizado pela Escola Normal.

Neste estudo, ao examinarmos aspectos das práticas sociais, foi possível compreender as relações entre os sujeitos, a escola e a sociedade. As formas ressignificadas das memórias possibilitaram reflexões acerca da Higiene no que tange o aspecto relacional; de origem grega *to care*, que segundo Ferreira (2005, p. 3) “implica tradicionalmente em certos valores e sentimentos: cuidado, engajamento, interesse, respeito e atenção”. Das lembranças emergem, o orgulho de fazer parte da formação da Escola Normal Duque de Caxias, das relações sociais construídas, as conquistas que realizaram juntas no âmbito de turma e as relações de amizades que permanecem até hoje.

A imagem da escola perante a sociedade compreende desde a arquitetura escolar, passando pelas provas e exames admissionais, até a participação em eventos culturais. A arquitetura escolar fala muito sobre a escola, a localização privilegiada no centro de Caxias do Sul, a construção de alvenaria, os espaços com a presença de biblioteca, gabinete médico e dentário, diferenciando os serviços ofertados pela escola. O exame admissional restringia a entrada dos candidatos à instituição, sendo possível selecionar o perfil do estudante. E também a participação e divulgação da escola em eventos sociais a partir do patrocínio em conferência, demonstrando o interesse ao engajamento social.

O cotidiano escolar, pelas narrativas, demonstrou-se impregnado de uma cultura de disciplinarização dos corpos e gestos, da obrigatoriedade do uso de uniforme, na materialização do caderno de civilidade, em cantar o hino e moldar o comportamento humano. Fundia-se em uma mesma compreensão sobre a finalidade social da escola os contextos humanos e as relações sociais reveladas pelas imagens em fotografias, enriquecidas pela postura e o asseio de suas egressas.

Portanto, minhas reflexões na condição de enfermeira e docente evidenciam as diferentes concepções e formas de compreender a Higiene. Meu esforço em buscar evidências de como foi praticado e representado o ensino de Higiene na formação dessas professoras da Escola Normal Duque de Caxias, formadas em 1951, traz considerações positivas e negativas. A partir deste estudo, considero positivo quando evidencio a intenção de se criar hábitos saudáveis que poderiam auxiliar na melhoria de vida da população, como as ações voltadas à prática da Higiene foram se estendendo e informando a todos que pudessem, por meio das escolas, manuais e jornais da época. A necessidade da Higiene foi pensada e executada em um momento tão intenso de desenvolvimento em torno das cidades e dos corpos.

Por outro lado, como ponto negativo está a forma com que essas melhorias foram implementadas, através da força da obrigatoriedade, e como foram muitas vezes confundidas e comparadas com moldes repressores, em que o respeito era alcançado pelo medo. Esse conjunto de práticas errôneas pode ter impactado negativamente na incorporação desses preceitos da Higiene.

O valor atribuído e ressignificado pelas egressas com relação à Higiene, como um dos elementos que engendraram a formação docente, podem ser evidenciados através da cultura de disciplinarização do corpo e seus gestos, do comportamento exemplar preconizado durante a formação de professores e também nas suas práticas do cotidiano. Isto se representa, através do hábito e apreço pelas normas, boas condutas, o asseio do corpo, na estética do caderno, na escrita e até mesmo nas suas atividades diárias.

Os saberes atribuídos à Higiene foram colocados nas suas práticas como docentes. Percebe-se que pretendiam disseminar esses conhecimentos higiênicos e ensinavam sobre os assuntos com o que conseguiam, baseados na instrução que receberam e também a partir das próprias experiências de vida. O conhecimento pedagógico advindo da Escola Normal Duque de Caxias contribuiu de forma significativa no fazer da Higiene, mas possivelmente não foi suficiente para sua implementação prática.

Em síntese, a partir de minhas interpretações subsidiadas pelas representações nos documentos, a Higiene foi instituída nas escolas com o intuito de disseminar os hábitos higiênicos na população, que não respondia às expectativas de urbanização. Os preceitos tinham as marcas da disciplinarização da infância, pois seriam eles que poderiam instituir hábitos e condutas que salvariam o Brasil dos incivilizados. As Escolas Normais realizaram tentativas na instrução de seus professores, porém de forma superficial. Logo, os seus formandos também tiveram dificuldades nas suas práticas como docentes, mas realizaram conforme o conhecimento que tinham.

Com relação às culturas escolares advindas da formação de professores e materializadas pelos sujeitos nas suas práticas escolares, identificaram-se: o cuidado do corpo instituído pelos gabinetes médicos; a disciplinarização escolar através das exigências de postura, comportamento e a imagem das futuras professoras; a unificação através do uso do uniforme; a influência da moral, civismo e religião, entre outros. Ficam também as marcas da obrigatoriedade vigente e apreço no emprego de prescrições, normas e rotinas.

A Higiene na formação de professores já foi tema de outras pesquisas, mas, ao realizar esses estudos, cada indivíduo reproduz de forma distinta as reflexões que mobilizam em torno do objeto. Cada um escreve, pergunta e reflete de forma distinta. Por isso, o mesmo tema, escrito

por duas pessoas, pode ter resultados divergentes. Mas aí que está o brilho em pesquisar: é o tom, a arte, a energia com que cada um mobiliza as escritas. Deixo em aberto outras possibilidades de pesquisa, com novas perspectivas e abordagens, enriquecendo muito mais as investigações em torno da formação de professores para as práticas da Higiene. Bem como, os cinco cadernos subsidiados a mim por Edelweiss durante a entrevista, que sevem de indícios ao representar a forma com que a egressa realiza na prática como docente os conteúdos de Higiene.

REFERÊNCIAS

ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul** (Educação): 1877 a 1967. III Tomo – Edição Póstuma. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Gráfica da UCS, 1981.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área da Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.

ALMEIDA, Edlaine Cristina Rodrigues de. **História da escola de enfermagem Madre Justina Inês: uma instituição de ensino superior formando enfermeiras em Caxias do Sul/RS (1957-1967)**. 2010. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/540>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ALTET, Marguerite. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. *In*: ALTET, Marguerite; CHARLIER, Eveline; PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe. **Formando professores profissionais**. Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: ARTMED, 2001.

AMORIM, Hananiel de Souza. **O discurso higienista para os Grupos Escolares na legislação educacional do RN (1908-1925)**. 2016. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22261>. Acesso em: 23 abr. 2019.

ARATA, Seiiti. **Como criar e modificar hábitos**. 2013. Disponível em: http://images.arataacademy.com/ComoCriarEModificarHabitos_ProdutividadeNinja.pdf. Acesso em outubro de 2019. E-book.

ARAUJO, Jose Carlos Souza. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. LOPES, Antonio Carvalho. **As Escolas Normais no Brasil: Do Império à República**: 2. Ed. São Paulo: Alínea, 2017.

BADANELLI, Ana Maria. A Investigação Histórica com manuais escolares: vantagens e limitações. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.11, n.2, p. 46-67. 2010. Disponível em: [http://www.8645234-Texto%20do%20artigo-29309-1-10-20170712%20\(2\).pdf](http://www.8645234-Texto%20do%20artigo-29309-1-10-20170712%20(2).pdf). Acesso em: 2 mar. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977.

BARREIRA, Ieda de Alencar. **A prática de enfermagem no Brasil: a enfermeira de saúde pública dos anos 20**. Rio de Janeiro. UFRJ, 1995 (Relatório de Pesquisa apresentado à Coordenadoria Executiva de Pesquisa da SR-2/UFRJ).

BARROS, José D' Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Caderno de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 407-429. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209>. Acesso em 10 jan. 2019.

BARROS, José D' Assunção. História cultural e história das ideias. **Cultura: Revista de História e teoria das ideias**, v. 21, p. 1-23. 2005 Disponível em: [https://file:///C:/Users/Gisele/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/cultura-3353%20\(1\).pdf](https://file:///C:/Users/Gisele/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/cultura-3353%20(1).pdf). Acessado em: janeiro 2020.

BARROS, Angela Maria Melo As. **Educação, Higiene e saúde: História natural e Higiene geral e escolar na escola normal do Sergipe (1879-1930)**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3631921. Acesso em: 24 mar. 2019.

BARUM, Sylvia Tavares. Materiais de higiene e limpeza que circularam nas escolas primárias gaúchas entre o final do século XIX e o início do século XX: alguns dados da pesquisa. **Anais de eventos da ASPHE: 17º encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**, 2011.

BASTOS, N. C. B.; SILVA, O. J. Programas educativos nas Unidades sanitárias do Serviço Especial de Saúde Pública. **Revista do Serviço Especial de Saúde Pública**, v.6, n.1, p.219-284, 1953. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000093&pid=S0104-4060201000050001700003&lng=pt. Acesso em: 22 out. 2019.

BASTOS, Maria Helena. A pedagogia em imagens: o ensino primário em foco (décadas de 1940 a 1960). In: BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (Org.). **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: Memórias e histórias (1858 – 2008)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

BENITO, Augustín Escolano. Patrimônio material da escola e história cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.11, n.2, p. 13-28. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125>. Acesso em 10 jan. 2019.

BERGOZZA, Roseli Maria. **Escola complementar de Caxias: histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961)**. 2010. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/549>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BERND, Mario. Casa do médico. **Revista dos cursos**. Porto Alegre, v.19, n 19, p. 185-189, 1933.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BONAZZI-TOURTIER, Chantal. Arquivos: propostas metodológicas. O desenvolvimento da entrevista. *In*: AMADO, Janaina, FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) **Usos & abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 233-247.

BORGES, Cecília. A formação dos docentes de educação física e seus saberes profissionais. *In*: BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean-François (Orgs.). **Saber, formar e intervir para uma educação física em mudança**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p.157-190.

BRASHARES, Ann. **Meu nome é memória**. Rio de Janeiro: SUMA de letras, 2014.

BRUM, Cristiano Enrique de. O Interventor da Saúde: Trajetória e pensamento médico de Bonifácio Costa e a sua atuação no Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (1938-1943). São Leopoldo, 2013. Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4656>. Acesso em: 07 agos. 2020

BRUM, Cristiano Enrique de. CORSETTI, Berenice. Os manuais didáticos de leitura como instrumentos das políticas de educação e saúde (1930-1940). **Anais de eventos da ASPHE**, 2011. Disponível em: [http://www.anais_17_encontro_2011%20\(3\).pdf](http://www.anais_17_encontro_2011%20(3).pdf). Acesso em: 18 fev. 2019.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Goés de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. Evolução histórica da educação em saúde como disciplina de ensino na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - 1925 a 1967. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 237-365, ago. 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v22n4/12.pdf>. Acesso em janeiro 2020.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo**, Papius: Campinas, 1998.

CARDOSO, Mayra Paniago Spíndola. **De Normalistas a professoras: Um estudo sobre a trajetória feminina em feira de Santana (1950/1960)**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011. Disponível em: http://www2.uefs.br/pgh/docs/Dissertacao/DISSERTACAO_Mayra_Paniago.pdf. Acesso em jan. 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, Sentido e História**. São Paulo: Editora Papius, 1997.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em Rede**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papius, 2000.

CASTRO, Elizabete Amorin; POSSE, Zulmara Clara Sauner. **Ginásios, Escolas Normais e Profissionais: A arquitetura escolar do Paraná na primeira metade do século XX**. Curitiba: Ed. das Autoras, 2012.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia). p. 295 – 316.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. *In*: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Coleção Memória e sociedade. p.13-28.

CHAVES, Márcia Lorena Fagundes. Memória humana: aspectos clínicos e modulação por estados afetivos. *Psicol. USP* v.4 n.1-2 São Paulo, 1993. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100007. Acesso em: 18 fevereiro 2020.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sob um campo de pesquisa. **Teoria & Educação: 2**, 1990, p. 177-229.

COHN, Amélia; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon. **Saúde no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. *In*: PERROT, Michelle. (Org.). **História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 392-465.

COSTA, Nilson do Rosário. **Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1985.

CUNHA, Cristiane Silveira *et al.* A Importância da Chegada da Família Real Portuguesa para o Ensino Médico e a Medicina Brasileira. **Revista Praxis**, v.1, n.1, p. 12-14, 2009. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/537/501>. Acessado em: 24 ago. 2019.

CUNHA, Maria Teresa Santos. A mão, o cérebro, o coração. Prescrições para a leitura em manuais escolares para o Curso Normal (1940 – 1960/ Brasil-Portugal). **Revista Brasileira de História da educação**, v.13, n.3. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40799>. Acesso em: 09 mar. 2019.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber**. Porto Alegre: EST, 1998.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DEWES, Elisangela Candido da Silva. **O Despertar: Uma história das práticas da Educação Rural em Caxias do Sul (1947-1954)**. 2019. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Teses e dissertações da UCS. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/5143?show=full>. Acesso em: 10 março 2020.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Traduzido por Ruy Jungman. 1. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>. Acesso em: fevereiro 2020.

FAVERO, Maria Teresa Martins *et al.* Considerações sobre o desenvolvimento do pensamento educacional acerca da educação do corpo. **Revista HISTEDBR**, v. 15, n. 61, p. 390-402. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640535>. Acesso em 10 jan. 2019.

FENTRESS, James; Wickham Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FERNANDES, Tania Maria Dias; CHAGAS, Daiana Crús; SOUZA, Érica Mello de. Varíola e vacina no Brasil no século XX: institucionalização da educação sanitária. **Ciência & saúde coletiva**, v.16, n.2, p. 479-789. 2011. Acesso em: janeiro 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v16n2/v16n2a11.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FERREIRA, Jaqueline. O programa de humanização da saúde: dilemas entre o relacional e o técnico. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.3, p. 111-118, São Paulo, set./dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902005000300007>. Acesso em fev. 2020.

FERVENZA, Helio. Registros sobre deslocamentos nos registros da arte. *In*: Costa, L. C. (Org.). **Dispositivos de registros na arte contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do College de France (1970-1982)**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FLANDRIN, Jean Louis. A distinção pelo gosto. *In*: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Org.). **História da vida privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 263-304.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. *In*: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Org.). **História da vida privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.321- 358.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustin. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: Editora DP & A, 2001.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias: Origens**. Porto Alegre: Edições Est, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas AS, 2008.

GIL FLORES, Javier. Aproximación interpretativa al contenido de la información textual. *In*: GODOY, Arilda Schmidt. **Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa**. Barcelona: PPU, 1994. p. 65-107

GONDRA, José Gonçalves. GARCIA, Inára. A arte de endurecer "miolos moles e cérebros brandos": a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 69-84, mai./jun./jul./ago. 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/275/27502606.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de Educação no Brasil, 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 519-550.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória**. Reflexões metodológicas sobre História oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. Leituras de formação: raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**. n.1, p. 49-68. 2001. Disponível em: <http://www.ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40813>. Acesso em: 16 mar. 2019.

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. Saneamento básico. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>. Acessado em: 4 set. 19.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba, n.25, p.127-141. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n25/n25a09.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

HONORIO, Liliene Carla da Silva; BENFICA, Daiane Mariana da Silva; CAMPOS, Rosilaine da Silva. Temas Transversais saúde e Higiene pessoal dos alunos da Escola Municipal Manoel Bandeira- Carlinda/MT. **Revista eletrônica da faculdade de Alta Floresta**. v.4, n.1, p. 1- 21. 2015. Disponível em: <http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/197>. Acessado em: 2 set. 19.

JARDIM, Maria de Lourdes. **Evolução da população do Rio Grande do Sul**. In: Encontro de Economia Gaucha, 2002, Porto Alegre. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_6_jardim.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf. Acesso em fevereiro: 15 jan. 2020.

JUNIOR, Laerthe de Moraes Abreu. CARVALHO, Eliane Vianey de. Relações entre educação, higienismo, moral e patriotismo na I Conferência Nacional de Educação (1927). **Revista HISTEDBR**, v. 12, n. 45, p. 62-77, 2015. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/art05_45.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

KOBORI, Mariane Nishi Gomes. **Confrontos constitucionais contidos a partir da perspectiva de ampliação das hipóteses de excludente de ilicitude do crime de aborto**. 2017. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2017. Disponível em: <http://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1801>. Acesso em: 15 jan. 2020.

KRAUSS, Rosalind. **O fotográfico**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

KRAMER, Sônia. **Infância e currículo: paradoxos, mudanças e riscos**. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/Coedi, 1994.

KORNDORFER, Ana Paula. A Fundação Rockefeller Chega ao Brasil: Cooperação no Combate ao “Mal da Terra” (1916-1923). In: MOTA, André. MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha. **Racionalidades em Disputa**. Intervenções da Fundação Rockefeller na Ciência, Medicina e Práticas Médicas do Brasil e América Latina. 2015. Coleção medicina, saúde e história. v. VIII.

KLOETZEL, K. **Higiene física e do ambiente**. São Paulo: EPU, 1923.

KLOETZEL, K. **Temas de Saúde: Higiene física e do ambiente**. São Paulo: EPU, 1980.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.107, p. 79-96, jul. 1999. Disponível em: [file:///C:/Users/Gisele/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/680-2504-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Gisele/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/680-2504-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 10 jan. 2019.

LACOMBE, Américo Jacobina; CALMON, Pedro. **Presidentes da República, símbolos, hinos e canções**. Brasília: CEDIL/ALHAMBRA/MEC/FAE, 1989.

LAROCCA, Liliana Muller; MARQUE, Vera Regina Beltrão. Quando a Higiene se torna pública: Saúde e estado. **Cogitare Enfermagem**, v. 10, n. 1, p. 75-80. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/4682/3629>. Acessado em: 11 set. 19.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

LEONETI, Alexandre Bevilacqua; PRADO, Eliana Leão do; OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.45 n.2, p. 331-348, mar./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v45n2/03.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2020.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Gêner. **Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCHESE, Terciane Ângela. Da prescrição a realização: os colégios elementares como um novo modelo de escola primária no Rio Grande do Sul (1909-1927). **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação**. Cuiabá, p. 1-14, 2013.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas Educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 10 set. 19.

MARCON, Monica Dandrea. Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/512/Dissertacao%20Monica%20Dandrea%20Marcon.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: fevereiro 2020.

MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos; FREITAS, Adélia Vieira de Freitas. Contribuição ao estudo da História do Ensino de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo. **Arquivos da Faculdade de Higiene e Saúde Pública Da Universidade De São Paulo**, v.13, n.1, p.243-262. 1959. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2358-792X.v13i1p243-262>. Acesso em: jan. 2020.

MARTINS, Angela Maria de Souza. Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-1960). **Revista Teias**, v. 1, n.1, p. 1-15. 2000. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/issue/view/1295>. Acesso em: 5 fev. 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

MENDES, Eugênio Vilaça. **A organização da saúde no nível local**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MIMAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MITTANCK, Vanuza Alves. As mulheres de 1950: Seu comportamento e suas atitudes. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499470616_ARQUIVO_ASMU_LHERESDE1950seucomportamentoesusasatitudes.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

MONLEVADE, João Antônio Cabral e FARIA Ivan Dutra. **Mo692. Módulo higiene, segurança e educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc./higiene.pdf . Acessado em 04/09/19.

MORAES, Margarete Farias de. **A higiene escolar nos escritos de Carlos Sá: circulação de ideias e projetos de interação entre saúde e educação (1920- 1945)**. 2015.166 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1565>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, mai./ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>. Acesso em 5 mar. 2019.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NAHAS, Markus Vinícius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

NORA, Pierre. Mémoire collective. *In*: LE GOFF, Jacques CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Dir.). **La nouvelle histoire**. Paris: Retz, 1978. p. 398-401.

NORBERT, Elias. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, 1994.

NOVOA, Antonio. Carta a um jovem investigador em educação. **Investigar em Educação**, Porto, n. 3, p. 1-10. 2015. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/83/82>. Acesso em: 4 mai. 2020.

OLIVEIRA, Rafael de. **Saúde e escola: um estudo cotidiano**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1565>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PASSOS ROCHA, Francineide Rodrigues. **“A oficina da nacionalidade”**: higienização das crianças e das maes na Paraíba (1911 a 1927). 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8749>. Acesso em: 24 mar. 2019.

PARAENSE, W. Lobato. Oswaldo Cruz, pesquisador. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.5, n.4, p.451-460, out./dez. 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v5n4/09.pdf>. Acessado em: 14 set.19.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESSANHA, Eurize Caldas. ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf. Duas práticas pedagógicas na formação de professores brasileiros na década de 1930: livros e cadernos. **Revista História da educação**, v.13, n.27.2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29030>. Acesso em: 2 mar. 2019.

PEIXOTO, Afrânio. **Noções de higiene**. 7. ed. ver. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1939.

PERROT, Michelle. Maneiras de morar. *In*: PERROT, Michelle. (Org.). **História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PIMENTA ROCHA, Heloisa-Helena. **Regras de bem viver para todos**. São Paulo: Mercado letras, 2017.

PIMENTA ROCHA, Heloisa-Helena. **A higienização dos costumes: Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918 – 1925)**. São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

PIMENTA ROCHA, Heloisa-Helena. Educação escolar e higienização da infância. **Caderno CEDES**, v.23, n.59, p.39-56. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n59/a04v23n59.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PIMENTA ROCHA, Heloisa-Helena. Prescrevendo regras de bem viver: Cultura escolar e racionalidade científica. **Caderno CEDES**, ano XX, n. 52, p. 1-19. nov. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a05v2052.pdf> Acesso em: 13 mar. 2019.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Imprensa Oficial, 1945, v 2.

POLIT, Denise F.; *et al.* **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: método, avaliação e utilização**. Porto alegre: Artmed, p. 199-222, 2004.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como a arte da escuta**. São Paulo: Letra e voz, 2016, p. 45-58.

RAMOS, Arthur. **Introdução à psicologia social**. 4. ed. Santa Catarina: UFSC, 2003.

RAMOS, Francicleo Castro. Socialização e cultura escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.23, e230006.2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782018000100204&script=sci_abstract&tln g=pt. Acesso em: 27 fev. 2019.

REVISTA DE ENSINO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO PROFESSORADO PÚBLICO DE SÃO PAULO. São Paulo: Typographia Tolosa, ano VII, n. 1, 1907.

REVISTA DE ENSINO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO PROFESSORADO PÚBLICO DE SÃO PAULO. São Paulo: Typographia do “Diário Official”, ano XV, n. 3, 1916.

RIBEIRO BRUM, Jane Lilian. Organização dos serviços de saúde pública no Rio Grande do Sul, Brasil: anos 1930 e 1940. **Revista Gaúcha Enfermagem**. Porto Alegre (RS) 2004 abr;25(1):70-80. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4495> Acesso em 07 de agos. 2020.

RIZZINI, Irma. GONDRA, José Gonçalves. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação**, v.19, n.58, p.561-584. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000800003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 26 fev. 2019.

RIZZON, Danuza. O Sistema imune do Recém-Nascido: Destacando Aspectos Fetais e Maternos. **Revista de Pediatria SOPERJ**, v. 12, n. 1, p.12-15, 2011.

ROSO, Paula Cristina Mincato. **A educação do corpo nas escolas municipais de Caxias do Sul, RS: (1937 a 1945)**. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/472>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SANTOS, Cláudia Amaral dos. A vida do bebê: la constitución de infancias sanas y normales en los manuales de puericultura brasileños. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.47, p.427-442. 2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782011000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 mar. 2019.

SANTOS, Nereida Lúcia Palko dos Santos; SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar. Estilo de vida e saúde: o cotidiano das alunas da Escola de Enfermagem Anna Nery na década de 20. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.51, n. 1, p.165-176, jan./mar. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v51n1/v51n1a13.pdf>. Acessado em 11 set. 19.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40.2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf. Acesso em: 18 mar. 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: Mentis insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

SEIXAS, André Augusto Anderson. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. **Revista de Psiquiatria RS**, v.31, n.82, p.1-1. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rprs/v31n1/v31n1a15.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

SHORTER, E. **A History of Psychiatry: from the era of the Asylum to the age of Prozac**. New York: John Wiley & Sons; 1997.

SILVA, Katiane Nogueira da; CATANI, Denice Barbara. Fantasias da igualdade: uniformes escolares e democratização no Brasil. **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.2, p. 700-722, maio-ago. 2016.

SILVA, Cristiane Maria da Costa *et al.* Educação em saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.15, n.5, 2539-2550. 2010. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232010000500028&script=sci_abstract&tlng=es. Acessado em: 24 ago. 19.

SILVA, Lucas Neiva, KOLLER, Silvia Helena. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n.2, p. 237-250. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a05v07n2.pdf>. Acessado em: 3 mai. 2020.

SIMMEL, Georg. As formas sociais como objeto de sociologia. *In*: BARRETO, R.; WILLEMS, E. (Orgs.). **Leituras sociológicas**. São Paulo. (Companhia Editora Nacional) 1940.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952)**. 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale dos Sinos, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3660>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima. A formação do cidadão moderno: a seleção cultural para a escola primária nos manuais de Pedagogia (Brasil e Portugal, 1870 – 1920). **Revista Brasileira de História da educação**, v.13, n.3, p.257-283. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125114>. Acesso em: 9 mar. 2019.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. **Trabalho, educação e saúde**, v.4, n.1, p.33-64. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 fev. 2019.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e educar: Discursos médicos nas primeiras décadas do século XX**. 1999. 320 f. v. 1. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/83586>. Acesso em: 14 mar. 2019.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v.3, século XX. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 416-429.

TANURI, Leonor Maria. **Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1992.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Vozes: Rio de Janeiro, 2002.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84.1997.

TOME, Dyeinne Cristina. Modas e modos domésticos: os manuais de instrução e a educação das mulheres – décadas de 1950 e 1960. **Revista HISTEDBR**, v. 13, n. 53. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/issue/view/685>. Acesso em: 19 mar. 2019.

TONKIN, E. (1992). *Narrating our Pasts: The Social Construction of Oral History*. Cambridge: Cambridge University Press.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 233-245.

VALDEMARIN, Vera Teresa; SILVA, Vera Lucia Gaspar. Palavras viajeiras: circulação do conhecimento pedagógico em manuais escolares (Brasil/Portugal, de meados do século XIX a meados do século XX). **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 13, n. 3. p. 179-183. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40801>. Acesso em: 9 mar. 2019.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do; Márcio Ribeiro do Valle; Eduardo L. Ribeiro do Valle. Sono e aprendizagem: Avaliação do sono na fase escolar. **1º Congresso Brasileiro de Aprendizagem & Educação Complementar**. Disponível em: http://www.congressodeaprendizagem.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=67:sono-aprendizagem&catid=34:artigos&Itemid=74 . Acesso em 19/10/19.

VALENÇA, C. A. Educação feminina na Escola Normal: entre normas e práticas 1900-1932. **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio Grande do Norte – Natal, 2002.

VALENTIM, Renata Patricia Forain; *et al.* A Psicologia nos programas da Escola Normal do Distrito Federal e sua adesão aos projetos eugênicos e higiênicos da Primeira República brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.16, n.1(40), p. 133-154, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40770>. Acesso em: 23 fev. 2019.

VASCONSELOS, Eymard Mourão. **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da Rede de Educação Popular nos Serviços de Saúde**. São Paulo: Editora Hucitec; 2001.

VEIGA, Cynthia Greive. Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927). **Revista Brasileira de História da Educação**, n.21, p. 61-92, set./dez. 2009. Disponível em: <http://rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/62/70>. Acesso em: 9 jan. 2020.

VIANA, Luana Costa. **A Colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, 2015. Disponível em: oai.repositorio.ufra.edu.br:123456789/293. Acesso em: 21 abr. 2019.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Seleção imigrantista**. Correio Paulistano, p.3. 15 set. 1926.

VICENTE, Magda de Abreu. AMARAL, Giana Lange do. Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34) - Pelotas/RS. **Revista HISTEDBR**, v. 10, n. 37, p. 123-133, mar. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37/art09_37.pdf. Acesso em: 26 fev. 2019.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, 234p.

VIEIRA, Maria Edna Moura. **Programa Saúde na Escola: a intersectorialidade em movimento**. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 18, p. 174-216, set./dez. 2008.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 62- 139.

VIVIANE, Luciana Maria. Formação de professoras e Escolas Normais paulistas: um estudo da disciplina Biologia Educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 201-213, mai./ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a04v31n2.pdf> . Acesso em: 3 jun. 2020.

WALMAN, Eliseu Alves, SATO, Ana Paula Sayuri. Trajetória das doenças infecciosas no Brasil nos últimos 50 anos: um contínuo desafio. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n.68, p.1-18. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872016050000232.pdf Acessado em: 11 mai. 2020.

YUNES, João. RONCHEZEL, Vera Shirley Carvalho. Evolução da mortalidade geral, infantil e proporcional no Brasil. **Revista de Saúde Pública**. v.3, n. 48. 1974. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsp/1974.v8suppl0/3-48/>. Acessado em: 1 out. 2019.

ZARDO, Lina Aparecida. MOREIRA, Ana Maria Martins. Historiando a Saúde Escolar no Rio Grande do Sul. **Boletim Científico de Pediatria**, vol. 6, n.1, 2017. Disponível em: http://www.sprs.com.br/sprs2013/bancoimg/170615164349bcped_06_01_a06.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.

SITES PESQUISADOS

BANCO DE MEMÓRIA ARQUIVO MUNICIPAL:
arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/actor/browse?page=5&sort=alphabetic

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. Disponível em:
ww.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=3297&sid=32. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL, IBGE. Censo demográfico, 2010. Disponível em:
<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MANUAIS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de saneamento**. Volume II, 1950.

JORNAIS

JORNAL DESPERTAR. Caxias do Sul, maio e junho de 1949. Disponível em:
<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4> . Acesso em: 3 jan. 2019.

JORNAL DESPERTAR. Caxias do Sul, julho de 1949. Disponível em:
<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-9>. Acesso em: 3 jan. 2019.

JORNAL DESPERTAR. Caxias do Sul, agosto de 1949. Disponível em:
<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4>. Acesso em: 3 jan. 2019.

JORNAL DESPERTAR. Caxias do Sul, setembro de 1949. Disponível em:
<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4>. Acesso em: 3 jan. 2019.

JORNAL DESPERTAR. Caxias do Sul, junho de 1950. Disponível em:
<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-5>. Acesso em: 3 jan. 2019.

JORNAL DESPERTAR. Caxias do Sul, fevereiro de 1951. Disponível em:
<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-6>. Acesso em: 3 jan. 2019.

JORNAL DESPERTAR. Caxias do Sul, setembro de 1951. Disponível em:
<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-6>. Acesso em: 3 jan. 2019.

JORNAL O MOMENTO. Caxias do Sul, 27 de agosto de 1943, ano XII, n.541, p.1.
 Disponível em: liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/471. Acesso em: 14 nov. 2019.

JORNAL O MOMENTO. Caxias do Sul, 26 de fevereiro de 1949, Ano XVII, n.828, p.1.
 Disponível em: liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/471. Acesso em: 14 nov. 2019.

JORNAL O MOMENTO. Caxias do Sul, 8 de outubro de 1949, ano XVII, n. 860.
 Disponível em: liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/471. Acesso em: 14 nov. 2019.

JORNAL O MOMENTO. Caxias do Sul, 13 de maio de 1950, ano XVIII, n. 891. Disponível em: liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/471. Acesso em: 14 nov. 2019.

ACERVO DO ARQUIVO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI

DECRETO nº 3898 da Instrução Pública de 1927. Regulamento da Instrução pública com relação a inspeção médico-escolar (1927).

DIRETORIA DE HIGIENE MUNICIPAL. Relatório de serviços executados pela Diretoria de Higiene Municipal (1931 -1935).

ESCOLA NORMAL DUQUE DE CAXIAS: Relatório do Consultório dentário e do gabinete médico (1959-1960).

ESCOLA NORMAL DUQUE DE CAXIAS. Curso de Formações de Professores Primários – Escola Normal Duque de Caxias. Estado do RS. Secretaria da Educação (1955).

ESCOLA NORMAL DUQUE DE CAXIAS. Matrículas, frequência e notas. Livro de registro de médias e notas dos alunos da Escola Normal Duque de Caxias. 1947.

ESCOLA NORMAL DUQUE DE CAXIAS. Atas de registro de prova oral da Escola Normal Duque de Caxias. Ano letivo de 1954. Livro de pontos, atas e notas do Curso de Formação de Professores Primários (1954).

FOTOGRAFIA. Processo de urbanização em Caxias do Sul. 1877 e 1940

INSTRUÇÃO PUBLICA. Circular nº 11 da Instrução Publica sobre o uso de uniformes. Circular expedida ao município de Caxias do Sul em 08 de abril de 1943.

CAXIAS DO SUL. Lei orgânica municipal de Caxias do sul (1948).

CAXIAS DO SUL. Lei nº 1143 do Estatuto do Magistério de Caxias do Sul de 1962. Aprova o estatuto do Magistério Público Municipal de Caxias do Sul (1962).

POSTO DE HIGIENE. Posto de Higiene Municipal de Caxias do Sul. Correspondências expedidas e recebidas pelo posto de Higiene 1939 a 1949.

POSTO DE HIGIENE. Posto de Higiene de Caxias do Sul Posto de Higiene 1950

REGULAMENTOS E ESTATUTOS: Programa de Ensino para aulas Rurais do município de Caxias do sul (1936).

REGULAMENTOS E ESTATUTOS: Programa de ensino para as escolas municipais de Caxias (1943).

DOCUMENTOS DO CENTRO DE MEMÓRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

CAXIAS DO SUL, Câmara Municipal, Centro de Memória. Palavra e poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul. Organizado por Geni Salete Onzi, Caxias do Sul: São Miguel, 2012. Disponível em http://www.camaracaxias.rs.gov.br/palavra_e_poder/palavra_e_poder.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.

CAXIAS DO SUL, Código Administrativo, Capítulo VII- Da Higiene pública em geral (1920). Disponível em http://www.camaracaxias.rs.gov.br/palavra_e_poder/palavra_e_poder.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.

CAXIAS DO SUL, Ata administrativa, Solicitação de lixeiras e paradas de ônibus Caxias do Sul (1953). Disponível em http://www.camaracaxias.rs.gov.br/palavra_e_poder/palavra_e_poder.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.

LEIS, DECRETOS, PROJETOS

DECRETO nº 30.691. Regulamenta a inspeção sanitária (1952). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D30691.htm. Acesso em 10 jun. 2019.

BRASIL. Constituição da república dos estados unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, 1935. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932: regula a formação técnica para o Distrito Federal, com a previa exigência do curso secundário, e transforma em Instituto de Educação a antiga Escola Normal. Disponível em: fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/LF/impreso/decreto-n-3-810-de-19-de-marco-de-1932-regula-a-formacao-technica-para-o-districto-federal-com-a-previa-exigencia-do-curso-secundario-e-transforma. Acesso em: 04 maio 2019.

Decreto n. 3.898, de 4 de outubro de 1927. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100089?show=full>. Acesso jan 2019.

Decreto n. 4.277, de 13 de março de 1929. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104897>. Acesso em dez 2019.

Decreto nº 25, da Lei nº 151 e regulamenta pela Lei nº230. Disponível em: www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/D0151.htm. Acesso em jul 2019.

CAXIAS DO SUL. Lei 151, de 19 de maio de 1.949 e regulamentada pela Nº 230 de 31 de dezembro. Criação da escola de Belas artes. (1950). Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/decreto/1950/2/25/decreto-n-25-1950-estabelece-normas-para-a-organizacao-e-o-funcionamento-da-escola-municipal-de-belas-artes-criada-por-lei-n-151-de-19-de-maio-de-1949-e-regulamentada-pela-n-230-de-31-de-dezembro-do-mesmo-ano>. Acesso em 05 ago. 2019.

DECRETO-LEI Nº 8.530, DE 2 DE JANEIRO DE 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em jan 2019.

PROJETO Nº 1087-A. Empréstimo para sanar compromissos com a organização Mundial de Saúde. (1949). Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em 10 jun. 2019.

FONTES ORAIS

SOARES, Edelweiss Rossarola. Entrevista cedida a Roberta Angela Tonietto, realizada em 20/02/2019. Gravação de áudio de 18 minutos e 32 segundos. Transcrita por Roberta Angela Tonietto de 21/02/19 a 27/02/19, totalizando 7 páginas.

CURRA, Lourdes. Entrevista cedida a Roberta Angela Tonietto, realizada em 15/01/2019, por Roberta Angela Tonietto, Gravação de áudio de 21 minutos e 45 segundos. Transcrita por Roberta Angela Tonietto de 17/01/19 a 22/01/19, totalizando 7 páginas.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS**PROPOSTA DE ENTREVISTA COM ALUNOS(AS) DO MAGISTÉRIO NA ESCOLA
DUQUE DE CAXIAS
(1937 A 1957)**

Nome do entrevistado (a):

Idade:

Formação acadêmica:

Ano de formação:

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Entrevistadora:

- 1 - Conte um pouco sobre a sua infância, onde estudou até chegar na Duque para realizar magistério:
- 2 - Que lembranças tem do tempo que estudou na Duque de Caxias:
- 3 - Lembra quem foram seus colegas?
- 4 - Quais as disciplinas/ matérias que você estudou no período?
- 5 - Quem eram os professores dessas matérias?
- 6 - Algum conteúdo sobre higiene, saúde, doenças, puericultura era ofertado neste curso?
- 7 - Você tem boletins, histórico escolar, diploma desta formação?
- 8 - E algum caderno ou trabalho realizado por você e ou sua turma?
- 9 - Como vocês organizavam as aulas? Quais materiais didáticos/ pedagógicos tinham disponíveis e usavam?
- 10 - Onde estava localizada a escola?
- 11 - No mesmo prédio haviam outros estabelecimentos?
- 12 - Você tem contato de algum colega seu deste período que poderia contribuir para pesquisa?
- 13 - Lembra se médicos ou enfermeiras faziam algum tipo de serviço dentro da escola? Quem eram? O que realizavam? Por qual motivo estavam lá?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pelos presentes documentos, eu, _____, brasileiro(a),
 _____ (profissão), CPF nº _____,
 Carteira de Identidade nº _____, domiciliado(a) e residente em
 _____, na Rua _____, nº _____, Bairro
 _____, declaro ceder a plena propriedade e os direitos autorais do
 depoimento de caráter Histórico e Documental, concedido a mestranda Roberta Angela
 Tonietto, orientanda do Prof. Dr. José Edimar de Souza, para pesquisa “O PELOTÃO DE
 SAÚDE NO GRUPO ESCOLAR DE CAXIAS DO SUL/RS (1930-1959)” – título provisório
 da pesquisa. A pesquisa tem como objetivo-parcial analisar e compreender o ensino de Higiene
 na formação de professores da época e identificar a presença do pelotão de saúde no grupo
 escolar. O pesquisador está ciente de que todos os dados coletados (depoimento, fotografias,
 objetos de cultura material escolar etc.) serão utilizados com finalidade de pesquisa, respeitando
 todos os preceitos éticos. Os dados coletados somente serão utilizados para pesquisa, e os
 resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas, encontros
 científicos e congressos. Conforme Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, sobre Pesquisas
 em Ciências Humanas e Sociais, esclareço que a participação nesta pesquisa pode envolver
 riscos mínimos, como cansaço ou constrangimento no decorrer da entrevista a ser realizada.
 Dessa forma, deixo claro ao participante que eventuais situações que possam gerar desconforto
 podem fazê-lo desistir de seu envolvimento nesta pesquisa, ou cancelar o uso das informações
 obtidas. A mestranda Roberta Angela Tonietto fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar
 para fins culturais o depoimento integral ou em parte, editado ou não, bem como permitir a
 terceiros o acesso para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e citação de fonte e
 autoria. O entrevistado(a) poderá a qualquer momento obter informações sobre o andamento da
 pesquisa e/ou seus resultados por meio do telefone (054) 991430414 ou pelo e-mail:
 betatonietto@gmail.com, bem como poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer
 momento, sem nenhum prejuízo.

Caxias do Sul, _____ de _____ de _____.

Autorizo a utilização do meu nome ()

Em caso de anonimato, serei identificado(a) com o nome de _____

Autorizo a utilização de minha(s) imagem(s) ()

 Nome do entrevistado(a) e assinatura

 Nome do responsável pelo participante e assinatura

 Roberta Angela Tonietto

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ASSINADO POR LOURDES

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pelos presentes documentos, eu, Lourdes Burra, brasileiro(a), orientanda mestrado (profissão), CPF nº Carteira de Identidade nº domiciliado(a) e residente em Caxias do Sul na Rua , nº 438 Bairro Centro, declaro ceder a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter Histórico e Documental, concedido a mestranda Roberta Angela Tonietto, orientanda do Prof. Dr. José Edimar de Souza, para pesquisa "O PELOTÃO DE SAÚDE NO GRUPO ESCOLAR DE CAXIAS DO SUL/RS (1930-1959)" – título provisório da pesquisa. A pesquisa tem como objetivo analisar e compreender o ensino de Higiene na formação de professores da época e identificar a presença do pelotão de saúde no grupo escolar. O pesquisador está ciente de que todos os dados coletados (depoimento, fotografias, objetos de cultura material escolar etc.) serão utilizados com finalidade de pesquisa, respeitando todos os preceitos éticos. Os dados coletados somente serão utilizados para pesquisa, e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas, encontros científicos e congressos. Conforme Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, sobre Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, esclareço que a participação nesta pesquisa pode envolver riscos mínimos, como cansaço ou constrangimento no decorrer da entrevista a ser realizada. Dessa forma, deixo claro ao participante que eventuais situações que possam gerar desconforto podem fazê-lo desistir de seu envolvimento nesta pesquisa, ou cancelar o uso das informações obtidas. A mestranda Roberta Angela Tonietto fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins culturais o depoimento integral ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e citação de fonte e autoria. O entrevistado(a) poderá a qualquer momento obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio do telefone (054) 991430414 ou pelo e-mail: betatonietto@gmail.com, bem como poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Caxias do Sul, 06 de 02 de 2019

Autorizo a utilização do meu nome

Em caso de anonimato, serei identificado(a) com o nome de _____

Autorizo a utilização de minha(s) imagem(s)

Lourdes Burra

Nome do entrevistado(a) e assinatura
assinatura

Therézinha Costa

Nome do responsável pelo participante e

Rjho
Roberta Angela Tonietto

